

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Os beneficiários do Rendimento Social de Inserção:
trajectórias sociais e processos de inclusão

Maria Carolina Carvalho Dias

Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia

Professor Orientador:

- Professor Doutor Eduardo Vítor Rodrigues

Setembro, 2010

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Os beneficiários do Rendimento Social de Inserção:
trajectórias sociais e processos de inclusão

Maria Carolina Carvalho Dias

Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia

Professor Orientador:

- Professor Doutor Eduardo Vítor Rodrigues

Setembro, 2010

Resumo

Um dos principais problemas da sociedade actual é a grande desigualdade na repartição da riqueza. O nosso trabalho é motivado por esta questão. Nele procurámos caracterizar situações de pobreza e de exclusão social, partindo daí para a justificação da necessidade de existirem programas governamentais para inverter esta situação, como é o caso do Rendimento Social de Inserção. A problemática apresentada obriga a ter em conta a diferenciação dos beneficiários na procura de soluções, utilizando as equipas multidisciplinares como mais-valia. A constituição de parcerias técnicas, institucionais e empresariais de âmbito local com envolvimento efectivo ao nível da criação de soluções afigura-se como resposta necessária. As políticas sociais públicas aparecem como um importante factor de compensação dos grupos sociais vulneráveis e de equilíbrio entre estes e os grupos mais beneficiados da população.

Palavras-chave: Exclusão, Políticas Públicas, Pobreza.

Abstract

One of the main problems in nowadays society is the huge unevenness in the distribution of wealth. Our essay was motivated by that issue. In it, we attempted to characterize situations of poverty and social exclusion, and hence to justify the need for governmental programs to exist in order to reverse that situation, as it is the case of the Social Insertion Income. The problem here presented forces into account the differentiation of the beneficiaries in the search for solutions, using the multidisciplinary teams as a leverage. The creation of technical, institutional and commercial partnerships with a local scope, which effectively get involved in finding solutions, presents itself as the necessary answer. The public social policies appear as an important factor of compensation for the most vulnerable social groups and as a factor of equilibrium among them and the privileged groups of the population.

Keywords: Exclusion, Public Policies, Poverty.

Resumé

L'un des problèmes majeurs de notre société est la grande inégalité dans la répartition des richesses. Notre travail est motivé par cette question. Dans ce document, nous caractérisons les situations de pauvreté et l'exclusion sociale, de là à la justification de la nécessité qu'il y a des programmes du gouvernement pour inverser cette situation, comme le revenu d'insertion sociale. La question présentée nécessite de prendre en compte la différenciation des bénéficiaires à trouver des solutions, en utilisant des équipes multidisciplinaires sur la valeur ajoutée. Construire des partenariats implication technique, institutionnel et social avec le local efficace à la création de solutions apparaît comme une réponse nécessaire. Les politiques publiques sociales apparaissent comme un facteur important pour compenser les groupes sociaux vulnérables et l'équilibre entre eux et les groupes les plus profités à la population.

Mots-clés: Exclusion, Politiques Publiques, Pauvreté.

Agradecimentos

À minha MÃE...

Que sozinha me transmitiu como marcar o meu lugar no mundo, que me ensinou a nunca dar nada como perdido, a lutar sempre por aquilo que pretendo alcançar, mesmo quando tudo parece perdido, enfim... por a ter como Mãe.

Ao meu Irmão...

Que fez com que todos os meus esforços não fossem vistos com indiferença, que nunca me deixou desanimar apesar de todos os obstáculos, que me fez acreditar que ontem é passado, amanhã é futuro, hoje é uma dádiva, e por isso o devemos aproveitar.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Eduardo Vítor Rodrigues, toda a orientação e disponibilidade prestada ao longo do ano lectivo, a sua crítica, muitas vezes construtiva, fez com que esta viagem cada vez mais agradável.

Aos amigos, e a todos aqueles que tiveram uma palavra de apreço, pois acho que um dos nossos deveres para com a Humanidade é dizer aos nossos amigos que gostamos deles, é agradecer pelo apoio prestado, nos bons e maus momentos.

À Cooperativa Sol Maior, nas pessoas Dra. Sandra Amaro, Dra. Adriana Teixeira, Dra. Patrícia Lopes, D. Joana e D. Maria José, por todo o apoio que me deram, pela boa disposição que lhes é característica e pelo salutar acolhimento que tive enquanto desenvolvi o meu estágio.

*"Ainda sinto os pés no terreiro
Que os meus avós bailavam o pézinho
É que nas veias corre-me basalto negro
E no coração a ardência das caldeiras
Trago o roxo a saudade esta amargura
E só o vento me ecoa na lonjura
Mas trago o mar imenso no meu peito
E tanto verde a indicar-me a esperança
Por isso é que eu sou das ilhas de bruma
Onde as gaivotas vão beijar a terra"*

Índice

Introdução	8
Capítulo I – Percursos pessoais no caminho da exclusão	
I.I Pobreza	12
I.II Da integração à exclusão social.....	15
I.III Exclusões: profissional e social.....	24
I.IV Valor do trabalho nas sociedades globalizadas	29
Capítulo II – Rendimento Social de Inserção	
II.I Implementação do R.S.I	34
II.II Políticas Sociais.....	38
II.III Efeitos do R.S.I	45
Capítulo III – Organização acolhedora da Investigação	
III.I Cooperativa Sol Maior	47
III.II Domínios da equipa.....	50
III.III Actividades desenvolvidas.....	53
Capítulo IV – Opções teórico-metodológicas	
IV.I Modelo de análise.....	65
IV.II Delimitação e formulação do problema	67
IV.III Conceitos, dimensões e indicadores	68
IV.IV Hipóteses teóricas.....	70
IV.V Componentes técnicas e metodológicas	72
Capítulo V – Apresentação e análise dos resultados	
V.I Análise do <i>Focus Group</i> nº1	77
V.II Análise do <i>Focus Group</i> nº2	80
V.III Demonstração das hipóteses	84
Capítulo VI – Reflexão do estágio	
VI.I Recomendações e propostas de intervenção	86
VI.II Auto-avaliação do estágio.....	88
Capítulo VIII – Considerações finais.....	89
Bibliografia.....	92

Anexos

Anexo I	I
Anexo II.....	XIII
Anexo III.....	XVIII
Anexo IV.....	XXI
Anexo V.....	XXV
Anexo VI.....	XXVIII
Anexo VII.....	XXIX
Anexo VIII.....	XXXII
Anexo IX.....	XXXIV
Anexo X.....	XLIX
Anexo XI.....	XI
Anexo XII.....	LXIII
Anexo XIII.....	LXV
Anexo XIV.....	LXX
Anexo XV.....	LXXVIII

Introdução

O presente relatório resulta do estágio levado a cabo para a concretização do grau de mestre em Sociologia. O estágio teve lugar na Cooperativa de Solidariedade Social “Sol Maior”, CRL, sendo a mesma uma IPSS. Situa-se na Rua D. Maria C. Basto, 525, Oliveira do Douro – Vila Nova de Gaia.

A Sol Maior é uma cooperativa de Solidariedade Social, com sede em Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, que pretende contribuir para o desenvolvimento local, dinamizando e apoiando iniciativas individuais e/ou colectivas que visem a promoção da igualdade e da solidariedade através da criação, rentabilização e aproveitamento das estruturas locais existentes e pela promoção de prestação de serviços de apoio e assistência a pessoas e grupos potencialmente vulneráveis.

A Cooperativa Sol Maior fundou-se em 2007, e foi constituída como Instituição Particular de Solidariedade Social em 2008. Surge de uma visão estratégica de técnicos, responsáveis políticos e individualidades com responsabilidades e/ou preocupações ao nível das questões sociais. Com o intuito de dar resposta a necessidades evidenciadas junto do público-alvo de entidades como a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, o Centro de Emprego de Vila Nova de Gaia e o Agrupamento Escolas, em muitos e variados projectos, nasce a Sol Maior.

A actividade da Cooperativa Sol Maior, aquando do inicio deste estudo, em quatro projectos basilares na linha do seu objecto e missão: um serviço de Actividades de Tempos Livres (ATL), um Gabinete de Acompanhamento à Comunidade (GAC), um Gabinete de Inserção Profissional (GIP) e uma Equipa de Acompanhamento de Beneficiários do RSI criado através de Protocolo com a Segurança Social.

Com este estágio, pretendeu-se um contacto mais directo com o mercado de trabalho, mais concretamente na área da intervenção social, uma área por excelência da Sociologia, onde a mesma pode aportar contributos particulares e decisivos do ponto de vista disciplinar e interdisciplinar. Foi realizada uma caracterização desta população, beneficiária do Rendimento Social de Inserção. Já no contacto directo com a população-alvo, recorri à aplicação da técnica denominada “*Focus Group*” aos mesmos. A minha intenção foi caracterizar o seu percurso familiar, as suas condições de vida, o seu percurso profissional, as sociabilidades que os representam, bem como as suas opiniões

sobre a medida em questão, isto é, apreender ao nível micro a perspectiva dos beneficiários sobre esta medida.

Os meus objectivos para este estágio prenderam-se, particularmente, com a necessidade de conhecer a importância do suporte familiar nos processos de exclusão social, bem como as dinâmicas de afastamento da vida social e profissional em contexto de desemprego, tendo em conta que o trabalho assume um valor central na sociedade actual. Torna-se, ainda, pertinente perceber/conhecer as repercussões do Rendimento Social de Inserção (R.S.I.) na reinserção dos beneficiários, mais concretamente nos beneficiários acompanhados pela Sol Maior, bem como a sua relação com o mercado de trabalho, e, ainda, a auto-percepção dos impactos da medida na melhoria das suas condições económicas e de inserção.

Importa salientar a necessidade de conhecer se esta população beneficiária de R.S.I. apontava algumas propostas de melhoria da medida e da sua aplicação.

Tudo isto tendo por base a utilização de métodos e técnicas sociológicas, como por exemplo, análise documental, bases de dados, que me vão permitir alcançar os objectivos apresentados e reflectidos.

O Rendimento Social de Inserção surge como uma medida que pretende combater a exclusão social, bem como a pobreza. Assim sendo, urge a necessidade de um aprofundamento desta medida tendo como população-alvo alguns indivíduos que a ela recorreram; neste caso concreto a população-alvo são beneficiários residentes no concelho de Vila Nova de Gaia.

A medida em causa pressupõe um apoio a famílias e indivíduos com maiores dificuldades económicas, constituído por uma prestação em dinheiro para a satisfação das necessidades básicas da pessoa que o requer e, ainda, por um Programa de Inserção para auxiliar os beneficiários a integrar-se social e profissionalmente. É necessário fazer referência ao facto de as pessoas que são beneficiárias desta medida terem assinado um Acordo com a Segurança Social, que visa o compromisso por parte dos favorecidos em cumprir o Programa de Inserção, programa este que promove, ou pelo menos tem por objectivo, a inclusão activa dos beneficiários, bem como o bem-estar das crianças de cada agregado acompanhado.

Nas políticas sociais é central o debate acerca da questão da dependência. Assume-se que a maturidade do sujeito o torna capaz de desenvolver projectos pessoais

e familiares e aproveitar os recursos sociais disponíveis para os concretizar, recorrendo apenas em caso de emergência ao Estado-Providência. Numa visão mais ampla sobre a dependência, Abram de Swaan considera que, *“na luta pela concretização dos seus objectivos, os seres humanos são dependentes uns dos outros [...] e para cada pessoa estas dependências podem estar mais ou menos equilibradas”* (Swaan, 1990: 21).

Esta citação de Abram de Swaan conduziu-nos a uma análise, mais aprofundada dos estudos de Avaliação dos Impactos do Rendimento Mínimo Garantido, que nos transmitiu o facto de os beneficiários desta medida desejarem sair rapidamente da mesma, isto devido ao baixo montante que a ela está associado, bem como ao seu desejo de viverem períodos de estabilidade, este que está associado ao anseio de fugir do controlo social que a medida implica.

Importa salientar o facto de esta população sofrer de grandes pressões, sendo as mais visíveis as de origem socioeconómica, a pertença a determinados grupos socioculturais ou outras razões associadas à marginalidade atribuída a certas posições sociais (monoparentalidade, por exemplo). Muitas vezes, associa-se o conceito de estigma a estes grupos mais frágeis, muitas vezes por efeito da sua pertença grupal (é o caso das minorias étnicas, por exemplo), mas igualmente o efeito da intervenção estatal pouco consistente, susceptível de criar estigmas, como acontece com os “assistidos” em geral. G. Simmel sustenta que os indivíduos que se tornam assistidos pelo Estado, tornam-se, desde logo, membros de um grupo caracterizado pela situação de pobreza.

Posto isto, surge a necessidade de uma breve alusão ao conceito de estigma. Por estigma deve entender-se uma espécie de imagem cristalizada de um determinado indivíduo ou grupo, configurada por uma série de factores como por exemplo a aparência, o vestuário, a maneira como se comportam, como falam ou gesticulam, bem como através de uma relação de pertença a determinada classe ou género.

O surgimento do Rendimento Mínimo Garantido, agora Rendimento Social de Inserção (alteração que não foi muito mais significativa do que a própria designação), em Portugal, como noutros países europeus, nomeadamente a Dinamarca, a Alemanha e a Holanda, correspondeu à constatação de que as políticas tradicionais de protecção social não se revelaram capazes de fazer face aos desafios mais contemporâneos, traduzidos por novas formas de precariedade e de enfraquecimento da coesão social, muitas vezes associados a fenómenos de polarização sócio-territorial. Podemos afirmar

que a implementação desta medida traz algo de novo à sociedade. Em primeiro lugar, o Rendimento Social de Inserção garante o direito a um mínimo de subsistência de todos aqueles que não têm recursos, independentemente do motivo ou de terem alguma vez contribuído para o sistema de segurança social. Em segundo lugar, este direito é acompanhado de uma contrapartida de esforço de inserção, isto é, o Estado compromete-se a apoiar as situações de ruptura de rendimentos perante um esforço pessoal e familiar de re-inserção social e/ou profissional.

Posto isto, e através do estágio levado a cabo na Cooperativa Sol Maior, que acompanhava no momento um total de cento e oitenta e nove famílias, foi possível uma melhor e mais detalhada compreensão, acerca da medida em debate no presente relatório, informação esta que nos permitiu retirar algumas conclusões. No entanto, uma explicação mais detalhada acerca das conclusões aferidas será explanada nos próximos capítulos deste relatório de estágio.

Importa referir que o primeiro capítulo do presente estudo se debruça sobre o percurso pessoal dos beneficiários desta medida nos caminhos da exclusão. É um capítulo que centra a sua análise nos conceitos de pobreza, de exclusão social e, também, numa breve referência ao valor que o trabalho possui nas sociedades hodiernas. O segundo capítulo conta com a análise da medida em estudo, Rendimento Social de Inserção, mais precisamente a sua implementação em Portugal, o efeito que a mesma tem sobre o comportamento dos beneficiários, e o exemplo da medida enquanto política social.

A pesquisa acerca da organização acolhedora tem o seu lugar no terceiro capítulo. Neste, patenteamos a constituição da Cooperativa Sol Maior, os domínios da equipa de acompanhamento e os aspectos integrantes do Rendimento Social de Inserção, bem como os aspectos consistentes das actividades por nós desenvolvidas na instituição.

No quarto e quinto capítulo damos lugar às opções teórico-metodológicas por nós seleccionados e à apresentação dos resultados por nós obtidos através das técnicas utilizadas.

Por fim, procuramos elaborar uma breve reflexão acerca do estágio por nós desempenhado, algumas recomendações e propostas de intervenção, seguindo-se as considerações finais do presente estudo.

Capítulo I - Percursos pessoais no caminho da exclusão

I.I - Pobreza

A exclusão social representa um fenómeno multidimensional, como um fenómeno social ou um conjunto de fenómenos sociais interligados que contribuem para a produção do excluído. Podem coexistir, ao nível da exclusão, fenómenos sociais distintos, tais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros.

Quando se vive situações de exclusão verifica-se uma elevada privação de recursos materiais e sociais, arrastando *“para fora ou para a periferia da sociedade”* todos aqueles que *“não participam dos valores e das representações sociais dominantes”* (Fernandes, 1995: 16). Se nos remetermos ao nível simbólico, o excluído *“tende a ser [...] todo aquele que é rejeitado de um certo universo simbólico de representações, de um concreto mundo de trocas e transacções sociais”* (Idem: 17). Esta é uma dimensão de análise que se assume como tal através da transformação da identidade do indivíduo, inevitavelmente marcada por um sentimento de inutilidade, ligado à sua própria incapacidade de ultrapassar dificuldades e os processos que provocam ou acentuam a sua exclusão.

Nas sociedades hodiernas, pobreza e exclusão são conceitos que se reforçam mutuamente. A exclusão do mercado de trabalho gera pobreza e esta impede o acesso a bens e serviços socialmente relevantes, nomeadamente à saúde, à habitação e à educação. Assim sendo e segundo o estudo *“A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*, um excluído será aquele que não consegue configurar uma identidade (social) no trabalho, na família ou na comunidade.

Embora a utilização do conceito de exclusão social tenda, frequentemente, a substituir o termo pobreza (Almeida *et al*, 1994), a pobreza é apenas uma das dimensões, talvez a mais evidente, da exclusão social, na medida em que a última se refere a aspectos mais complexos do que as condições meramente económicas de vida.

Para José A. Pereirinha há, efectivamente, uma distinção conceptual necessária para a apreensão deste fenómeno; *“o conceito de pobreza, analisado enquanto situação de escassez de recursos de que um indivíduo, ou família, dispõem para satisfazer as*

necessidades consideradas mínimas, acentua o aspecto distributivo do fenómeno (a forma com os recursos se encontram distribuídos entre os indivíduos e/ou famílias na sociedade). Já o conceito de exclusão social acentua os aspectos relacionais do fenómeno, quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada integração social” (Pereirinha, 1992: 170).

Segundo Bruto da Costa, a evolução do conceito de pobreza reflecte, em parte, os diferentes contributos destas abordagens, evidenciando uma progressiva desmultiplicação do conceito em várias dimensões que procuram enquadrar novas realidades associadas a este fenómeno. Neste sentido, surgiram dicotomias no conceito de pobreza que nos deram conta da multiplicidade de significados que pode assumir – pobreza absoluta e pobreza relativa; pobreza objectiva e pobreza subjectiva; pobreza tradicional e pobreza nova; pobreza temporária e pobreza duradoura.

A pobreza absoluta baseia-se na noção de necessidades básicas, estando em causa diversas dimensões inerentes à noção de recursos (rendimentos), enquanto a pobreza relativa remete para a análise da pobreza face aos padrões sociais em gerais.

A pobreza objectiva baseia-se num padrão de referência que tipifica as situações de pobreza, permitindo caracterizar objectivamente os pobres. No caso da pobreza subjectiva são as representações da pobreza construídas pelos actores e grupos sociais que estão em causa, introduzindo a dimensão da percepção e perspectiva subjectiva da pobreza (Costa, 1984).

A pobreza tradicional está associada a uma situação crónica, geralmente localizada no mundo rural, que enquadra um estatuto inferior e desvalorizado. A nova pobreza está directamente relacionada com as reestruturações económicas e tecnológicas e com os seus efeitos no sistema produtivo, expressos nomeadamente no crescimento do desemprego estrutural e na precariedade do emprego.

Finalmente, torna-se necessário fazer a distinção entre pobreza temporária e pobreza duradoura. A primeira encontra-se relacionada com os percursos de saída e entrada na pobreza, de carácter temporário, delimitados no tempo; a segunda noção remete para a reprodução social e para o processo cíclico da reprodução da pobreza.

Em torno da pobreza enquanto fenómeno social surgem distintas abordagens teóricas, mais precisamente a abordagem socioeconómica e a abordagem culturalista. Na abordagem socioeconómica a pobreza está associada a uma situação de privação,

resultante da insuficiência de recursos económicos, relacionando-a com as noções de subsistência e de necessidades básicas. A abordagem culturalista centra-se no carácter antropológico de comunidades, famílias e indivíduos e no conceito de cultura de pobreza; privilegia as relações interindividuais, as representações e práticas sociais, as estratégias de vida, a organização familiar e os sistemas de valores que configuram os modos de vida diferenciados afectos à vivência da pobreza, que frequentemente se transmitem intergeracionalmente (Ferreira, 1997; CIES/CESO I&D, 1998).

Ainda no que diz respeito ao fenómeno da pobreza, importa mencionar que na óptica de Rodrigues em “O Estado Providência e os processos de exclusão social”, o conceito de pobreza radica num tratamento excessivamente economicista e monetarista das condições de vida dos indivíduos ou dos grupos. O autor defende, também, que o conceito pretende abranger a privação de recursos materiais que afecta as populações desempregadas ou mal remuneradas, tendo por cenário um processo tendencial de pauperização dos indivíduos ou dos grupos. A pobreza será a forma mais estremada de desigualdade social, facilitando o alargamento do fosso entre os grupos sociais, ou seja, promovendo o aumento da polarização social.

Ainda tendo em linha de pensamento o fenómeno da pobreza importa, ainda, salientar a perspectiva que Townsend desenvolve acerca do fenómeno. Para o autor, o fenómeno poderia ser analisado através de duas ópticas bem distintas, embora complementares: uma perspectiva objectiva, caracterizada pelo seu potencial mensurável e passível de ser claramente definida, por um lado, e uma perspectiva subjectiva, por outro, que resulta das experiências vividas, das normas e valores apreendidos pelos indivíduos e da carga valorativa que o indivíduo atribui à sua condição, passível de condicionar a construção da sua auto-estima (Rodrigues, O Estado Providência e os processos de Exclusão Social, pp. 175)

Posto isto, concebe-se, então, a pobreza como um dos fenómenos integrantes da exclusão social, sendo aquela, mais uma forma do que um resultado desta última, uma vez que a exclusão abrange formas de privação não-material, ultrapassando a falta de recursos económicos.

I.II - Da integração à exclusão social

A questão social renasceu nos últimos vinte anos a partir da crescente vulnerabilidade profissional das populações e da fragilização contínua dos laços familiares e sociais.

Originalmente, a questão social foi constituída em torno das transformações económicas, políticas e sociais ocorridas na Europa do século XIX, devido à industrialização. Inicialmente, essa questão foi levantada aquando da tomada de consciencia da sociedade, ou de parte dela, dos problemas decorrentes do trabalho urbano e da pauperização como fenómeno social. Hoje a “questão social” é a expressão das desigualdades e das lutas sociais nas suas múltiplas manifestações e todos os segmentos sociais envolvidos (trabalhadores e desprotegidos) são heterogéneos.

O conceito de exclusão social está, deste modo, relacionado, por oposição, ao conceito de integração social. A integração subentende que os excluídos ou grupos empobrecidos devem ter, efectivamente, uma participação activa no funcionamento de grupos sociais organizados; surgindo esta como uma condição necessária para se observar uma efectiva integração.

Assim sendo, a integração remete para um conjunto de situações estáveis e consolidadas ao nível das relações de trabalho, familiares e sociais. A sua possibilidade passa pela interacção entre quatro sistemas – o sistema político-jurídico, que deve operar a integração cívica e política; o sistema económico e territorial, que pressupõe a integração socioeconómica num dado território o sistema de protecção social, que proporciona a integração social; o sistema familiar, comunitário e simbólico, que deve realizar a integração.

Numa sociedade de cariz produtivista, a integração assenta sobre a actividade profissional, sendo que esta favorece a segurança material e financeira, as relações sociais, a organização do tempo e do espaço e a identidade no trabalho (Paugam, 1991).

As políticas de combate à pobreza e exclusão assentam na noção de integração social, que é utilizada para designar “o processo que caracteriza a passagem das pessoas, famílias ou grupos das situações de exclusão para as de participação social e cidadania” (CIES/CESO I&D, 1998: 9).

A inserção social remete, assim, para o “*duplo movimento que leva as pessoas, as famílias e grupos em situação de exclusão social e de pobreza a iniciar processos que lhes permitam o acesso aos direitos de cidadania e participação social*” (CIES/CESO I&D, 1998: 9; Capucha, 1998).

Neste caso em concreto, a inserção social pode passar pelo recurso regular ou casual aos serviços de acção social, estabelecendo-se, então, uma situação de dependência, ou seja, de inferioridade social e de uma reduzida auto-estima. A protecção social, entendida como sistema que terá por objectivo diminuir os efeitos mais graves das desigualdades sociais, deverá privilegiar a concretização de acções de apoio e inserção que assentem em políticas que restituem, em última instância, os direitos e capacidade para o exercício de cidadania.

A noção de exclusão emerge como um conceito complexo, que enforma em si o propósito de que a vida quotidiana exige, ela própria, laços de integração nos mais diversos universos que compõem a vida social. “*A exclusão social evoca uma fractura nos laços entre o indivíduo e a sociedade, propiciando uma quebra na própria unidade social*” (Rodrigues, 1999: 66). Podemos dizer que se torna um processo multifacetado, que afecta uma parcela da população, que reúne um conjunto de vulnerabilidades multidimensionais.

Podemos, então, salientar que o fenómeno da exclusão social surge com a agudização das desigualdades e resulta “*numa dialéctica de oposição entre aqueles que efectivamente mobilizam os seus recursos no sentido de uma participação social plena e aqueles que, por falta desses mesmos recursos (recursos que ultrapassam a esfera económica, englobando ainda aqueles que derivam dos capitais cultural e social dos actores sociais), se encontram incapacitados¹ para o fazer*” (Rodrigues, 1999: 64).

Assim sendo, podemos estar perante uma exclusão económica mas, também, social. A dimensão económica remete-nos, não só para a insuficiência de recursos materiais, mas também para as formas de exclusão ou precariedade face ao emprego.

¹ Segundo Amartya Sen, a abordagem pelas capacidades centra-se na avaliação da capacidade que uma pessoa tem em alcançar várias funções com valor, como parte da sua vivência. Definem-se capacidades como combinações alternativas de coisas que uma pessoa consegue fazer ou ser – as várias funções que consegue alcançar.

Esta dimensão da exclusão está intimamente relacionada com a situação do indivíduo face ao trabalho. Actualmente, “*com a crise estrutural do emprego e o aumento das zonas intermédias entre o emprego estável e protegido e a queda numa zona de desregulação do mercado laboral*” (Silva, 1998: 37), as identidades dos indivíduos tornam-se mais vulneráveis, potencializando, consequentemente, processos de exclusão.

Posto isto, é necessário referir que aquando desta desregulação do mercado laboral, surge uma dualização da sociedade entre os que têm trabalho e os que não têm; é então difícil gerir as solidariedades que os indivíduos podem ter uns pelos outros, afectando assim os laços sociais entre aqueles que têm emprego e aqueles que se encontram fora do mercado de trabalho, devido às mais variadas razões.

A exclusão social, enquanto processo dinâmico, implica tanto percursos individuais como evoluções particulares, assim sendo, importa tecer algumas considerações acerca dos percursos da exclusão.

O conceito de exclusão social, enquanto fenómeno complexo, tem merecido uma crescente atenção por parte dos investigadores sociais.

Segundo Robert Castel, a exclusão social é um processo de descolagem relativamente à sociedade, processo este que envolve quatro estádios: a integração, a vulnerabilização (ruptura com a dimensão económica, sendo o indivíduo afectado a partir de um risco social como o desemprego ou uma doença), a assistência (indivíduo muito dependente das redes de apoio social) e a desafiliação (indivíduo deixa de se relacionar com a sociedade e passa a depender de todo o tipo de organizações de solidariedade social), este último momento mais estremado, uma vez que corresponde a uma ruptura efectiva dos laços do indivíduo com os grupos que lhe são próprios, incluindo a própria família (Castel, 1991: 152). Não obstante o que já foi dito, o autor define exclusão social como “*a fase extrema do processo de marginalização, entendido este como um processo descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade*” (Castel cit. por Costa, 2005: 10).

Luís Capucha, por sua vez, considera que existe um conjunto de direitos e deveres inscritos nas estruturas sociais, que vai conferir às pessoas o estatuto de cidadãos. Contudo, dado que a sociedade não oferece, a todos os indivíduos a possibilidade de beneficiarem dos direitos que lhes são atribuídos e por não cumprirem alguns deveres que lhe são associados, surgem situações de exclusão social. Assim,

segundo o autor, estar em situação de exclusão “*não é ser um não membro da sociedade, mas sim um (pelo menos tendencialmente) não cidadão, isto é, um membro da sociedade a quem foram retirados, objectivamente, direitos de cidadania*” (Capucha, 2005: 91).

Segundo Alfredo Bruto da Costa, a exclusão é o oposto da cidadania, “*pode considerar-se que o exercício pleno da cidadania implica e traduz-se no acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos*” (Costa, 2005: 14). Para o autor, a integração do indivíduo passa pela sua integração nos diversos sistemas da sociedade, só assim vive em plenitude dos seus direitos.

Parafraseando Martine Xiberras as formas mais visíveis dos processos de exclusão existem aquando da rejeição “*fora das representações normalizantes da sociedade moderna avançada [...]*” todos aqueles que não se sentem capazes de participar no mercado de trabalho ou recusem a sua participação, são logo considerados como excluídos (Xiberras, 1993: 28).

Na verdade, o conceito de exclusão social surge intimamente relacionado com as questões da pobreza na década de setenta, isto com o intuito de demonstrar que, “*apesar do crescimento do bem-estar nas sociedades modernas, permanecia um importante sector da população fora dos benefícios desse progresso*” (Capucha, 2005: 76). No II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza, na década de oitenta, o conceito de exclusão foi retomado para referir o carácter multidimensional e dinâmico da pobreza.

Com efeito, Alfredo Bruto da Costa define pobreza como “*situação de privação resultante de falta de recursos*” (Costa, 1998: 26). Esta privação surge aos mais variados níveis, trata-se de privação, muitas vezes, das necessidades básicas como a alimentação, o vestuário, saúde, educação. O conceito de pobreza tende a designar as deficientes condições materiais de existência, ou a insuficiência de recursos de ordem económica, social ou cultural. Neste contexto, Capucha refere que “*são pobres [...]* os indivíduos, famílias e grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão fracos que os excluem dos modos de vida mínimos aceitáveis na sociedade em que residem” (Capucha, 2005: 70).

Intimamente relacionado com os conceitos de pobreza e de exclusão social surgem as categorias sociais desfavorecidas, ou seja, aquelas que integram pessoas pertencentes a categorias vulneráveis à pobreza que, por ocuparem posições mais

desprovidas de recursos de várias ordens na estrutura social, tendem a ser alvo de processos de exclusão social e profissional. Uma análise mais detalhada de cada grupo confirma que, a acumulação de *handicaps* (exclusão do mercado de trabalho, baixos níveis de rendimento, carências habitacionais, baixas qualificações) aumenta a vulnerabilidade de determinadas categorias sociais a situações de pobreza e exclusão social.

Podemos, então, salientar o facto de a definição de categorias sociais desfavorecidas considerar, efectivamente, a sua particular vulnerabilidade a situações de pobreza, isto na medida em que ocupam “*lugares inferiores no espaço das posições sociais e que tornam difícil o acesso a uma parte significativa dos indivíduos que as compõem à condição de cidadania plena e à integração no mercado de trabalho*” (CIES/CESO I&D cit. por Rodrigues, 1999: 71).

Alguns exemplos destas categorias são os idosos, os assalariados de baixo nível de remuneração, os trabalhadores precários e da economia informal, as minorias étnicas, os desempregados e os jovens de baixa escolaridade e qualificação à procura do primeiro emprego. Dado o carácter multidimensional da pobreza foi necessário considerar diferentes aspectos económicos, demográficos, sociais e culturais que, de forma integrada, configuram as categorias sociais identificadas. Contudo, certas dimensões, como por exemplo a relação com o mercado de trabalho e a eventual situação de desemprego, têm frequentemente, por si só, efeitos decisivos na produção de pobreza; efeitos esses que podem ser atenuados ou, pelo contrário, agravados, conforme a composição etária ou sexual, o tipo de inserção familiar ou a localização geográfica dos indivíduos que se encontram nessa situação (Almeida *et al*, 1992: 68).

Os baixos montantes de subsídios recebidos por grande parte dos **idosos**, como é exemplo a pensão de reforma ou a pensão de sobrevivência, fazem com que haja grande vulnerabilidade a situações de pobreza nesta categoria. A inexistência, na maior parte dos casos, de rendimentos alternativos, leva a que a duração das situações de pobreza seja longa, acompanhando praticamente o próprio ciclo de vida dos pensionistas. Um factor que em muito contribui para a fragilização das condições de vida dos idosos pensionistas é o das suas necessidades específicas ao nível da assistência médica e medicamentosa; a própria composição etária desta categoria faz com que as despesas de saúde constituam um grande peso nos orçamentos familiares.

Os **assalariados de baixo nível de remuneração**, não são uma população assistida, uma vez que têm inserção formal no mercado de trabalho. No entanto, devido à exiguidade dos salários que recebem estes indivíduos, podemos dizer que também se verifica, nesta categoria, vulnerabilidade à pobreza. “*Este conjunto abrange certos sectores operários não especializados e, por isso mesmo, com remuneração abaixo da média da classe, alguns escalões mais desqualificados dos empregados do comércio e uma parte significativa dos assalariados dos serviços pessoais e domésticos*” (Idem: 71).

No que diz respeito aos **trabalhadores precários e da economia informal**, podemos afirmar que a vulnerabilidade à pobreza não afecta igualmente todos os trabalhadores precários, mas essencialmente aqueles para quem esse tipo de vínculo com o mercado de trabalho se associa à posse de fracas qualificações e à obtenção de baixos salários. Na economia informal estão incluídos muitos trabalhadores por conta própria, trabalhadores familiares não remunerados da agricultura, da indústria e da construção, e ainda, trabalhadores com dupla actividade. Esta categoria concebe os mais baixos padrões de escolarização, onde o analfabetismo é um traço saliente.

As **minorias étnicas** são uma das categorias onde a incidência da pobreza e da vulnerabilidade à pobreza é maior. A inserção profissional destas minorias dá-se, frequentemente, nos sectores assalariados desqualificados, nomeadamente a construção civil e as obras públicas, bem como os serviços de limpeza e a venda ambulante. No caso dos ciganos, por exemplo, predominam as actividades por conta própria de tipo precário e, por vezes, desenvolvidas no contexto da economia informal (Idem: 76). Um factor de vulnerabilidade nesta categoria é a situação de clandestinidade, bem como as baixas qualificações escolares e profissionais.

A incidência da pobreza nos **desempregados** tende a ser elevada, na medida em que pode atingir a totalidade dos desempregados, bem como as respectivas famílias. Entre os desempregados, há um sub-conjunto que vive situações de particular dificuldade, é o caso dos desempregados de longa duração, que acabam por perder o direito ao subsídio de desemprego. A eventual saída desta situação de desemprego nem sempre corresponde a uma efectiva fuga à pobreza, os indivíduos que deixam a situação de desempregados podem entrar no vasto conjunto de assalariados de baixos rendimentos, ou encontrar como alternativa a fragilidade da economia informal.

Para os **jovens de baixas qualificações à procura de primeiro emprego** o problema da pobreza ou da vulnerabilidade à mesma, não se coloca em termos imediatos, uma vez que a grande maioria destes jovens está ainda a cargo das respectivas famílias, podendo beneficiar durante algum tempo do prolongamento dessa dependência. No entanto, há entre estes jovens um sub-conjunto altamente vulnerável; diz respeito aos que têm muito baixos níveis de escolaridade e escassas qualificações profissionais, e que vivem uma situação familiar modesta, impeditiva de apoios significativos e continuados. Grande parte dos jovens que constituem esta categoria é proveniente de camadas e grupos sociais que dispõem eles próprios de fracos recursos; assim, torna-se evidente que se está perante um dos mais fortes mecanismos de reprodução continuada de situações tradicionais de pobreza e vulnerabilidade à pobreza (Almeida *et al*, 1992: 80).

Para estas categorias a ausência de perspectiva de emprego e o sentimento de inutilidade perante a sociedade podem conduzir a uma completa ruptura social. O desemprego é sentido como uma experiência humilhante por aqueles que outrora estiveram profissionalmente integrados e que se viram, a dado momento, desintegrados socialmente, apreendendo que as hipóteses de reinserção e reintegração profissional se restringem de dia para dia.

Neste sentido, Serge Paugam, a partir do seu conceito de desqualificação social, elabora uma tipologia dos indivíduos excluídos tendo em conta o tipo de dependência que os próprios têm perante os serviços da Segurança Social. O autor define desqualificação social como o processo que rejeita, etapa após etapa, faixas crescentes da população para a esfera da inactividade e da assistência, aumentando para as mesmas o risco da acumulação das dificuldades (Ermida, 2006: 20).

Para o autor, “o tema da desqualificação social refere-se por consequência, pelo menos em certa medida, à lógica da designação e da etiquetagem e dos seus efeitos sobre o plano identitário. O recurso à assistência foi frequentemente descrito como um calvário humilhante que pode introduzir uma mudança profunda no itinerário moral de um indivíduo” (tradução nossa, Paugam, 1991: 25).

A desqualificação social está, de alguma forma, ligada a evoluções estruturais que ocorrem simultaneamente. A primeira evolução diz respeito ao momento em que se assiste à degradação do mercado de emprego, já a segunda evolução estrutural ocorre

aquando o enfraquecimento dos laços sociais; em algumas situações, o afastamento do mundo do emprego faz-se acompanhar por um afastamento da vida social. O enfraquecimento económico, bem como a precariedade das condições de vida dos indivíduos fá-los recorrer, muitas vezes contra a sua própria vontade, aos serviços de acção social. O autor insiste sobre o constrangimento que representa a obrigação de frequentar os serviços de acção social para todos aqueles que vivem uma situação de desqualificação profissional. A ausência de uma certeza de colocação profissional, em conjunto com um sentimento de inutilidade para com o mundo, de ter perdido a sua dignidade, podem levar algumas pessoas à ruptura com a sociedade em geral (Ermida, 2006: 21).

Importa, também, referir que Serge Paugam distingue três fases no processo de desqualificação social, que correspondem a três tipos de população, são elas:

- A *primeira fase*, designada por fase de fragilidade, corresponde à entrada no processo de desqualificação social, na maioria das vezes, após uma desclassificação ou uma sucessão de tentativas falhadas de inserção no mercado de trabalho. O autor refere que num estágio de *fragilidade interiorizada* os indivíduos vêm o assistencialismo com repúdio e a vergonha impede uma utilização racional e pragmática dos serviços sociais existentes (Paugam, 1991:51).

- A *segunda fase*, diz respeito à assistência ou à dependência, isto é, aqueles que se sentiam constrangidos pelo facto de pedir ajuda, tomaram, paulatinamente, consciência de que as possibilidades de voltar a ingressar o mercado de trabalho diminuíram e que têm de recorrer aos serviços de acção social. Quando por força das situações os atingem, estes actores sociais se vêem obrigados a recorrer à assistência social (subsídio de desemprego ou rendimento social de inserção), são invadidos por sentimentos de inferioridade insuportáveis, entendendo o assistencialismo como uma verdadeira renúncia pessoal e como uma perda progressiva de dignidade (Ermida, 2006: 21).

- A *terceira fase* corresponde à ruptura ou à marginalidade; as populações que estão a viver situações de verdadeira marginalidade perdem os laços com o mercado de trabalho. Parafraseando Adão e Silva, “*quando falamos de excluídos falamos não só de indivíduos que se encontram cobertos pelas estruturas da segurança social, mas*

falamos, principalmente, de indivíduos que se encontram para além desta, numa zona em que a cidadania e a utilidade social são realidades inexistentes” (Silva, 1998: 39).

É por tudo isto que se tornou pertinente uma análise profunda e exaustiva acerca destes grupos mais fragilizados da sociedade.

I.III - Exclusões: profissional e social

Nas sociedades actuais, não é demais referir a existência de exclusão tanto ao nível social como ao nível profissional². Desta forma, importa fazer referência à formação escolar e à formação profissional, que surgem, não raras vezes, como mecanismos que, de alguma forma, distanciam estas populações mais vulneráveis do afastamento do mercado de trabalho.

O aumento das qualificações da população activa surge, neste momento, em Portugal, como resultado de um objectivo de política governamental que associa o aumento das qualificações escolares a um aumento de qualificações profissionais. Este aumento das qualificações ou, pelo menos, a certificação de qualificações obtidas informalmente, tem por base, na maior parte das vezes, o contexto profissional dos adultos. De facto, o nosso quadro legal, no que toca a questões laborais, dá conta desta necessidade de mudança no sentido do desenvolvimento de formação profissional para promover a qualificação dos trabalhadores em contexto de trabalho.

Medidas como o Programa Novas Oportunidades estão a permitir um aumento significativo das qualificações da população activa, em geral, por intermédio essencialmente do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). Estas novas oportunidades permitem o contacto com áreas-chave no âmbito das competências, tocando, para além do saber-fazer e do saber-saber, o saber-estar/saber-ser, recentrando, deste modo, as questões de cidadania.

Por sua vez as questões de cidadania, em termos de áreas de competência-chave, estão associadas à empregabilidade e à profissionalidade dependendo se se trata do nível básico ou do nível secundário de ensino. Esta é, aliás, uma das razões pelas quais esta medida é colocada também no âmbito do combate à exclusão social. Resultando da política de educação/formação, o processo RVCC no âmbito das novas oportunidades é, por isso, recorrentemente usado na aplicação de medidas como o R.S.I., tornando-se muitas vezes central para o desenvolvimento das mesmas.

A criação desse sistema (RVCC) permitiu avaliar e acreditar, formalmente, as competências que os adultos activos adquirem ao longo das suas práticas profissionais.

² Porque a exclusão se faz sentir em diversos níveis e de diferentes formas, achei pertinente o uso do conceito no plural

Para Cristina Parente, o sistema RVCC “*baseia-se em valores e princípios como o desenvolvimento pessoal, a construção de locais de solidariedade, o reforço da participação social, o aprofundamento da cidadania, a melhoria da empregabilidade e o reforço das condições de acesso a todos os níveis e tipos de aprendizagem*” (Parente [coord], 2007: 92).

Na prática, o sistema de RVCC veio colmatar uma necessidade sentida pela população que não teve a oportunidade de frequentar o sistema de ensino aquando a idade própria e que, por conseguinte, se viu impossibilitada de adquirir um conjunto de competências que lhe garantisse a execução de plenos direitos de cidadania e uma situação de trabalho estável, entre outros (*Ibidem*). O sistema de RVCC funciona como um mecanismo de duas respostas, no sentido que visa contribuir para o aumento dos níveis de qualificação formal da população activa, bem como constituir uma segunda oportunidade de formação para aqueles que não frequentaram ou abandonaram precocemente os sistemas de educação e formação.

Assim sendo, a formação e a experiência, enquanto fontes de saber, tornam-se factores decisivos no mercado de trabalho. De acordo com Fátima Suleman, hoje, mais do que ser qualificado, é importante “*saber combinar e utilizar, em cada situação concreta da prática de trabalho, esses saberes*” (Suleman, 2000: 85). As novas políticas de emprego e de educação, orientadas por um carácter pró-activo, vão no sentido de incentivar o empreendedorismo e são claramente o resultado do reconhecimento da importância das competências, com vista a fomentar a empregabilidade dos cidadãos.

A formação profissional permite aprender a saber, a fazer e a ser. Diz respeito ao alcance dos objectivos relacionados com o trabalho, distinguindo-se da formação escolar que se destina à transmissão de conhecimentos de carácter geral, ao desenvolvimento de aptidões facilitadoras da integração no meio ambiente, à autonomia e ao avanço da sociedade de uma forma geral.

A formação profissional surge como um meio fundamental para que as pessoas mantenham o seu emprego, desenvolvam a sua empregabilidade e sejam capazes de colocar as suas forças ao serviço de uma melhor qualidade de vida e de maior realização pessoal. O mundo do trabalho assiste hoje a um cenário de mutações constantes e rápidas no mercado de trabalho e, neste contexto, torna-se indispensável que cada indivíduo tenha a possibilidade de actualizar e alargar os seus conhecimentos ao longo

da vida. Com efeito, a formação deveria contribuir para uma melhoria da situação dos trabalhadores, não só em termos salariais, mas também em melhores condições de trabalho.

No contexto em que se desenvolveu o presente trabalho, não se pode ignorar o facto de o grosso da população-alvo da formação profissional encerrar em si uma característica comum, que se traduz na posse de capital escolar muito baixo. Para Cristina Parente, a solução para as práticas de exclusão passa “*por orientar os trabalhadores com baixas qualificações para a prossecução de acções de formação que deverão, acima de tudo, respeitar as suas especificidades cognitivas, operacionais e sócio-culturais*” (Parente, 1996: 114). Impõe-se, assim, uma formação que tenha em conta as especificidades dos trabalhadores.

É neste contexto que importa salientar o verdadeiro valor do trabalho; é um direito dos cidadãos, uma forma de inclusão social para estas franjas da população que se sentem afastadas da sociedade. O trabalho desempenha um papel central na vida dos indivíduos, uma vez que é dele que podem retirar diferentes tipos de recompensas: materiais, na medida em que recebem uma remuneração pelos serviços prestados; sociais, pelos contactos com outras pessoas que o trabalho permite; prestígio, pelo estatuto social associado às funções desempenhadas; valorização pessoal, enquanto fonte de auto-estima, identidade e meio de realização pessoal.

A exclusão social tem como principal factor impulsionador a situação perante o trabalho. Assim, o desejo de acesso ao emprego por parte dos indivíduos está relacionado com vários aspectos: a remuneração dele advinda pode suprir as necessidades básicas da família; é um elemento central da formação das identidades e do *status* social; permite redes de relacionamento social e de prestígio social (Ermida, 2006: 25).

Importa, neste ponto, referir que, através de um olhar atento ao perfil destes actores sociais, podem salientar-se alguns problemas que impedem o acesso dos mesmos ao emprego: são portadores de baixas qualificações, ou estas estão desajustadas/obsoletas; vivenciam, muitos deles, o fenómeno do insucesso escolar; vivem na maioria dos casos em más condições habitacionais e têm, por vezes, graves problemas de saúde.

O acesso ao emprego é muitas vezes impedido pelas imagens e representações sociais criadas acerca de determinadas categorias da população, sendo o preconceito, a segregação social e a marginalização obstáculos à reentrada no mercado de trabalho. Estas representações tendem a incorporar-se nas pessoas sob a forma de acomodação, dando origem a uma auto-estima negativa dos indivíduos. É também de salientar que “[...] *a fragilidade dos recursos relacionais e a pertença a meios socialmente estigmatizados, gera atitudes e disposições fortemente sedimentadas e de efeitos duráveis que inibem a construção de projectos de vida e que impedem a participação*” (Capucha, 2000: 189).

Urge assim a necessidade de revelar diferentes categorias que são afectadas pela escassez de oportunidades e pela limitação de capacidades no que diz respeito àqueles que procuram a inserção no mercado de trabalho.

Surge a categoria que é constituída pelos indivíduos que têm problemas na reinserção profissional, devido às suas baixas qualificações escolares e profissionais, mas que aspiram inserir-se no mercado de trabalho para melhorarem a situação precária em que se encontram. Nesta categoria situam-se as famílias monoparentais, as minorias étnicas e culturais e as pessoas com baixas qualificações. Uma categoria que integra os indivíduos e as famílias em situação de pobreza persistente que, para além de terem as características mencionadas na categoria anterior, se deparam com problemas ao nível da desorganização da vida pessoal e desenvolvem atitudes de desencorajamento e de resignação face à sua situação. Nesta categoria encontramos os que vivem em círculos de pobreza instalada e geracional, os desempregados de longa duração, bem como todos aqueles que não possuem a escolaridade mínima obrigatória.

Uma outra categoria de análise, insere todos aqueles que são portadores de deficiências físicas ou mentais, bem como aqueles que têm doenças crónicas; indivíduos que necessitam de uma formação específica e adaptada a cada tipo de limitação que têm, para, de uma maneira mais digna, desenvolverem as suas capacidades através da sua própria integração em empregos que reúnam as condições adequadas às suas limitações. Por último a categoria que diz respeito aos grupos que enveredam pelos modos de vida marginais, “[...] *inadaptados à vida normal em sociedade, reflectidos no desinteresse pela inserção na vida profissional ou, quando este interesse ressurgir, na existência de fortes dificuldades de reinserção inerentes ao seu estatuto fortemente*

estigmatizado” (Capucha, 1998: 67). Assim sendo, nesta categoria inserem-se os sem-abrigo, os toxicodependentes e ex-toxicodependentes, os reclusos e ex-reclusos e os jovens em risco. Com este tipo de público, a intervenção passa por integrar medidas de qualificação profissional e relacional, nomeadamente a aquisição de competências pessoais, relacionais e profissionais.

Posto isto, não é de mais salientar a verdadeira importância que o mercado de trabalho representa para a sociedade. Num contexto em que o trabalho assume-se como um eixo estruturador, não só da actividade económica, mas também da organização social, política e cultural, o facto de não se estar inserido no mercado de trabalho torna-se um problema fulcral.

I.IV - Valor do trabalho nas sociedades globalizadas

Nas últimas décadas do século XX, constatou-se uma tendência para o crescimento das taxas de desemprego, em particular nos países da União Europeia. São vários os factores explicativos desta situação, como por exemplo, a reorganização dos sistemas produtivos, a reestruturação de um número elevado de postos de trabalho, a flexibilização das relações laborais, que conduzem a uma grande instabilidade dos mercados de trabalho e que estão associados nos países da União Europeia a uma deficiente capacidade de criação de emprego. Na verdade, o trabalho permanece nas sociedades hodiernas como um valor fulcral e estruturante no que concerne à integração social, económica e política, mas quando associado ao aumento das taxas de desemprego e aos indícios de precarização das relações salariais, surge o risco de agravamento da pobreza, do isolamento e, sem dúvida, da exclusão social (Ermida, 2006: 29).

Segundo Teixeira Fernandes, *“o trabalho continua a ser considerado como espaço de reconhecimento e de sociabilidades [...] o trabalho constitui o ligame essencial que une o homem à sociedade”* (Fernandes, 2000: 173).

Os sistemas de protecção social, construídos através da relação que existe entre a economia e a sociedade, foram também afectados pelo fenómeno da globalização que colocou em crise o Estado-Providência, ao dissociar estes domínios. *“Encontram-se em desagregação as instituições de actuação do ligame social e da solidariedade (a crise do Estado-Providência), as formas de relação entre a economia e a sociedade (a crise do trabalho) e os modos de constituição das identidades individuais e colectivas (a crise do sujeito)”* (Idem: 166). Esta falta de ligação entre o económico e o social traduz-se na crise do Estado-Providência *“que vê aumentar o desajustamento entre as receitas e as despesas, para além de contribuir para a destruição das sociedades tradicionais. Nas sociedades democráticas, como a portuguesa, compete ao Estado, a tarefa de criar novas formas de solidariedades porque ao desenvolvimento da democracia está associado o progresso social e este à sociedade”* (Ermida, 2006: 30).

Segundo Teixeira Fernandes, se os indivíduos não se encontram em igualdade é necessário fazer-se justiça, *“é necessário fazer-se intervir um sistema redistributivo solidário, assente sobre uma base mais sólida de solidariedade, para que possa ter o*

seu devido alcance [...] não se pode deixar as pessoas à margem da sociedade, em total dependência, como se não tivesse em relação a elas graves responsabilidades” (Fernandes, 2000: 181). Nesta linha de pensamento, importa salientar o contributo de Capucha, que afirma que *“a exclusão é um fenómeno actual associado à precariedade perante o emprego, esta precariedade e insegurança do mercado de trabalho afectam os modos de vida das pessoas, [...] a desagregação dos laços sociais acaba por se estender a outras esferas da vida, repercutindo-se nas competências, na auto-estima e na capacidade de desempenho social. A vergonha passa a dominar o quotidiano. Rompem-se os laços com os grupos de amigos, as redes de relações esboroam-se, a própria família deixa de ser integradora. Emerge a solidão, o isolamento, o ficar de fora, a perda do laço social”* (Capucha, 2005: 82).

Num Estado em que se proclama a igualdade de direitos e oportunidades para a sociedade, urge a necessidade de políticas sociais orientadas para promover condições de vida minimamente dignas para todos aqueles que, pelas mais variadas razões, não as conseguem obter. A protecção social aos trabalhadores e às suas famílias e os apoios sociais para aqueles que são privados do mercado de trabalho são exemplos de políticas sociais. António Teixeira Fernandes reforça a questão das políticas sociais ao mencionar o facto de as mesmas temperarem os efeitos negativos da economia (os disfuncionamentos, os conflitos e as divisões), cobrindo *“as feridas visíveis da sociedade”* (Fernandes, 1991: 61). No entanto, a política social tende a desvalorizar e desqualificar aqueles a quem ajuda, atribuindo-lhes o estatuto de assistidos, consagrando, assim, a sua *“incapacidade”*, o seu insucesso (Fernandes, 1991: 61).

Neste sentido, importa fazer referência ao conceito de estigma. Na actualidade, a palavra "estigma" representa algo de mal, que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade deteriorada por uma acção social. Para Goffman (1993, p. 11), a sociedade estabelece um modelo de categorias e tenta catalogar as pessoas conforme os atributos considerados comuns e naturais pelos membros dessa categoria. Estabelece também as categorias a que as pessoas devem pertencer, bem como os seus atributos, o que significa que a sociedade determina um padrão externo ao indivíduo que permite prever a categoria e os atributos, a identidade social e as relações com o meio. Criamos um modelo social do indivíduo e, no processo das nossas vivências, nem sempre é imperceptível a imagem social do indivíduo que criamos

Segundo Goffman, o estigma estabelece uma relação impessoal com o outro; o sujeito não surge como uma individualidade empírica, mas como representação circunstancial de certas características típicas da classe do estigma, com determinações e marcas internas que podem sinalizar um desvio, mas também uma diferença de identidade social.

Posto isto, há que fazer alusão ao *conceito de empregabilidade*. É nos anos 60 do século XX que o conceito de empregabilidade aparece, remetendo para a maior ou menor capacidade para obter um emprego. A partir de 1997, ganha maior visibilidade devido à Estratégia Europeia para o Emprego (Cimeira do Luxemburgo, 1997). Esta estratégia dá especial ênfase à melhoria das qualificações académicas e profissionais dos trabalhadores para evitar momentos de fragilidade face às perturbações do mercado de trabalho.

Não raras as vezes, a empregabilidade apenas tem em linha de conta variáveis como o género, a condição social, as capacidades de aprendizagem. No entanto há que ter em conta, para além destas características, as dinâmicas de funcionamento do mercado de trabalho, condicionadas pelo contexto económico e social, em que as capacidades das empresas ou instituições para gerar emprego, a necessidade das competências dos recursos humanos, as práticas de selecção e recrutamento de mão-de-obra, entre outras, são decisivas das oportunidades de emprego criadas.

Na perspectiva de Kovács “*por empregabilidade entende-se a oportunidade e capacidade de as pessoas adquirirem competências que lhes permitam encontrar, manter e enriquecer a sua actividade e mudar de emprego*” (Kovács, 2002: 82).

Tendo por base os conceitos de qualificação, formação e empregabilidade, a autora refere que a empregabilidade significa uma possibilidade acrescida de acesso ao emprego ao longo da vida de trabalho: transição bem sucedida da escola para o primeiro emprego, reentrada no mercado de trabalho a partir de uma situação de desemprego, mobilidade [...], aptidão para responder a conteúdos e requerimentos de emprego (Kovács, 1999: 13, cit. por Amaro, 2009: 7).

Para a autora as questões relacionadas com a empregabilidade devem ser analisadas no contexto das profundas mutações a que se tem assistido no mercado de trabalho, com particular incidência na emergência de novas competências ligadas às mudanças técnico-organizativas e na difusão de formas atípicas e precárias de emprego.

Kovács defende ainda um ponto de vista segundo o qual as perspectivas de empregabilidade são muito diferenciadas de acordo com as possibilidades de desenvolvimento das competências. Ainda neste contexto, torna-se essencial referir o conceito de empregabilidade frágil associado a determinados segmentos da população que, pelo facto de não terem oportunidades que lhes permitam desenvolver competências fundamentais ao desenvolvimento de uma actividade profissional, estão muito próximos de se tornarem excluídos (Schnapper, 1998).

Ainda relativamente à temática do mercado de trabalho, torna-se essencial salientar que o processo de globalização que se atravessa tem-se repercutido nessa mesma temática com inúmeras alterações. De entre essas alterações, salientamos as profundas mudanças a nível tecnológico, nomeadamente com a introdução das tecnologias da informação e comunicação (TIC); a internacionalização das economias e a globalização dos mercados que, com o seu carácter desregulamentador, dá origem a novas formas de utilização da força de trabalho; as novas políticas ao nível da gestão, com grande enfoque na externalização de recursos e actividades, que promovem a redução de efectivos, fazendo surgir as mais diversas formas atípicas de emprego.

O resultado de tudo isto é a precarização do emprego, que dá origem àquilo a que Schnapper (1998) apelida de “*emprego sem estatuto*”. De uma outra forma, Centeno traduz esta mesma ideia: “*o mercado de trabalho individualiza-se, os vínculos laborais precarizam-se e as empresas reduzem a sua dimensão de forma rápida. A resposta à individualização do consumo é a individualização do mercado de trabalho e aquilo que o trabalho dava começa a ser posto em causa*” (Centeno cit. por Amaro, 2009: 8).

Posto isto, não há qualquer dúvida em referir que o trabalho ocupa um papel central na vida dos indivíduos.

No entanto, não podemos deixar de mencionar que, existem vozes discordantes a esta tese da centralidade do trabalho, nomeadamente André Gorz. O autor, desde o livro *Adeus ao proletariado* (1982) vem fazendo críticas à racionalidade económica e argumentando que foi o capitalismo quem inventou o trabalho, propôs, em *Metamorfoses do trabalho* (2003), alternativas para o que ele denomina “desmoronamento” da utopia da sociedade industrial fundamentada no trabalho. As suas propostas estão centradas na redução da duração do trabalho e na criação de uma política de renda garantida para todos. Para Gorz, “a diminuição progressiva do trabalho

com fim económico permitirá que nela [na sociedade] predominem as actividades autónomas; o tempo livre prevalecerá sobre o tempo coagido, o lazer sobre o trabalho” (Gorz, 2003:177).

Em suma, o autor acredita que a actual crise é uma grande oportunidade, “de passar de uma sociedade produtivista ou sociedade do trabalho a uma sociedade do tempo liberado onde o cultural e o societal predominam sobre o económico” (ibidem, p. 177).

Capítulo II - O Rendimento Social de Inserção

II.I - A implementação do Rendimento Social de Inserção

A Lei 13/2003, de 21 de Maio, revoga o Rendimento Mínimo Garantido criado pela Lei 19-A/96, de 29 de Junho e surge em sua substituição o Rendimento Social de Inserção.

Em 1992, no âmbito de um dispositivo global e coerente de luta contra a exclusão social, é instituída a recomendação a todos os estados-membros da União Europeia sobre o direito fundamental dos indivíduos a terem recursos suficientes para viver com dignidade humana.

A lei que criou o Rendimento Social de Inserção, outrora Rendimento Mínimo Garantido, foi apresentada ao Conselho Económico e Social (CES) e, após obtido o parecer positivo, entrou em vigor a 1 de Julho de 1996 (Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho) com vários projectos-piloto experimentais, nos quais se incluiu Vila Nova de Gaia (devido aos seus indicadores sociais desfavoráveis), seleccionados de modo a abranger as populações de norte a sul do país e a contemplar a dicotomia urbano/rural.

Devido ao êxito que estes projectos-piloto tiveram, a Comissão Nacional do Rendimento Mínimo propôs a generalização desta medida, alargando progressivamente as áreas de abrangência a todo o país, a partir de 1 de Julho de 1997.

A entrada em vigor do Rendimento Mínimo Garantido teve como objectivo promover a inserção dos indivíduos, através de um benefício financeiro e da participação de um programa de inserção para colmatar as vulnerabilidades dos indivíduos aos mais vários níveis (económicos, sociais, saúde). Por sua vez, o Rendimento Social de Inserção não difere substancialmente do anterior Rendimento Mínimo Garantido, na medida em que mantém basicamente a mesma estrutura.

Trata-se de uma prestação pecuniária, integrada no subsistema de solidariedade (não contributivo³), aliada a um programa de inserção, que procura abranger não só o titular, como todos os elementos do seu agregado familiar.

³ O facto de se tratar de um subsistema não contributivo pode dar origem a desequilíbrios do ponto de vista do financiamento do mesmo. Do ponto de vista do beneficiário, se por um lado pode causar algum tipo de sentimento de acomodação à situação de dependência, por outro lado pode servir como alavanca

Como tal, o valor do R.S.I. deixa de ser indexado ao montante legalmente fixado para a pensão social do regime não contributivo de Segurança Social e passa a ser indexado ao valor da pensão social do subsistema de solidariedade.

A prestação é atribuída a quem se encontre em situação grave de carência económica e social e manifeste disponibilidade activa para o trabalho, formação profissional ou qualquer outra acção destinada a apoiar e a preparar a sua integração laboral e social. As prestações têm uma duração mínima de doze meses, havendo possibilidade de renovação, desde que os beneficiários apresentem nova candidatura até dois meses antes de terminar o prazo. *“A prestação pecuniária, ao assegurar uma garantia de rendimento, visa estabelecer um pacto de confiança entre indivíduo e sociedade, através do Estado, e assim viabilizar uma base para a libertação e autonomia do indivíduo, por via do programa de inserção”* (Carvalho, 1998: 88).

As principais mudanças introduzidas relativamente ao anterior regime vão no sentido de acentuar o carácter transitório e subsidiário da atribuição da prestação, designadamente introduzindo condições mais restritas de acesso e manutenção do direito à prestação e penalizando de forma mais gravosa o incumprimento dos compromissos assumidos pelos titulares e beneficiários, bem como quaisquer condutas consideradas abusivas e fraudulentas. No Rendimento Mínimo Garantido, a não celebração do programa de inserção implicava a cessação imediata da prestação e impedia o beneficiário de a requerer novamente pelo menos durante seis meses. Com o Rendimento Social de Inserção, esta inibição é mais severa, implicando um período mínimo de doze meses.

O acompanhamento de todos os processos é da responsabilidade dos Núcleos Locais de Inserção que vieram substituir as Comissões Locais de Acompanhamento, mas mantêm praticamente a mesma estrutura. Estes núcleos têm também a seu cargo a aprovação dos requerimentos e posteriormente a sua avaliação.

Podem requerer o Rendimento Social de Inserção, os indivíduos e famílias em situação de grave carência económica e que satisfaçam as restantes condições de atribuição. Consideram-se em situação de grave carência económica os indivíduos cujo rendimento seja inferior a 100% do valor da pensão social e os agregados familiares

para uma possível saída da situação de exclusão em que se encontra, na medida em que o mesmo pode auto-identificar-se como excluído.

cujo rendimento seja inferior à soma dos seguintes valores: 100% do valor da pensão social por cada adulto, até dois; 70% do valor da pensão social, por cada adulto a partir do terceiro; 50% do valor da pensão social por cada menor, até dois; 60% do valor da pensão social por cada menor a partir do terceiro filho; no caso de gravidez do titular da prestação, do cônjuge ou pessoa que viva em união de facto, aos 100% do valor da pensão social é acrescido 30% durante o período de gravidez e 50% durante o primeiro ano de vida da criança. Ao valor da prestação pode ser acrescido um montante adicional sempre que existam dentro do agregado indivíduos com deficiências, doenças crónicas ou outra situação geradora de grande dependência que impeça o requerente de exercer uma actividade económica; existem, ainda, apoios ao nível dos transportes, da habitação e do arrendamento público, da saúde e da educação.

As condições de atribuição do Rendimento Social de Inserção são as seguintes: ter idade igual ou superior a dezoito anos, ou inferior se tiver menores na sua dependência, ou no caso de mulheres grávidas. Os indivíduos têm de possuir residência legal em Portugal, não podem auferir rendimentos ou prestações sociais próprias ou do conjunto dos membros que compõem o agregado familiar, superiores aos definidos na lei aprovada. Para aqueles que requerem a prestação que têm entre os dezoito e os trinta anos, existe a condição de, no momento do pedido da prestação, estarem inscritos no centro de emprego da sua área de residência há pelo menos seis meses. É também essencial o fornecimento de meios de prova necessários à verificação da situação de carência económica e é, igualmente, obrigatório subscrever e prosseguir um programa de inserção legalmente previsto (Grupo Editorial Vida Económica / Boletim do Contribuinte, 2005).

A elaboração do programa de inserção sofreu, também ele, algumas alterações, ou seja, com o Rendimento Mínimo Garantido o prazo máximo estabelecido para a elaboração do programa era de três meses, actualmente, com o R.S.I. (Rendimento Social de Inserção), este prazo diminuiu para apenas sessenta dias, contados a partir da atribuição da prestação. O Programa de Inserção visa, essencialmente, proporcionar uma integração social plena dos cidadãos beneficiários de R.S.I., é um momento em que se evidenciam mais significativamente, junto dos técnicos de acompanhamento, alterações no contexto profissional dos beneficiários, uma vez que se desloca o centro da intervenção da ajuda financeira, tendencialmente, assistencialista e assente em

práticas administrativas, para acções orientadas para a inserção no mercado de trabalho normal, formação profissional e qualificação, bem como o aumento de competências sociais, pessoais, parentais, engloba, também, questões culturais e, até mesmo, de cidadania (IDS, 2002: 52).

Como salienta Maclouf (1992), a inserção é um conceito operativo das políticas sociais, na medida em que põe em prática acções organizadas em torno deste termo. No fundo, *“é em função do jogo de actores posicionados localmente, das suas representações sobre a pobreza e dos meios que consideram legítimos por em prática que este conceito vai encontrando e construindo os seus conteúdos”* (IDS, 2002: 58).

Finalmente, é ainda de salientar que aquando a revogação do Rendimento Mínimo Garantido, os requerimentos apresentados até aquela data foram avaliados ainda de acordo com os critérios previstos na lei anterior. Os beneficiários desta prestação passaram a reger-se pelas novas regras do Rendimento Social de Inserção após ter terminado o período a que tinham direito à prestação.

II.II - Políticas Sociais: o Rendimento Social de Inserção como exemplo de política social

É hoje largamente consensual que uma eficaz e duradoura redução da pobreza e da exclusão social depende, em primeiro lugar, da capacidade de uma comunidade gerar um sustentado e igualmente duradouro processo de desenvolvimento económico, isto através do desenvolvimento local, da responsabilidade social das empresas e do papel fundamental do terceiro sector.

Um processo de desenvolvimento deverá ser entendido como um processo em que a criação de emprego assume uma importância elevada no que se refere à quantidade, o que implica investimento quer em termos de capital económico (equipamentos, infra-estruturas), como também no que respeita ao capital humano entendido enquanto qualidade e qualificação dos recursos humanos, não só no que concerne à formação profissional e à especialização, como também ao que respeita à capacitação dos indivíduos. Neste sentido, podemos destacar o empreendedorismo associado ao espírito de iniciativa, de que é exemplo a criação do próprio emprego, bem como o desenvolvimento local como estratégia de combate à deslocalização.

O trabalho é, seguramente, o factor mais inclusivo, e o trabalho qualificado o factor mais sustentável de uma plena inclusão social. Assim se justifica o facto de a criação de emprego assumir uma importância tão grande no quadro das políticas inclusivas.

O investimento na qualificação dos indivíduos constitui, numa perspectiva estrutural, um dos mais poderosos instrumentos de prevenção da pobreza e da exclusão social. Esta é, tem de ser, uma prioridade política do presente e, seguramente, durante os próximos anos.

Não bastará o crescimento económico para que se obtenha um desenvolvimento totalmente inclusivo. Há que garantir que alguns não são deixados para trás na voragem das transformações económicas; quer os que não atingem, pelo trabalho, níveis aceitáveis de bem-estar, quer aqueles que, por não estarem em situação activa, necessitam de outros instrumentos para os alcançarem. É por isso que o Estado e as políticas públicas têm uma responsabilidade acrescida na redução da pobreza, nomeadamente através das transferências sociais. A eficácia dessas transferências

sociais não é uma garantia à partida; ela depende da coerência e sustentabilidade estrutural do sistema de protecção existente.

Uma acção integrada dos diversos agentes – promoção do crescimento e emprego, mais e melhores qualificações, protecção social sustentável, justa e socialmente equilibrada, de prestações de combate à pobreza rigorosas e bem dirigidas, mobilização de todos os actores sociais, com a devida valorização do papel da sociedade civil – pode e deve ser o pilar de uma estratégia bem conseguida de defesa de uma sociedade plenamente inclusiva. Estes são os pilares que devem ser tidos em conta na Estratégia Nacional para a Inclusão uma estratégia de desenvolvimento para a cidadania que não deixe ninguém para trás.

Neste sentido, importa referir que o Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social identificou algumas prioridades de intervenção e algumas medidas políticas a implementar. Este Plano escolheu prioridades que se orientaram para campos de vulnerabilidade e exclusão no contexto português.

Visou combater a persistência do fenómeno que com particular determinação tem atingindo crianças e idosos, grupos que são historicamente desfavorecidos. Com isto, esperava-se poder impedir o efeito reprodutor que a pobreza tem manifestado, viabilizando ainda mecanismos compensatórios que contrariem o envelhecimento desprotegido. Propôs-se, ainda, a intervir no sentido de interromper os ciclos de pobreza que, persistentemente, os baixos níveis de escolaridade e as baixas qualificações da população portuguesa têm impedido de ultrapassar. Promover mais e melhores competências e qualificações em fases precoces da vida e ao longo da mesma, foi também uma das prioridades deste Plano, com esta prioridade em particular, pretendia-se obter o desenvolvimento sócio-económico e a coesão social do país.

A estratégia global definida pelo PNAI assumiu como principal finalidade a inclusão de todos os cidadãos, garantindo o acesso aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços, bem como promover a igualdade de oportunidades de participação social numa sociedade com melhor qualidade e coesão social. Esta estratégia global assentou num conjunto de princípios base, dos quais se destacam: a consagração de direitos básicos de cidadania, que postula o direito ao trabalho e a apoios básicos com vista à inserção, mas também ao exercício dos direitos cívicos, à cultura, à educação, à habitação condigna e à participação na vida social e cultural; ainda a salientar o

princípio da responsabilização e a mobilização do conjunto da sociedade e de cada pessoa no esforço da erradicação das situações de pobreza e exclusão, com particular enfoque na contratualização das respostas de protecção social.

Perante este quadro de princípios orientadores e com o desenvolvimento dos mesmos, pretendeu-se alcançar não só um padrão de intervenções pautado pelo efectivo impacte na qualidade de vida das pessoas, nos seus contextos de vida e da sociedade em geral.

Hoje em dia a organização social revela uma manifesta impotência para fazer face às necessidades básicas de todos os cidadãos, o que pressupõe a existência de profundas desigualdades e concomitantemente a não possibilidade de todas as pessoas possuírem um padrão de vida digna. A divulgada sustentabilidade do modelo de desenvolvimento actualmente adoptado contrapõe-se à produção insuficiente de bens e serviços para responder a tais necessidades e a uma desequilibrada repartição dos recursos necessários à obtenção desses bens e serviços.

Quer seja ao nível internacional, nacional, regional ou local, a resposta organizada a situações de privação que afectam um número muito alargado de indivíduos surge através das denominadas *políticas sociais*, que têm como principal finalidade prevenir, atenuar ou resolver esses problemas sociais e que se traduzem em situações de exclusão social e pobreza⁴.

Ao longo dos últimos anos, tem-se vindo a acentuar a vulnerabilidade da sociedade pela globalização marcadamente económica que provocará um aumento de emprego precário, degradação dos padrões tradicionais de vida familiar, exclusão dos menos capazes de se adaptarem e relativa oposição à mudança.

Foram definidos como pilares do desenvolvimento social a erradicação da pobreza e a integração social com vista à construção de uma sociedade mais justa. Apela-se de igual modo para a luta contra qualquer tipo de discriminação, favorecendo

⁴ A complexidade e a multidimensionalidade que a pobreza e a exclusão social assumem não correspondem de todo ao frequente entendimento de que tais conceitos se reportam à sua manifestação extrema: a miséria. Isto é, omite-se a existência de diversos graus de dependência e privação. Paralelamente, se a pobreza corresponde a uma situação de privação por falta de recursos, ela apresenta-se como uma forma de exclusão social ao assumir-se como a negação de escolhas e oportunidades para viver uma vida aceitável: o indivíduo nestas circunstâncias é excluído de alguns dos sistemas sociais básicos ao revelar acentuadas perdas na capacidade de intervenção cultural, política e ambiental, ou seja não intervém na sociedade em plena cidadania.

os mecanismos de participação e associação das populações, em particular as que se encontram em situações de exclusão.

A política social europeia pretende corrigir os desequilíbrios económicos e sociais existentes ao garantir direitos mínimos e condições de protecção com vista ao atenuar das grandes disparidades; os objectivos prioritários recaem na melhoria das condições de vida/trabalho, na formação de emprego, no desenvolvimento de recursos humanos com vista a alcançar um elevado nível de emprego, no diálogo social entre parceiros, na promoção de uma protecção social adequada e por consequência na resolução do problema da exclusão social.

A designada *Estratégia de Lisboa* é tida como um importante marco de referência nas políticas sociais europeias de promoção da inclusão social, uma vez que “*aqui os Estados-membros comprometeram-se em promover o desenvolvimento sustentável e empregos de qualidade de forma a contribuir para reduzir o risco de pobreza e exclusão social, bem como reforçar a coesão económica e social na União Europeia entre 2001 e 2010*” (Moreira, 2003:2).

Por ser um marco importante no contexto das políticas públicas importa salientar que a Estratégia de Lisboa foi adoptada pelo Conselho Europeu de Primavera de 2000, visando transformar a Europa “na economia de crescimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de um crescimento sustentável, acompanhado da melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de maior coesão social” (Estratégia de Lisboa – Portugal Novo).

Em Março de 2008, o Conselho Europeu de Primavera aprovou as orientações para os três anos seguintes de implementação da Estratégia de Lisboa, 2008-2010. Definiu-se, então, que, no seu novo ciclo, a tónica desta Estratégia seria colocada na implementação. Assim sendo, prioridades como um maior investimento em educação e investigação, mais apoio às PME, taxas de emprego mais altas e a definição de uma estratégia comum de energia, continuam a constituir a pedra angular desta Estratégia.

Reiterou a validade das grandes orientações para as políticas económicas e orientações em matéria de emprego, bem como de alguns domínios de acção anteriormente definidos (conhecimento e inovação, ambiente das sociedades, emprego, energia e alterações climáticas).

O Rendimento Social de Inserção em substituição do Rendimento Mínimo Garantido insere-se, efectivamente, na nova geração de políticas sociais integrantes de princípios de igualdade e de promoção da cidadania e pretende, essencialmente, garantir um rendimento mínimo e o acesso a condições de inserção a todos os cidadãos em situação de carência económica, baseando-se no princípio de solidariedade nacional; pretende assegurar o direito à individualidade no cumprimento de um programa de inserção social e profissional, construído com o próprio beneficiário e o seu agregado familiar, e procura envolver o indivíduo, enquanto sujeito activo de direitos e deveres, numa relação directa com a activação de políticas de solidariedade (Ermida, 2006: 44).

A elevada competição económica, resultante das regras de um mercado que se expande e assenta numa evolução tecnológica num ritmo cada vez mais acelerado, aumenta as dificuldades de adaptação aos mais variados grupos profissionais, especialmente aqueles que têm qualificações mais baixas. De facto, a exclusão resulta de um grande número de pessoas no acesso aos benefícios do modelo económico emergente. A ameaça que um número cada vez maior de excluídos constitui para o equilíbrio social veio suscitar a questão da incapacidade dos sistemas tradicionais de protecção social em responderem de forma eficaz a essa problemática.

É neste contexto que deve ser visto o surgimento de medidas de protecção social adicionais às anteriormente existentes nos esquemas da Segurança Social. Neste sentido encontramos o R.S.I., que se consolida como uma prestação criada para combater o fenómeno da pobreza e da exclusão social, procurando, então, dar resposta à nova questão social e contrariar a tendência da exclusão de segmentos significativos da população, bem como reafirmar a ideia de inclusão social pela cidadania, esta que está na génese do Estado-Providência.

O objectivo basilar desta medida é a inserção social dos seus beneficiários, isto através da elaboração de programas de inserção. No âmbito desta medida, o conceito de inserção é o “[...] *processo que permite ao individuo a sua integração no meio social, facilitando-lhe o exercício dos direitos sociais com a finalidade de obter a sua autonomia social e económica* [...]” (Cardoso, 2002: 87). A inserção destes beneficiários assume uma lógica de política social activa, visando a definição de estratégias de integração socioeconómica dos beneficiários; este processo abrange um conjunto de áreas que não se esgotam no emprego, passando pela formação profissional,

saúde, educação e alojamento, ou seja, áreas que efectivam a plena integração do indivíduo e do seu agregado na sociedade.

Esta política social, no curto prazo, procura satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos, assumindo uma forma de prestação pecuniária e organizando uma série de instrumentos que facilitem, a esta população, a inserção laboral e social, tanto em termos individuais como familiares. O R.S.I. procura, também, a médio e longo prazo reformular o seu próprio modo de funcionar, na medida em que representa uma mudança em termos de políticas sociais, não só através dos objectivos que se propõe alcançar, mas também na forma como o tenta fazer (Ermida, 2006: 45).

O Rendimento Social de Inserção é, no entanto, um contrato de inserção, ou seja, à prestação pecuniária está associada uma questão fundamental, o envolvimento do beneficiário no processo de inserção. Isto significa que o benefício da prestação pecuniária está dependente da disponibilidade por parte do requerente para aceitar um contrato de inserção. Segundo Guibentif e Bouget, “[...] *o contrato de inserção, escrito ou não [...] não é um contrato no sentido jurídico usual do termo, mas manifesta antes a adesão forçada a um sistema de valor ligado à reinserção, destinado a mostrar claramente a boa vontade do requerente em aceitar as regras sociais da reinserção[...]*” (Guibentif & Bouget, 1997: 77).

Com a avaliação da política do Rendimento Social de Inserção, pretende-se concretizar os seguintes objectivos, objectivos estes que são o fio condutor da medida em análise:

- ao nível dos beneficiários “*pretende-se captar a auto percepção dos impactes da medida na maioria das suas condições económicas e de inserção; avaliar o grau de satisfação face ao dispositivo, processos de aplicação, de acompanhamento e de fiscalização; compreender as expectativas face à medida e ao futuro, e ainda, identificar propostas de melhoria da medida e da sua aplicação*” (IDS, 2002: 11).

- ao nível dos técnicos e parceiros pretende-se “*conhecer a percepção dos impactes da medida dos diferentes níveis identificando obstáculos e virtualidades por explorar, bem como avaliar o grau de implicação, clarificação dos papeis e necessidades dos vários agentes envolvidos e, ainda, identificar factores de inovação na aplicação das novas políticas sociais*” (Ibidem).

- ao nível da aplicação política pretende-se, essencialmente, “*aprofundar o conhecimento dos mecanismos produtores da pobreza e exclusão social de forma a adequar este e outros programas de política social aos contextos e problemas identificados; identificar potencialidades e constrangimentos e melhorar a condução e gestão da medida, com afinação dos mecanismos de auto-correcção e de articulação com outras políticas sociais conexas; montar um dispositivo de avaliação continua que forneça regularmente os seus resultados a todos os actores envolvidos na medida, bem como dar uma visibilidade cientificamente fundamentada à medida*” (Ibidem).

Neste sentido, podemos concluir que a avaliação que se pretende da medida procurará, então, avaliar os efeitos que a mesma teve ao nível do quotidiano das famílias e beneficiários, nomeadamente ao nível dos seus percursos de inserção no âmbito da medida mas, também, ao nível do acompanhamento da acção social e de que modo a medida influenciou a intervenção dos técnicos. Esta avaliação é uma componente fundamental para o presente estudo na medida em que corrobora a importância que a medida R.S.I tem na vida dos indivíduos que auferem a prestação, bem como na influência que a mesma tem nos comportamentos dos actores sociais.

II.III - Efeitos do Rendimento Social de Inserção sobre os comportamentos dos beneficiários

Importa, neste ponto, reter que uma das implicações do Rendimento Social de Inserção prende-se, efectivamente, com o seu carácter temporal. Por ter, ainda, um curto período de vigência, é com muita certeza que a medida almeja maiores e melhores resultados do que aqueles que já se tornaram visíveis em períodos anteriores, isto é, pretende uma melhor e mais justa aplicação da mesma em fases posteriores. Isto na medida em que, se por um lado os beneficiários da medida já se encontram num processo de inserção, não é de estranhar que a medida ainda se encontre num momento de desenvolvimento capaz de produzir alterações ainda mais significativas nos hábitos e, ainda mais importante, possibilidades de consumo nas famílias (indivíduos) por ela abrangidos.

Apesar de ser uma população caracterizada por um certo carácter heterogéneo, existe, de alguma forma um conjunto de efeitos que tendem a ser comuns à maioria dos favorecidos pela medida Rendimento Social de Inserção. Destacamos então:

- O carácter de compromisso garantido: o facto de o R.S.I. se traduzir numa prestação de carácter regular e garantido, permite aos visados suportar encargos de compromissos fixos com os quais anteriormente não se poderiam comprometer ou, até em muitos casos, sequer conseguir suportar. Na maioria dos casos, este tipo de encargos refere-se a despesas de necessidades básicas e não a opções de consumo voluntárias (Machado, Moutinho, Felino, 2006: 33).

- Garantia de padrões mínimos de qualidade de vida: a prestação pecuniária em análise garante um rendimento para despesas com necessidades básicas o que, anteriormente, não acontecia. Efectivamente, o aumento do poder de compra implicado pela aferição do rendimento social de inserção, permitiu a grande parte da população beneficiária organizar o seu quotidiano de uma forma mais independente, isto é, sem recurso à caridade, com todos os ganhos de auto-estima que isto implica (Machado, Moutinho, Felino, 2006: 33).

- Elevação pessoal e integração social: estes são aspectos que por vezes são descurados, uma vez que a prioridade se centra na garantia de padrões mínimos de sobrevivência. Assumem um carácter igualmente importante dadas as suas implicações

a médio e longo prazo. De facto, estes aspectos são cruciais naquela que pode ser considerada uma outra fase da vigência do processo, uma vez que estão garantidos os padrões mínimos de vida; o papel individual do beneficiário assume um carácter decisivo na condução do processo. Posto isto, é de inegável importância que, a certa altura, os indivíduos se mostrem capazes de se inserirem novamente na sociedade assumindo um papel activo e interveniente em todos os processos inerentes. É aqui que aspectos como a motivação, o desenvolvimento das capacidades socioprofissionais, a dignidade pessoal, entre outros, servem de suporte para o sucesso da integração (Machado, Moutinho, Felino, 2006: 34).

- Melhoria das condições habitacionais: o R.S.I. contribuiu, efectivamente, para a melhoria das condições habitacionais dos beneficiários, quer por via do pagamento da renda que a prestação proporciona, quer através do apoio à mudança para uma residência de melhores condições ou renda inferior (Machado, Moutinho, Felino, 2006: 34).

- Melhoria das condições de educação, formação e inserção profissional: são os factores de natureza social e psicológica os que mais incentivam os beneficiários a aderir à formação, que lhe permite uma integração em grupos e, assim, colmata o isolamento e solidão em que grande parte destes beneficiários de encontra. No entanto, a idade surge como um aspecto diferenciador no acesso ao mercado de trabalho; o carácter jovem de alguns indivíduos atribui-lhes, também, maiores capacidades de realização de percursos profissionais ascendentes, mesmo entre os titulares cuja situação de pobreza já se arrasta a algumas gerações. Importa, também, realçar que o Rendimento Social de Inserção produz um resultado bastante positivo nos indivíduos que se encontram numa situação de desemprego recente, o que vem de certa forma salientar a importância de uma intervenção atempada (Machado, Moutinho, Felino, 2006: 34).

Segundo Albino Moutinho, Joana Machado e Luísa Felino (2006), estes são os principais aspectos a ter em linha de conta quando se pretende avaliar o impacto que a medida - Rendimento Social de Inserção - tem no comportamento dos beneficiários. São, efectivamente, aspectos que em muito contribuem para a melhoria das condições de vida desta franja da população, que vive situações de profunda estigmatização.

Capítulo III - Organização Acolhedora da investigação

III.I - Cooperativa Sol Maior

O presente relatório de estágio desenvolveu-se na Cooperativa de Solidariedade Social Sol Maior, sito na freguesia de Oliveira do Douro, no Concelho de Vila Nova de Gaia, distrito do Porto.

Fundada em 2007, constituída como uma Instituição Particular de Solidariedade Social desde 2008, esta surge com a finalidade de beneficiar a população com algumas soluções ao nível dos serviços sociais.

A Cooperativa em análise orienta-se pelas regras da constituição das cooperativas e pelos seus estatutos, legalmente elaborados. É, assim, composta por órgãos sociais, sendo que a direcção assume um papel mais interventivo. É, então, constituída por um conjunto de cooperadores individuais e institucionais. Alguns dos trabalhadores que perfazem o corpo técnico são também cooperantes que, ou estiveram na base da fundação da cooperativa ou foram convidados a participar do projecto da mesma.

Através da atribuição do estatuto suplementar de parceria entre a Cooperativa e a Segurança Social, consubstanciou-se a possibilidade de realização de inúmeras candidaturas a projectos que antes se encontravam vedados por aspectos ligados a questões como o suporte jurídico, o estatuto ou o âmbito de acção da Cooperativa Sol Maior (Amaro, 2009: 17), de referir, mais concretamente projectos com financiamento público que situam, assim, a actividade da cooperativa em projectos de maior envergadura.

A actividade da Cooperativa Sol Maior assenta, aquando o início deste estudo, em três projectos basilares na linha do seu objecto e missão: um serviço de Actividades de Tempos Livres (ATL), um Gabinete de Acompanhamento à Comunidade (GAC), um Gabinete de Inserção Profissional (GIP) e uma Equipa de Acompanhamento de Beneficiários do R.S.I. criada através de Protocolo com a Segurança Social.

A Junta de freguesia de Oliveira do Douro teve sobre a sua alçada o serviço de ATL, também conhecido por Estúdios de Actividades Livres a funcionar nas escolas públicas da freguesia desde 2003/2004, no entanto esta é uma valência que transita para

a alçada da Cooperativa Sol Maior em 2007 devido à impossibilidade da primeira estrutura avançar com acções que permitissem a manutenção do projecto no interesse dos seus destinatários directos, nomeadamente articulação com a Segurança Social. Tal só foi possível pelo recurso ao estatuto de IPSS que a Sol Maior detinha. Direcção essencialmente para as crianças do 1º ciclo do ensino básico desta freguesia, foi uma valência que veio suprir uma enorme lacuna no que diz respeito a este tipo de respostas sociais no concelho de Vila Nova de Gaia. É um serviço que pretende responder às preocupações e anseios de pais trabalhadores, bem como daqueles que, com baixos recursos, não têm a possibilidade de proporcionar outro tipo de ocupação durante o período férias aos seus educandos. O projecto ATL⁵ conta, também, com a presença de um coordenador e de cinco auxiliares de acção educativa.

Com o surgimento da Cooperativa, surge também o GAC, este é um serviço que presta apoio ao nível psicológico à comunidade. Contudo, após o arranque de actividades da equipa do Protocolo R.S.I., este serviço direccionou a sua acção, também, a beneficiários da medida.

A equipa de acompanhamento de beneficiários de R.S.I. enforma em si uma equipa multidisciplinar e está no terreno desde 15 de Setembro de 2008. De acordo com o artigo 37º da Lei nº 13/2003, de 21 de Maio, surge com o objectivo de acompanhar proximamente beneficiários da prestação pecuniária em questão (R.S.I.), com vista à sua integração ou reintegração social. É uma equipa constituída por uma Assistente Social, uma Psicóloga, uma Socióloga, coordenadora da equipa, e duas técnicas com formação ao nível do ensino secundário, que exercem funções de auxiliares de acção directa, categoria, esta referenciada na Convenção Colectiva de Trabalho das IPSS⁶. A estas profissionais é exigido o domínio de estratégias de informação e comunicação, o conhecimento sobre os processos motivacionais, bem como a capacidade de adaptação a diferentes situações e contextos familiares (entre outros).

O GIP também é uma valência da Sol Maior. Enquanto serviço de apoio ao emprego direcciona a sua actividade para o apoio directo à equipa de acompanhamento,

⁵ O projecto chama-se EAL: estúdios de actividades livres, passou a ser designado ATL por exigência da nomenclatura oficial

⁶ As Instituições Particulares de Solidariedade Social têm por finalidade e exercício de prevenção e apoio nas diversas situações de fragilidade, exclusão ou carência humana, desenvolvendo para tal, diversas actividades de apoio a toda a população necessitada.

essencialmente, nas áreas do emprego e da formação profissional. Neste serviço, desenvolvem-se as seguintes actividades: informação profissional para jovens e adultos desempregados, apoio à procura activa de emprego, captação de ofertas junto das entidades empregadoras, divulgação de ofertas de emprego e actividades de colocação.

A Cooperativa Sol Maior conta ainda com a colaboração, em regime de prestação de serviços, de uma contabilista e de uma assistente administrativa. A assistente administrativa surge através de um Programa Ocupacional para desempregados a auferir subsídio de desemprego, em parceria com o IEFP/Centro de Emprego de Vila Nova de Gaia. No desenvolvimento das actividades da Cooperativa Sol Maior é de salientar a existência de um conjunto de cooperadores individuais com participação voluntária nos projectos.

À data do estágio, o gabinete de Rendimento Social de Inserção acompanhava 187 titulares residentes das freguesias de Mafamude, Canidelo, Santa Marinha e Oliveira do Douro, no entanto este número transforma-se em 511 beneficiários quando falamos em termos individuais. Isto é, a Sol Maior tem 187 processos para acompanhar mas, a beneficiar do Rendimento Social de Inserção tem 511 pessoas, na medida em que todo o agregado do titular tem direito a beneficiar da medida.

III.II - Os domínios da equipa de acompanhamento e alguns aspectos integrantes da medida

De acordo com um documento estratégico da segurança social, baseado no Despacho n.º 451/2007, a constituição da Equipa Técnica seria a seguinte:

- 2 técnicos superiores da área das Ciências Sociais: 1 Assistente Social (a trabalhar a tempo inteiro) e 1 Psicólogo (a trabalhar a tempo inteiro);
- 3 ajudantes de acção directa (a trabalhar a tempo inteiro) – função acessível para profissionais com qualificação a partir do nível II, equivalente a uma certificação escolar de 9º ano de escolaridade.

Confrontando esta estrutura com a efectiva constituição da Equipa da Cooperativa Sol Maior e com a estrutura das equipas dos restantes protocolos de Vila Nova de Gaia, assinados entre diversas instituições e a Segurança Social, é notório que a constituição das equipas é distinta da acima apresentada. Com efeito, ao contrário do que acontece nas equipas anteriormente referidas, que têm na sua constituição 2 técnicos superiores e 3 auxiliares de acção directa, a composição da nossa equipa da Cooperativa conta com 3 técnicos e 2 auxiliares.

O aspecto inovador, comparativamente com as restantes equipas tem que ver com a contratação de um técnico da área das ciências sociais e humanas, concretamente com formação de base em Sociologia área disciplinar que não era equacionada até ao momento para a constituição desta equipa, em contraponto com técnicos com formação de base em Educação Social (Amaro, 2009: 25). Com isto, pretendeu-se uma maior valorização da componente da inclusão social, tendo por base o conhecimento proporcionado pela Sociologia.

Na situação concreta da Sol Maior, é de referir que cada técnica superior fica com a responsabilidade de gerir casos que lhe sejam atribuídos, respondendo por eles em todas as suas dimensões, qualquer que seja o nível de complexidade que lhe está inerente. Isto é, se uma família tiver a seu cargo menores que estejam sob medida de promoção e protecção decretada pelo tribunal, muito embora com o acompanhamento de equipas multidisciplinares de apoio aos tribunais (EMAT), a técnica de acompanhamento deverá fazer também a abordagem a esta situação, articulando com as instituições respectivas no sentido de encontrar a melhor solução para o(s) problema(s).

Neste sentido, torna-se fundamental destacar o carácter multidimensional do(s) problema(s), ou seja, estamos a falar de problemas que abarcam uma vasta panóplia de dimensões que vão desde o Direito, passando pela Psicologia, pela Sociologia, pela Educação e pela Saúde. Assim, podemos então compreender que a criação de equipas multidisciplinares pretende dar respostas também elas multidimensionais.

É necessário salientar o facto de existir uma, efectiva, organização das tarefas, isto é, uma priorização das funções. Assim sendo, é de mencionar o momento da informação social, ou seja, os procedimentos inerentes à contratualização têm por base um relatório social elaborado pelo respectivo técnico, que explicita a situação do beneficiário na perspectiva do seu processo de inserção. Este é um momento em que o principal objectivo é clarificar e objectivar a relação técnico-utente, uma vez que são exigidas uma maior precisão e eficácia na formulação dos objectivos e na utilização de instrumentos técnicos.

Aquando das primeiras abordagens ao Rendimento Social de Inserção e à execução do mesmo, surgem, determinantemente, o contacto com os instrumentos de trabalhos tidos em conta pela segurança social. De referir, então, o Programa de Inserção (PI), que se destina a proporcionar aos beneficiários uma melhor e mais fácil integração social. *“A elaboração e conteúdo do programa de inserção envolve a identificação dos recursos, dinâmicas e solidariedades locais e a participação dos agentes sociais de entre os quais, os beneficiários [...] inclui, assim, entre outros elementos, o projecto de informação social e do programa de inserção, que complementa os dados da ficha do processo familiar⁷”* (IDS, 2002: 43). Este é um documento que tem por base um relatório social da responsabilidade do NLI (Núcleo Local de Inserção), que é elaborado pelo técnico que acompanha a situação do beneficiário e que se traduz num diagnóstico económico e social.

É através deste documento, que o beneficiário se compromete a manter uma busca activa para a inserção no mercado de trabalho e, se for adequado, a frequentar formação profissional, tudo isto através de um acordo de inserção. A assinatura do Acordo de Inserção define-se pelo comprometimento das partes, por um lado dos beneficiários, por outro dos técnicos, documento onde se contratualizam as acções a desenvolver.

⁷ Cf. Art. 37º do Decreto-lei 196/97, de 31 de Julho

O PI vai reflectir, então, um trabalho interdisciplinar e concertado com a realidade vivida por cada agregado, pelo que só faz sentido se for elaborado conjuntamente com o mesmo e portanto de uma forma participada. Assim sendo, são delineadas acções abrangentes a todas as possíveis dimensões que poderão estar em carência/falha (ex: educação, saúde, formação, emprego e acção social) para o beneficiário e/ou para o seu agregado.

Assim, a inserção dos beneficiários pode incidir sobre as seguintes áreas⁸: a Educação, que engloba o ensino pré-escolar até ao ensino superior, bem como o ensino recorrente, a educação extra-escolar e os cursos EFA (educação e formação de adultos); a Formação Profissional, que diz respeito à formação profissional especial e qualificante, à formação sócio-profissional e aos cursos de formação-emprego; a área do Emprego, onde se inserem a informação e orientação profissional, o mercado social de emprego e a colocação no mercado de trabalho; respeitante à área da Saúde engloba-se a prevenção primária, as consultas/tratamentos e a desintoxicação; a área da Acção Social abrange o acolhimento institucional ou familiar de crianças e jovens, o acompanhamento e educação sócio-familiar, as acções de apoio à organização da vida quotidiana e o apoio ao exercício de cidadania; a área de Habitação reúne-se aspectos como a regularização da situação habitacional, o apoio à melhoria de alojamento, bem como a resolução de situações de emergência relacionadas com a habitação.

A base do sucesso destes beneficiários passa pelo efectivo desempenho interdisciplinar, da equipa que os acompanha, de modo a rentabilizar saberes e competências em benefício do melhor tratamento possível dos casos em análise. É após um diagnóstico base e interdisciplinar que são delineadas as acções abrangentes a todas as possíveis dimensões que poderão estar em carência/falha para o agregado e/ou beneficiário em questão.

⁸ A quantificação dos beneficiários inseridos em cada uma das referidas áreas surge no capítulo seguinte.

III.III - Aspectos consistentes das actividades desenvolvidas na Sol Maior

Numa primeira fase do estágio em questão, e no entender da equipa multidisciplinar da Sol Maior, foi necessário caracterizar os beneficiários de Rendimento Social de Inserção acompanhados pela mesma. Após esta caracterização, que nos permitiu ter um conhecimento mais abrangente dos casos, urge a necessidade de apresentar os mesmos. Tivemos, essencialmente, em conta variáveis como a faixa etária, o género, a tipologia do agregado, o nível de escolaridade, o estado civil e a própria situação face ao emprego.

Assim sendo, após uma análise documental dos 187 processos acompanhados pelo gabinete de Rendimento Social de Inserção da Cooperativa Sol Maior e tendo em conta os resultados obtidos pelo programa SPSS pudemos constatar que 81,3% dos indivíduos são do sexo feminino e 18,7% do sexo masculino,

Quadro nº1 - Género

		Frequência	Percentagem
	Feminino	152	81,3
	Masculino	35	18,7
	Total	187	100,0

Fonte: Informação disponibilizada pela organização acolhedora

Se tivermos em linha de conta a faixa etária da população-alvo, é de salientar que a sua maioria se situa na faixa etária dos 35-44 anos (29,4%), seguindo-se a faixa etária dos 25-34 anos (25,1%) e dos 45-54 anos de idade (23,0%). As faixas etárias menos representativas (18-24 / 55-64 / >65) perfazem um total de 21,4%.

Quadro nº2 - Faixa etária

	Frequência	Percentagem
18-24 Anos	13	7,0
25-34 Anos	47	25,1
35-44 Anos	55	29,4
45-54 Anos	43	23,0
55-64 Anos	24	12,8
>65 Anos	3	1,6
Não responde	2	1,1
Total	187	100,0

Fonte: Informação disponibilizada pela organização acolhedora

Uma variável que importa, também, observar é a situação face ao emprego destes beneficiários. Pudemos observar, através da seguinte tabela, que 47,6% dos beneficiários acompanhados pela Cooperativa Sol Maior estão desempregados ou à procura de um novo emprego; uma parcela igualmente evidente destes beneficiários (36,9%) ocupa uma situação de desempregado de longa duração (DLD). De realçar que apenas 7,5% dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção se encontram inseridos no mercado de trabalho, auferindo um salário.

Quadro nº3 - Situação face ao emprego

	Frequência	Percentagem
À procura do primeiro emprego	3	1,6
Desempregado/à procura de novo emprego	89	47,6
Empregado	14	7,5
DLD	69	36,9
Doméstica	2	1,1
Pensionista	1	,5
Total	178	95,2
Não responde	9	4,8
Total	187	100,0

Fonte: Informação disponibilizada pela organização acolhedora

No que diz respeito à tipologia do agregado destas famílias, foi notória a existência de famílias nucleares com filhos e famílias monoparentais, isto é, 35,3% dos beneficiários titulares da medida mostraram pertencer a famílias nucleares com filhos e 31,0% dos titulares apresentaram-se como famílias monoparentais. Ainda nesta categoria pudemos verificar que 17,6% dos indivíduos recorreram à medida como pessoas isoladas, 5,3% dos beneficiários pertencem a famílias nucleares sem filhos e 6,4% dos titulares pertencem a famílias alargadas.

Quadro nº4 - Tipologia do Agregado

		Frequência	Percentagem
	Alargada	12	6,4
	Composta	1	,5
	Extensa	2	1,1
	Isolada	33	17,6
	Monoparental	58	31,0
	Nuclear com filhos	66	35,3
	Nuclear sem filhos	10	5,3
	Total	182	97,3
	Não responde	5	2,7
Total		187	100,0

Fonte: Informação disponibilizada pela organização acolhedora

Os dados relativos aos níveis de escolaridade da população a que se reporta o estudo, demonstram que se verificam baixos níveis de qualificações. Isto na medida em que predomina o 4ºano de escolaridade que representa 38,5% dos titulares, o 6ºano que abrange 34,8% dos titulares e, com um número menos representativo, 12,3% dos titulares, o 9ºano de escolaridade. Ao nível do ensino secundário encontramos 4,8% dos titulares da medida e com licenciatura apenas notamos 2,1% dos beneficiários. É ainda de salientar o facto de 5,9% dos titulares apresentarem um nível de escolaridade inferior ao 4ºano.

Quadro nº5 - Nível de escolaridade

		Frequência	Percentagem
	<4º Ano	11	5,9
	4º Ano	72	38,5
	6º Ano	65	34,8
	9º Ano	23	12,3
	12º Ano	9	4,8
	Licenciatura	4	2,1
	Total	184	98,4
	Não responde	3	1,6
Total		187	100,0

Fonte: Informação disponibilizada pela organização acolhedora

Relativamente ao estado civil da população-alvo, salienta-se o facto de 28,9% dos titulares serem casados, 27,8% estarem divorciados e/ou separados e 25,1% serem solteiros. Os estados de união de facto e viúvo são pouco representativos desta população.

Quadro nº 6 - Estado civil

		Frequência	Percentagem
	Solteiro	47	25,1
	Casado	54	28,9
	União de Facto	24	12,8
	Divorciado/Separado	52	27,8
	Viúvo	6	3,2
	Total	183	97,9
	Não responde	4	2,1
Total		187	100,0

Fonte: Informação disponibilizada pela organização acolhedora

Com base no cruzamento das variáveis faixa etária e género⁹, podemos constatar que na sua maioria, os beneficiários do R.S.I têm idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos, sendo que 25,1% situam-se na faixa dos 25 aos 34 anos, 29,4% na faixa etária dos 35 aos 44 anos e 23% na faixa que compreende os 45 e os 54 anos. No que se refere ao género, denota-se uma forte predominância do género feminino que representa

⁹ Ver anexo I

81,3%, sendo que as faixas etárias dos 35 aos 44 anos e dos 45 aos 54 anos são as que apresentam valores mais elevados, 85,5% e 86% respectivamente. Em sentido contrário, temos a faixa etária acima dos 65 anos que, ainda que pouco representativa apresenta valores mais baixos no que se refere ao género feminino, ou seja, 66,7%. Assim sendo, podemos retirar duas ilações: por um lado, que o facto de a maior parte dos beneficiários da medida se encontrarem entre os 25 e os 54 anos, pressupõe a existência de uma prévia inserção no mercado de trabalho, e que a quebra do vínculo laboral poderá estar na origem do recurso ao R.S.I. A isto não será alheio o facto de a fragilidade no mercado de trabalho afectar maioritariamente as mulheres, como se pode verificar no quadro nº2.

No que se refere à situação face ao emprego, verifica-se que os desempregados à procura de novo emprego representam 50% dos inquiridos, e que os desempregados de longa duração totalizam 38,8%. Numa situação porventura mais frágil encontram-se os 7,9% de inquiridos que afirmam estar empregados, e que não obstante, sentem igualmente necessidade de recorrer ao R.S.I para dar resposta aos seus problemas.

O nível de escolaridade surge, também, como uma variável explicativa do recurso ao Rendimento Social de Inserção. No cruzamento desta variável com a faixa etária, verifica-se a predominância das faixas etárias entre os 25 e os 54 anos nos níveis de escolaridade mais baixos, ou seja, 39,1% dos inquiridos possuem o 4º ano de escolaridade. 70,8% dos inquiridos que têm entre 55 e 64 anos apenas possuem o 4º ano do ensino básico. O nível de escolaridade pode ser entendido como um factor fragilizador desta população, na medida em que, considerando a escolaridade mínima obrigatória (9ºano de escolaridade), se verifica que cerca de 75% dos inquiridos possuem habilitações ao nível do 4º e do 6º ano de escolaridade, 12,5% ao nível do 9º ano e 4,9% do 12º ano, apenas 4 inquiridos referiram possuir uma licenciatura (2,2%). No entanto, as habilitações abaixo do 4º ano de escolaridade representam 6% dos inquiridos que se encontram distribuídos de uma forma relativamente equiparada nas diversas faixas etárias.

O nível de escolaridade torna-se um factor explicativo da fragilização da população inquirida, na medida em que a baixos níveis de escolaridade se encontra associado um maior número de situações de quebra do vínculo laboral, como sejam os casos de desempregados à procura de um novo emprego e os casos de desemprego de

longa duração. Dentro destas duas categorias verifica-se uma grande concentração nos níveis de qualificação até ao 9º ano de escolaridade. Isto pode ser explicado se tivermos em linha de conta que o 9º ano de escolaridade é o nível mínimo de escolaridade exigido na maioria dos casos de oferta de emprego, inclusive os casos de empregos menos qualificados. Face ao exposto anteriormente, e no que se refere aos desempregados à procura de novo emprego, verifica-se que 9,1% possuem habilitações abaixo do 4º ano do ensino básico, 40,9% detêm o 4º ano de escolaridade, 33% o 6º ano e 10,2% o 9º ano de escolaridade. No que diz respeito aos desempregados de longa duração, o cenário é idêntico ainda que com algumas oscilações: 2,9% têm escolaridade abaixo do 4º ano, 35,3% possuem o 4º ano de escolaridade, 38,2% relativamente ao 6º ano e 17,6% no que respeita ao 9º ano.

No cruzamento das variáveis estado civil e situação face ao emprego, na categoria desempregados/à procura de novo emprego, verifica-se a fragilidade sentida pelos inquiridos que se encontram em situação de ausência de cônjuge (dupla fragilização, porque por um lado encontram-se sós, e por outro lado desempregados/à procura de novo emprego, assim sendo, urge a necessidade de recorrer ao R.S.I). Neste sentido os solteiros representam 27,9% dos inquiridos, o mesmo acontecendo com os divorciados e separados, enquanto os viúvos representam 4,7% dos desempregados à procura de novo emprego.

Uma vez mais, no cruzamento da variável situação face ao emprego com a tipologia do agregado familiar verifica-se que os agregados monoparentais representam 33,3% dos inquiridos, o que pode ser entendido como estando associado à dupla fragilização anteriormente referida. No que diz respeito aos agregados isolados, estes representam 18,4%, ou seja, estas duas categorias (famílias monoparentais e agregados isolados) representam mais de metade dos inquiridos e são, na sua maioria, desempregados à procura de novo emprego e desempregados de longa duração. 53,1% dos agregados isolados e 50% dos agregados monoparentais encontram-se desempregados à procura de novo emprego e 37,5% dos agregados isolados e 39,7% dos agregados monoparentais são desempregados de longa duração. É de salientar ainda que os 35,6% dos inquiridos integram um agregado nuclear com filhos, sendo que 51,6% destes estão desempregados à procura de novo emprego e 38,7% desempregados de longa duração. Neste caso, a fragilização prende-se com a quebra do vínculo laboral

de pelo menos um dos cônjuges e que o recurso ao R.S.I se pode explicar, em grande parte, não só pela quebra do vínculo laboral dos cônjuges mas também pela existência de dependentes dos mesmos. Em sentido oposto, surgem os agregados nucleares sem filhos, agregados esses que representam apenas 4,6% dos casos, ou seja, a um agregado maior está associado um maior grau de dependência das prestações sociais, neste caso em concreto do rendimento social de inserção.

Importa salientar que toda a informação recolhida para esta caracterização provém de uma ficha de caracterização dos beneficiários. Este instrumento tem indicadores relativos à situação sócio-profissional, à formação profissional, um parâmetro sobre os estudantes e a escola, à saúde, à habitação, aos rendimentos, às despesas e, por último à capitação para cada um dos agregados. No final da apresentação destes indicadores é reservado um espaço para que seja elaborado um “Diagnóstico Técnico” para o qual se elaboram quadros no sentido de sintetizar as informações constantes nesse mesmo diagnóstico.

Uma outra actividade desenvolvida aquando o estágio foi a elaboração do relatório de execução semestral. Este é um instrumento de trabalho que dá conta do registo de informação da Cooperativa, bem como das exigências da Segurança Social relativamente à prossecução das actividades levadas a cabo pelo Protocolo. A construção deste relatório de execução semestral engloba exclusivamente informação referente ao período de 15 de Setembro de 2009 a 15 de Março de 2010 e permitiu-nos aferir as seguintes conclusões.

No já mencionado período, a Cooperativa Sol Maior acompanhou 187 famílias, contudo, o número de beneficiários abrangidos atinge os 511. Não existem, em acompanhamento, famílias com menores grávidas, no entanto, 8 famílias deste universo de 187 agregam crianças que correm algum tipo de perigo. Nestes casos em que existem menores que vivenciam, ou podem vir a vivenciar, situações consideradas de risco, surgem os serviços prestados pela CPCJ e pela EMAT. As CPCJ (comissões de protecção de crianças e jovens) funcionam nos termos da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro (alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 332-B/2000, de 30 de Dezembro). São instituições oficiais, não judiciais, com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança,

saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Exercem as suas atribuições em conformidade com a lei e deliberam com imparcialidade e independência, contando com a colaboração das autoridades administrativas e policiais, bem como das pessoas singulares e colectivas que para tal sejam solicitadas. No que diz respeito à EMAT (equipas multidisciplinares de apoio aos tribunais), podemos salientar que os seus principais objectivos são dar a conhecer às Crianças e aos Jovens o seu Defensor, e facilitar-lhes o acesso a ele, de forma a poderem exercer o seu direito de queixa, em condições de igualdade com os demais cidadãos, e apelarem à sua intervenção, conforme o previsto no art.º 23º da C.R.P. bem como do Estatuto do Provedor de Justiça e dar a conhecer ao Provedor de Justiça as situações de violação dos Direitos da Criança, para que ele possa intervir na defesa e protecção das Crianças em situação de risco ou perigo. As suas principais funções dizem respeito à informação e promoção dos direitos das crianças, informando-as acerca destes; a encaminhar os utentes para as entidades públicas que têm por incumbência legal actuar; a acompanhar a actuação destas, com vista à melhor solução possível de acordo com as circunstâncias de cada caso; e a intervir quando estas não actuem de acordo com as necessidades de protecção das crianças que se encontram em risco ou perigo.

Do universo das 187 famílias acompanhadas pelo gabinete em questão e, através da informação recolhida para o efeito, podemos referir que existem 187 acordos assinados, sendo que 2 estão por assinar. Ainda no que se refere à informação recolhida através dos acordos de inserção podemos afirmar que 465 beneficiários (91,0%), num total de 511, estão a frequentar acções de inserção.

Após um breve levantamento, podemos aferir que a área de inserção que engloba mais beneficiários de Rendimento Social de Inserção, acompanhados pela Sol Maior, é a área da Saúde (consultas/tratamentos) (32,7%), logo de seguida da área de Acção Social (organização da vida quotidiana) (28,2%), seguindo-se a área do Emprego (colocação no mercado de trabalho) (22,1%). As áreas menos significativas, mas de igual importância são as de Habitação (regularização da situação habitacional) (4,1%), de Formação (educação e formação) (5,8%) e de Educação (escolaridade obrigatória e cursos EFA) (7,1%).

Quadro nº7 - Acções de Inserção a frequentar

		Frequência	Percentagem
	Educação	33	7,1
	Formação	27	5,8
	Emprego	103	22,1
	Saúde	152	32,7
	Acção Social	131	28,2
	Habitação	19	4,1
Total		465	100,0

Fonte: Informação disponibilizada pela organização acolhedora

A equipa multidisciplinar realizou 63 visitas domiciliárias, efectuou 208 atendimentos e, levou a cabo 744 outros momentos de trabalho, entre eles consultas de psicologia, telefonemas para os beneficiários, intervenções colectivas, bem como reuniões com instituições várias. Destes momentos de trabalho resultam um mais eficaz acompanhamento, por parte da Cooperativa, às famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção. São momentos de grande importância, na medida em que aproximam a relação entre técnicos e beneficiários.

No que diz respeito ao tempo em acompanhamento dos requerentes da medida R.S.I. por parte do gabinete de acompanhamento da medida, é de salientar que não se encontra ninguém por um período superior a vinte e quatro meses. O tempo de acompanhamento que se torna mais evidente e significativo é entre os três e os seis meses (84 utentes) e entre os seis e os doze meses (56 utentes), nestes tempos de acompanhamento perfazemos um total de cento e quarenta beneficiários. Números menos significativos, mas dignos de registo são as categorias de acompanhamento inferiores aos três meses (13 utentes) e os utentes que se inserem na categoria de entre os doze e os vinte e quatro meses (35).

Quadro nº8 - Tempo em acompanhamento

		Frequência	Percentagem
	< 3 meses	13	7,0
	3-6 meses	83	44,4
	6-12 meses	56	29,9
	12-24 meses	35	18,7
	> 24 meses	0	0,0
Total		187	100,0

Fonte: Informação disponibilizada pela organização acolhedora

Não obstante tudo o que foi mencionado, urge a necessidade de referir o balanço semestral da intervenção da equipa que constitui a Cooperativa Sol Maior. Assim sendo, três dos aspectos fortes da actuação da mesma são: a forte articulação entre os vários elementos da equipa; o trabalho multidisciplinar e a interdisciplinaridade, bem como a aplicação do conceito de melhoria contínua. Contudo, a equipa também identifica três aspectos a melhorar na sua actuação: a clarificação da distribuição de funções e procedimentos; o aumento da articulação com a comunidade/parceiros; a sistematização da informação obtida.

Ainda no decorrer do presente estágio, uma outra actividade desenvolvida foi a resposta à proposta por parte da Segurança Social no âmbito da Associação Metropolitana de Serviços que visava atingir os seguintes objectivos: activar os destinatários (beneficiários do rendimento social de inserção), no sentido da definição e cumprimento do seu projecto profissional e reforçar a ligação dos públicos-alvo em situação de desfavorecimento com as entidades públicas e privadas, a desenvolver intervenção ao nível da acção social e da empregabilidade. As acções de sensibilização para este efeito concretizaram-se na realização de sessões de activação colectivas temáticas, com a duração máxima de três horas, no âmbito das quais se trabalham competências básicas para a empregabilidade e cidadania ao nível dos públicos-alvo.

Os grupos de beneficiários foram constituídos por um mínimo de 8 e um máximo de 12 participantes, que podem frequentar uma ou mais acções, de forma intercalada ou sequencial. Estas acções dividiram-se em três grupos:

- Sessões de activação para a empregabilidade, que englobam os seguintes temas a desenvolver em cada sessão: “A procura de emprego”, “O curriculum vitae”, “A entrevista de emprego/formação”, “A auto-imagem” e “direitos e deveres dos trabalhadores”;

- Sessões de activação para o projecto de vida, que englobam os seguintes temas a desenvolver em cada sessão: “A gestão do tempo”, “A gestão doméstica”, “Comunicação e assertividade”, “A gestão de conflitos” e “As competências parentais”;

- Sessões de activação para a cidadania, que englobam os seguintes temas a desenvolver em cada sessão: “A igualdade de oportunidades” e “A sensibilização ambiental”.

As temáticas desenvolvidas foram identificadas pelo técnico da entidade parceira, tendo em conta as necessidades subjacentes ao público-alvo que é objecto de intervenção.

Por tudo isto, podemos salientar a necessidade do trabalho em rede, uma vez que este constitui uma opção no âmbito das políticas sociais, no suprimento das necessidades sentidas pela população mais desfavorecida da sociedade, nomeadamente na aplicação de medidas como o rendimento social de inserção. Exemplo disso é a institucionalização da Rede Social em Portugal. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, definiu a Rede Social como um instrumento de envolvimento das instituições locais na luta contra a pobreza e a vulnerabilização social.

Como os fenómenos de pobreza e exclusão social são, efectivamente, fenómenos entendidos como transversais a várias esferas da vida dos indivíduos, a importância das parcerias no campo social é já uma questão consensual pela própria multidimensionalidade dessas parcerias.

Quando se fala em Rede Social está-se perante uma política social activa que impulsiona um trabalho de parceria alargada e cuja metodologia incide sobre a planificação estratégica de política social local. Esta rede apela a uma perspectiva de desenvolvimento que integre necessariamente as pessoas e grupos em situação de pobreza e/ou exclusão social, com vista ao papel activo que estes poderão desempenhar no sentido de melhorar os níveis de qualidade de vida. Implica uma intervenção social esclarecida, esclarecedora e activa e que, para o efeito, pressupõe a circulação de informação e de conhecimentos. É uma parceria institucional, num território de

actuação claramente definido, estruturado, mediante a construção colectiva e consensual dos planos de desenvolvimento social locais.

A Rede Social deve ser tida como factor que potencia e serve o desenvolvimento social e local, ao contribuir em primeiro lugar para a tomada de consciência dos actores locais e população dos problemas vivenciados e da necessidade de encontrar soluções para superar esses problemas. Segue-se a mobilização dos actores em torno de objectivos concretos que visam a solução do problema. É uma forma alternativa aos processos de crescimento económico centralizados que tendem a provocar bloqueios e desigualdades, incide em territórios específicos e cuja dinâmica territorial e sectorial define acções multidimensionais transversais que articulam intervenções em variadas dimensões como sejam a economia, o emprego, a saúde, a educação, a habitação, o ambiente.

Posto isto, devemos reter que o verdadeiro potencial que a Rede Social veio desenvolver ao nível das políticas sociais. Isto na medida em que a Rede Social tornou-se um potencial instrumento de desenvolvimento local, que assenta em acções que devem ser, em simultâneo, integradas (envolvendo as diversas entidades locais parceiras) e integradoras (apelando à participação dos próprios destinatários das acções), ao mesmo tempo que deve articular as várias entidades locais numa parceria dinâmica, onde imperam os mesmos objectivos, numa lógica de complementaridade.

Capítulo IV - Opções teórico-metodológicas

IV.I - Construção do modelo de análise

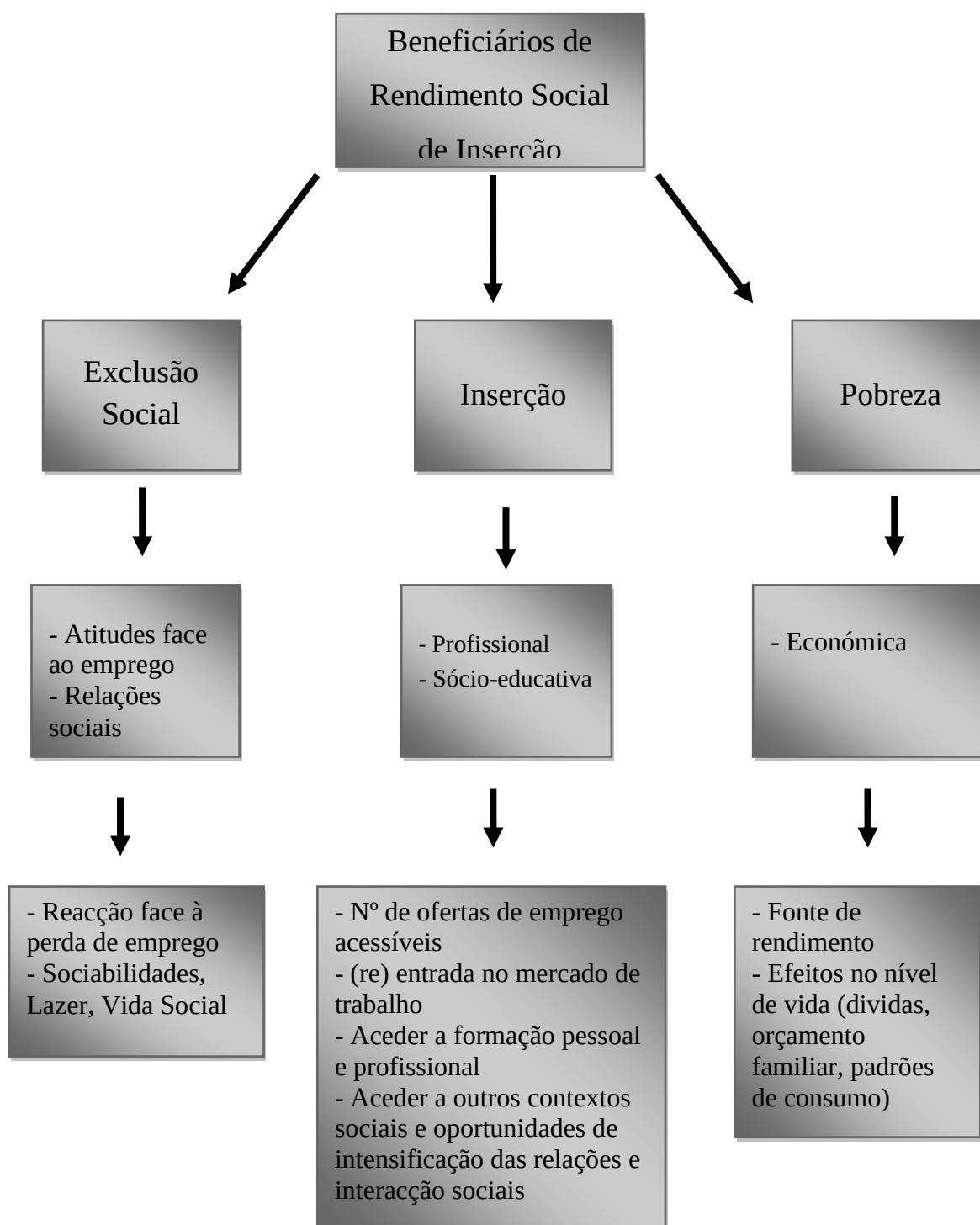
O investigador enquanto busca pelo conhecimento científico tem um difícil caminho a percorrer, um caminho que não se encontra isento de incertezas e hesitações, por isso, é tão importante que o investigador defina qual o melhor trajecto para apreender o que procura, pois, “cada investigação renova, para o investigador, o desafio de fazer avançar os conhecimentos. Cada projecto de investigação, longe de ser ocasião para uma aplicação cega de técnicas específicas, exige do investigador uma abordagem reflectida onde cada decisão deve ser justificada com vista a produzir os conhecimentos mais válidos e mais úteis possíveis” (Chevrier, in Gauthier, 2003: 66).

Por consequente, o investigador deve responsabilizar-se sempre por ter presente no seu projecto de investigação os princípios fundamentais que toda a investigação deve respeitar: a ruptura, a construção e, por último, a verificação.

E, é este o caminho que o investigador deve abraçar para que a sua investigação tenha uma base sólida, sem nunca esquecer a pertinência dos circuitos de retroacção que simbolizam as interacções que existem entre as diferentes fases da investigação, pois, o investigador por vezes tem a necessidade de reflectir e reconstruir as suas opções metodológicas consoante a manifestação do fenómeno social que investiga.

Neste sentido, o presente projecto de investigação norteou-se pela construção de um modelo de análise específico que deu conta da delimitação e formulação do problema em análise, dos conceitos pertinentes para a abordagem desta problemática, das hipóteses teóricas que orientaram a investigação, bem como, dos procedimentos metodológicos eleitos para apreender esta realidade social, mencionando ainda as dificuldades da pesquisa empírica e suas estratégias de resolução.

Figura nº1: Diagrama orientador da investigação



A representação esquemática do modelo de análise acima apresentada evidencia os passos dados no sentido de alcançar determinados aspectos relacionados com a temática do Rendimento Social de Inserção. É de salientar, a importância dos factores económicos, sociais e culturais, bem como a estigmatização, a segregação e a exclusão social. Urge realçar que, muitas vezes, o facto de se beneficiar da medida em questão surge cumulativamente, como causa e efeito de situações de exclusão, segregação e estigmatização.

Os conceitos de exclusão social, inserção e pobreza são fundamentais nesta análise mais detalhada acerca dos beneficiários de RSI. Foi com base nestes conceitos que orientamos todo o trabalho levado a cabo para a investigação em questão.

IV.II - Delimitação e formulação do problema em análise

O presente projecto de investigação, tem como tema os beneficiários de Rendimento Social de Inserção, mais precisamente aferir os valores, atitudes e representações dos beneficiários desta medida, acompanhados pela cooperativa Sol Maior, isto é, um diagnóstico acerca da população beneficiária. Neste sentido, os objectivos que norteiam esta investigação são:

- Captar a auto-percepção dos beneficiários relativamente aos impactes da medida na melhoria das suas condições económicas e de inserção;
- Apreender a relação dos beneficiários com o mercado de trabalho;
- Aferir a importância do suporte familiar nos processos de exclusão social;
- Identificar propostas da Segurança Social e dos beneficiários para a melhoria da medida e da sua aplicação;

Todavia, é fundamental estabelecer um fio condutor para que ao longo da investigação nenhum dos objectivos seja esquecido e o estabelecimento desse fio condutor “consiste em procurar enunciar o projecto de investigação na forma de pergunta de partida, através da qual o investigador tenta exprimir o mais exactamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor” (Chevier, in Gauthier, 2003: 65).

Deste modo, o problema em análise passa pela seguinte pergunta de partida: *“Quais os valores e atitudes dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção*

acompanhados pela Cooperativa Sol Maior?”. É, através desta pergunta de partida que a presente investigação encontra “as suas bases, o seu sentido e o seu alcance” (Chevier, in Gauthier, 2003: 65), e procura ao nível do beneficiário: aferir as percepções que estes têm da medida.

IV.III - Conceitos e dimensões em análise

No âmbito de uma investigação sociológica, os conceitos são considerados “uma construção abstracta que visa dar conta do real. Para isso não retêm todos os aspectos da realidade em questão, mas somente o que exprime o essencial dessa realidade, do ponto de vista do investigador” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 121). Neste sentido, no presente projecto de investigação torna-se relevante ter em consideração os seguintes conceitos:

- Exclusão Social: Pode ser definida como uma combinação de falta de meios económicos, de isolamento social e de acesso limitado aos direitos sociais e civis; trata-se de um conceito relativo dentro de qualquer sociedade particular (CEIES, 1999) e representa uma acumulação progressiva de factores sociais e económicos ao longo do tempo. Os factores que podem contribuir para a exclusão social são os problemas laborais, os padrões de educação e de vida, a saúde, a nacionalidade, a toxicodependência, a desigualdade sexual e a violência (Conselho Europeu, 2001; Relatórios Nacionais, 2002).

- Inserção: “Processo que caracteriza a passagem das pessoas, famílias ou grupos das situações de exclusão para as de participação social e cidadania” (CIES/CESO I&D cit. por Rodrigues, 1999: 79). A inserção só se verifica quando se assiste a um nível estável e sólido das relações de trabalho, familiares e sociais. Este conceito, não implica que exista uma anulação das diferenças, das clivagens e dos conflitos sociais, mas tem por base a ideia de que tais diferenças não devem colocar determinadas categorias sociais excluídas das estruturas ditas “normais” da sociedade. “A integração social caracteriza a condição de participação dos indivíduos, das famílias e dos grupos nos processos normais da vida em sociedade. Tal participação depende das escadas ou serpentes que se encontram na vida em função das dinâmicas económicas, sociais e culturais inscritas na ordem institucional ...” (Room cit. por Capucha, 2005: 90).

- Pobreza: Alfredo Bruto da Costa define pobreza como “situação de privação resultante da falta de recursos” (1998: 26). Privação traduz-se em más condições de vida, ou seja, trata-se de privação em diversos domínios das necessidades básicas como a alimentação, o vestuário, condições de trabalho, saúde, educação, participação na vida social e política. A falta de recursos, por sua vez, impede e limita o acesso ao mercado de bens e serviços. O conceito de pobreza tende a designar as deficientes condições materiais de existência, ou a insuficiência de recursos de ordem económica, social ou cultural. “São pobres, relativamente, aos indivíduos, famílias e grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão fracos que os excluem dos modos de vida mínimos aceitáveis na sociedade em que residem” (Capucha, 2005:70).

Estes conceitos, revelam-se pertinentes na presente investigação, na medida em que, a relação entre os mesmos fornece pistas de orientação para o nosso estudo, pois, a articulação dos diferentes conceitos permite estabelecer horizontes de resposta à nossa pergunta de partida.

IV.IV - Conceitos, suas dimensões e indicadores

O investigador tem conhecimento que os conceitos são uma construção abstracta do real e, nesse sentido, ele tem de tornar os conceitos operacionais para apreender a realidade social que pretende estudar. Assim sendo, “construir um conceito consiste primeiro em determinar as dimensões que o constituem, através das quais dá conta do real [...] construir um conceito é, em seguida, precisar os indicadores graças aos quais as dimensões poderão ser medidas [...] o seu objectivo é conduzir-nos ao real e confrontar-nos com ele [...] os indicadores são manifestações objectivamente observáveis e mensuráveis das dimensões do conceito” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 122).

Por tudo isto, no presente estudo elaboramos um quadro que apresenta os conceitos, suas dimensões e indicadores, de forma, a que a realidade social acerca dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção possa ser apreendida.

Conceito	Dimensão	Indicador
Exclusão Social	- Atitude face ao emprego - Relações Sociais	- Reacção face à perda de emprego - Sociabilidades, Lazer, Vida Social
Inserção	- Profissional - Sócio-educativa	- Nº de ofertas de emprego acessíveis - (re) entrada no mercado de trabalho - Aceder a formação pessoal e profissional - Aceder a outros contextos sociais e oportunidades de intensificação das relações e interacção sociais
Pobreza	- Económica	- Fonte de rendimento - Efeitos no nível de vida (dividas, orçamento familiar, padrões de consumo)

IV.V - Hipóteses teóricas

Temos agora uma base firme para determinar as hipóteses teóricas desta investigação, uma vez que se encontra construída a relação entre conceitos e definido o diagrama orientador da investigação, sendo, então, de realçar que a enunciação destas hipóteses teóricas constitui a melhor forma de realizar com ordem e rigor a presente investigação.

“Uma hipótese teórica é uma proposição que prevê uma relação entre dois termos, que, segundo os casos podem ser conceitos ou fenómenos. Uma hipótese é, portanto, uma proposição que deve ser verificada” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 136), neste sentido, “a hipótese apresenta-se como uma resposta provisória à pergunta de

partida da investigação. Para conhecer o valor desta resposta é necessário confrontá-la com dados de observação [...] na sua formulação, a hipótese deve, pois, ser expressa sob uma forma observável. Isto significa que deve indicar, directa ou indirectamente, o tipo de observações a recolher, bem como as relações a verificar entre estas observações, para averiguar em que medida a hipótese é confirmada ou infirmada pelos factos [...] é através da construção dos conceitos e dos seus indicadores que a hipótese se torna observável” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 137), consequentemente, a hipótese teórica é uma “proposição que se forma e que será aceite ou rejeitada somente depois de devidamente testada” (Gil, 1999: 56).

Por conseguinte, o presente projecto de investigação norteia-se por algumas hipóteses teóricas, as quais foram testadas com base nas técnicas por nós utilizadas.

Neste sentido, a primeira hipótese teórica considera o momento de, actualmente, não estarem a trabalhar, os beneficiários investem na sua formação. Foi nossa intenção aferir se estes utentes investem, efectivamente, na sua formação quando vivem situações de desemprego.

A segunda hipótese teórica por nós avançada, aponta para o facto de por estarem desempregados, os beneficiários em análise procuram activamente emprego. Com esta hipótese teórica pretendemos verificar se o facto de se estar desempregado leva a que estes actores sociais procurem activamente emprego, isto é, que sejam pró-activos na sua busca pela inserção no mercado de trabalho.

A terceira hipótese teórica, reflecte o facto, ou não, de a família destes beneficiários influenciarem, de alguma forma, o percurso dos mesmos. Com esta hipótese teórica pretende-se avaliar em que medida a retaguarda familiar é importante para o projecto vida dos actores sociais.

A quarta hipótese teórica indica que o facto de constituírem uma determinada tipologia de família conduz a diferentes percepções da medida em questão. A intenção passa por avaliar se o facto de pertencer a uma família monoparental, nuclear com filhos ou até mesmo isolado faz com que a opinião dos beneficiários o RSI seja diferente.

A quinta hipótese teórica refere que o Rendimento Social de Inserção apoia, ou não, as famílias ao nível das suas dificuldades económicas. Pretendemos assim verificar o impacto que a medida tem na organização da vida quotidiana destes actores sociais.

IV.VI - Componentes técnicas e metodológicas

Sempre que o investigador começa o seu trabalho empírico deve ter presente que o facto social que procura apreender deve ser tratado como uma coisa, pois, “é coisa todo o objecto de conhecimento que não é naturalmente compenetrável pela inteligência, tudo aquilo de que não podemos adquirir uma noção adequada por um simples processo de análise mental, tudo o que o espírito só consegue compreender na condição de sair de si próprio, por via de observações e de experimentações, passando progressivamente das características mais exteriores e mais imediatas acessíveis às menos visíveis e às mais profundas” (Durkheim, 1998: 13).

O investigador não pode considerar que já conhece de alguma forma o fenómeno social a ser estudado, uma vez que “tratar factos de uma certa ordem como coisas, não é, pois, classificá-los nesta ou naquela categoria do real; é observar em relação a eles uma certa atitude mental. É abordar o seu estudo partindo do princípio que se ignora por completo o que eles são, e que as suas propriedades características, tal como as causas desconhecidas de que dependem, não podem ser descobertas pela introspecção, por mais atenta que seja” (Durkheim, 1998: 13). Neste sentido, o investigador deve ter sempre presente que os fenómenos sociais “constituem maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, e dotadas de um poder coercivo em virtude do qual se lhe impõem” (Durkheim, 1998: 31) e, assim sendo, será extremamente pertinente que quando encetada a análise do objecto de estudo, o mesmo se distancie de todas as pré-noções que tenha concebido acerca do fenómeno social, que coloque de lado todas as noções vulgares e volte a sua atenção para os factos, bem como, tenha incessantemente a objectividade como ponto de referência na sua investigação.

Por conseguinte, tendo em consideração o que foi anteriormente mencionado, o investigador de forma a não comprometer o seu projecto de investigação deve definir conscientemente os procedimentos metodológicos mais adequados para a apreensão da realidade social que pretende estudar, pois, são estes mesmos procedimentos que o vão orientar na sua prática científica fazendo com que o mesmo tenha sempre em mente as regras do método sociológico pelas quais toda a investigação científica se deve pautar.

Tal como já foi referido, a nossa população-alvo, são os beneficiários do Rendimento Social de Inserção acompanhados pela Cooperativa Sol Maior, e por se

tornar demasiado moroso e complexo trabalhar com a totalidade da população, torna-se pertinente a construção de uma amostra, esta que seja representativa do universo populacional em estudo.

Para que o investigador consiga alcançar a realidade que pretende analisar, ele precisa de se munir de um conjunto de instrumentos de trabalho que lhe permitam apreender a mesma, ou seja, o investigador necessita definir qual o método mais pertinente para a sua investigação.

Assim sendo, no presente projecto de investigação também se revela pertinente definir qual o método mais eficaz para a apreensão da problemática em questão e, neste sentido, tendo em conta os objectivos desta mesma investigação, pode-se concluir que, tanto o método intensivo, como o método extensivo oferecem contributos valiosos para a apreensão desta realidade social, a dos beneficiários do rendimento social de inserção.

Posto isto, faremos de seguida uma breve explanação que procura transmitir em que medida, cada um dos métodos é pertinente para a investigação, demonstrando-se que a articulação dos mesmos é bastante importante, pois dada a natureza dos objectivos da investigação, cada um dos métodos oferece técnicas que pelas suas características permitem apreender os diversos tipos de informação necessários à construção do conhecimento científico desta realidade.

Ao procurarmos elaborar um diagnóstico acerca da população beneficiária de Rendimento Social de Inserção, acompanhada pela Sol Maior, torna-se fundamental caracterizar o percurso familiar destes beneficiários, as suas condições de vida, o seu percurso profissional, bem como as sociabilidades que os representam. Neste sentido, importa conhecer a importância do suporte familiar nos processos de exclusão social, interessa, também, conhecer as dinâmicas de afastamento da vida social em contexto de desemprego. Aspectos relevantes nesta investigação prendem-se, de igual modo, com o conhecimento das repercussões do R.S.I. na reinserção dos beneficiários, a sua relação com o mercado de trabalho, bem como a auto-percepção dos impactes da medida na melhoria das suas condições económicas e de inserção.

Neste âmbito, o método intensivo afigura-se como bastante pertinente para a construção de conhecimento científico acerca desta problemática pois “fornece uma compreensão profunda de certos fenómenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjectivo da acção social” (Haguette, 1995: 63), uma vez que,

analisa “em profundidade as características, as opiniões, uma problemática relativa a uma população determinada, segundo vários ângulos e pontos de vista” (Almeida, 1994: 198). A utilização deste método justifica-se dado que actualmente existe uma necessidade de complementar estudos quantitativos e qualitativos, no sentido de se apresentar perspectivas bem mais ricas e mais construídas da sociedade.

Definidos os métodos de investigação mais pertinentes para a apreensão da problemática do Rendimento Social de Inserção, importa agora determinar as respectivas técnicas de investigação. Pode entender-se por técnicas de investigação “os instrumentos operatórios precisos e transmissíveis que podem ser usados [...] para a recolha e tratamento de informação sobre a realidade social” (Almeida, 1994: 229).

No âmbito da metodologia intensiva, o *Focus Group* revela-se a técnica mais adequada para esta investigação, pelos motivos que posteriormente iremos salientar. Contudo, por ser uma técnica pouco utilizada importa explicar, de forma mais detalhada, a sua pertinência.

É com Robert King Merton que o *focus group* encontra as suas raízes históricas, mais precisamente no ano de 1941, no entanto, é uma forma de recolha de dados que só a partir da década de 1980 se desenvolveu mais intensamente, como importante estratégia de pesquisa por parte dos cientistas sociais.

O *focus group* é considerado como uma técnica de pesquisa qualitativa de recolha de dados, com a finalidade de obter respostas de grupos a determinado assunto, neste caso mais concreto acerca do Rendimento Social de Inserção. Inicialmente decorria através de uma “entrevista focalizada” com guiões de questões para obter respostas de um grupo de indivíduos previamente seleccionados pelo investigador.

A principal finalidade desta modalidade de pesquisa é extrair das atitudes e respostas dos participantes do grupo, sentimentos, opiniões e reacções que se constituíam num novo conhecimento.

É a partir dos anos oitenta que esta técnica se torna amplamente conhecida por investigadores da área das Ciências Sociais. Utilizada, essencialmente, para a abordagem de determinados temas que exigiam maior profundidade, é uma técnica que revela reais características de um grupo e, consequentemente, dos indivíduos que o compõem.

O *focus group*, tal como em qualquer outro tipo de pesquisa de natureza qualitativa, tem por finalidade procurar o sentido e a compreensão dos complexos fenómenos sociais, onde o investigador utiliza uma estratégia indutiva de investigação, sendo o seu resultado amplamente descritivo.

O *focus group*, comparado com outras técnicas e/ou métodos, proporciona uma multiplicidade de visões e reacções emocionais no contexto do grupo. Se, por um lado, pode ser considerado como acção não natural que pode inibir a espontaneidade do grupo, por outro, por ser uma acção previamente organizada e dirigida a um determinado grupo, que permite ao investigador maior agilidade na recolha de dados.

Qualquer tipo de investigação exige cuidados éticos e, quando se trata de investigação na área das Ciências Sociais, parece que essa responsabilidade aumenta mais ainda, por envolver aspectos referentes à intimidade e subjectividade dos sujeitos.

No caso específico do *focus group*, o cuidado inicia-se desde a selecção dos participantes até à forma como se vai lidar com os dados recolhidos e as informações dadas pelos beneficiários ao investigador. Essa preocupação é decisiva para a constituição do ou dos grupos, pois relaciona-se com o perfil dos participantes, o tamanho de cada grupo, neste caso em concreto pensamos, inicialmente, em grupos de 7 beneficiários; o número de grupos a serem trabalhados (constituímos dois *focus group*) e o nível de intervenção do investigador (foi utilizada apenas a necessária para uma eficaz recolha de informação). Este pacto de confiança entre os indivíduos que participam no grupo e o investigador deve ter por suporte o anonimato e a confidencialidade, esta foi uma questão muito colocada pelos beneficiários intervenientes, contudo explicamos detalhadamente como funciona a análise e apresentação pública da informação por eles disponibilizada.

Como todos os procedimentos metodológicos, o *focus group* tem as suas vantagens e as suas desvantagens. As suas grandes vantagens consistem nos baixos custos que exige, na rapidez da recolha dos dados e, na possibilidade de conjugação com outras técnicas. Para além disso, os grupos podem vivenciar sentimentos de emancipação e desenvolver relacionamentos de reciprocidade entre os membros do grupo. Por outro lado, uma das suas principais desvantagens é estar sempre sujeita à interferência do investigador e às dispersões próprias de grupos heterogéneos, a este respeito e no nosso caso em particular, esta técnica foi levada a cabo nas instalações da

Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, mais precisamente no Salão Nobre da mesma. O local escolhido prendeu-se com a familiaridade do mesmo para os beneficiários seleccionados com a finalidade de não existir muitas razões inibitórias ao bom funcionamento das entrevistas pretendidas.

Capítulo V - Apresentação e Análise dos resultados

Para o presente relatório de estágio, realizado na Cooperativa Sol Maior, foram efectuados dois *Focus Group*, com o intuito de aferir informação mais detalhada acerca da população-alvo e que concretizasse, por um lado os nossos objectivos e, por outro as hipóteses teóricas por nós formuladas. Assim sendo, neste capítulo procedemos à análise dos dois momentos em que levamos a cabo a já referida recolha de informação.

V.I - Análise do *Focus Group* nº1

Na primeira questão este grupo de entrevistadas foi questionado acerca do seu percurso familiar. Todas referiram que vivem com o marido e os filhos e que a escolaridade do seu agregado é baixa.

Em relação à inserção no mercado de trabalho dos progenitores aquando a juventude das entrevistadas, denotou-se que alguns trabalhavam por conta de outrem, enquanto outros subsistiam do trabalho do campo. É de salientar o facto de num período anterior à constituição de família, estas beneficiárias já terem passado por algum tipo de privações.

“Também vivo com o meu marido e dois filhos [...] Os meus pais sempre foram do campo [...] eles foram os dois para lá trabalhar [...].”

“[...] as coisas do campo nunca nos deixaram passar fome [...].”

“[...] Acho que é a quarta classe [...] era complicado, era muito complicado...mas os vizinhos ajudavam-se muito [...].”

No que se refere à idade com que iniciaram a sua actividade profissional, todas as entrevistadas referiram que ingressaram no mercado de trabalho desde cedo. No entanto, actualmente, apenas uma delas exerce profissão, uma vez que as restantes alegaram não trabalhar por questões de saúde, embora tivessem demonstrado interesse em exercer uma profissão remunerada.

“Eu comecei muito cedo...porque precisávamos de ajudar a minha mãe...aos seis [...]”

“[...] Eu estou...sou cabeleireira [...]”

“[...] Eu não [...] Eu queria fazer um curso...mas hoje...eu gostava, desde que arranjasse qualquer coisa...que não tivesse de me baixar [...]”

Relativamente às condições de vida, nomeadamente no que respeita ao principal meio de vida, as mesmas referiram que o rendimento social de inserção é o seu único meio de subsistência. No entanto, uma das entrevistadas salientou que, devido ao facto de o marido estar desempregado, vê acrescer o seu rendimento mensal com o subsídio de desemprego do mesmo.

No que concerne às despesas mensais, as beneficiárias revelaram que, por apenas subsistirem com o rendimento social de inserção, torna-se complicado gerir os gastos familiares, levando a situações de atraso no pagamento das mesmas. É de salientar o facto de não requisitarem os serviços de habitação social por já terem recorrido aos mesmos e não terem obtido solução para o problema que as moveu.

“Eu é assim estou [...] com esse rendimento [...] é difícil, mas que remédio [...]”

“[...] Eu antes ainda ajudava um bocadinho, mas agora não posso ... ganho muito pouco de rendimento [...]”

“[...] Não ... eu não ... mas eu uma vez fui lá e disseram-me que eu onde estava não me caia o tecto em cima [...] Houve ... então eu fui morar pa minha mãe ... foi muito complicado [...]”

A respeito das sociabilidades que as caracterizam em relação à medida em causa, as entrevistadas demonstraram um certo constrangimento relativamente à exposição perante os seus pares face à sua situação de beneficiárias do rendimento social de inserção, embora considerem que seja difícil ocultar essa condição.

“A minha patroa sabe [...] pelo que eu vejo, ali na zona onde eu moro, acho que a maior parte das pessoas, aquilo recebe tudo [...]”

“[...] eu contei a algumas pessoas, lógico que não contei a todas não é? [...]”

“[...] Ai a mim não, não me incomoda nada ...mas isto é complicado [...]”

As entrevistadas tomaram conhecimento da medida através de familiares, recorrendo posteriormente aos serviços da Segurança Social para melhor esclarecimento. Revelaram beneficiar da medida há cerca de dois anos e não ter qualquer outro tipo de apoio social.

“A minha mãe [...] foi uma senhora que também tinha na altura [...]”

“[...] Eu estou a receber desde que o meu marido foi preso, mais ou menos dois anos [...]”

“[...] Eu devia ter ... eu devia ter porque o pai da minha filha ficou estipulado em tribunal que devia dar cem euros, mas eu até hoje nunca vi a cor do dinheiro [...]”

Enfatizaram a importância do rendimento social de inserção, uma vez que lhes possibilita o suprimento das necessidades básicas características de um agregado familiar. No entanto, exaltam a vontade de abandonar a medida em detrimento da sua inserção no mercado de trabalho.

Relativamente a eventuais melhorias na medida levada a cabo pela Segurança Social, referiram a necessidade da existência de mais gabinetes de acompanhamento de beneficiários do rendimento social de inserção, uma vez que consideram fundamental o apoio prestado pela Cooperativa Sol Maior.

“É fundamental nesta fase [...] porque graças a ele é que dá para equilibrar um bocadinho [...] eu queria um emprego por meu marido [...]”

“[...] era conseguir uma casinha [...]”

“[...] Eu estando a trabalhar a tempo inteiro e o meu marido arranjando não preciso mais [...] estas equipas deveriam existir mais [...] era bom que a prestação fosse maior um bocadinho [...]”

V.II - Análise do Focus Group nº2

Em relação ao seu percurso familiar, os entrevistados revelaram viver com os seus familiares mais próximos (cônjuge, filhos, irmãos, pais e avós). A escolaridade dos agregados varia entre o primeiro e o terceiro ciclos do ensino básico.

Quanto à inserção no mercado de trabalho dos progenitores aquando da juventude dos entrevistados, a maioria revelou que estes desempenhavam uma actividade profissional, à excepção de um beneficiário, cuja mãe não trabalhava devido à sua condição de reformada e de uma beneficiária que salientou que os pais subsistiam do trabalho no campo.

Os entrevistados salientaram a existência de problemas económicos no período anterior à constituição de família, referindo que essa situação tem vindo a agravar-se actualmente.

“Eu vivo com o meu pai, com a minha mãe, com o meu homem, a minha irmã e com a minha filha [...]”

“[...] Eu tenho o nono ano completo, a minha mãe tem o sexto ano incompleto, o meu pai acho que tem a quarta classe e a minha irmã anda no oitavo ano [...]”

“[...] Os meus pais trabalhavam, o meu pai tinha a arte de pintor e a minha mãe era doméstica [...] Eu pelo menos senti algumas dificuldades [...]”

Os entrevistados revelaram ter iniciado a exercer uma actividade profissional precocemente, devido às necessidades económicas vivenciadas pelo agregado.

Este grupo de entrevistados mencionou não estar a trabalhar aquando a realização da entrevista. No entanto, procedem à procura activa de emprego, embora salientando que essa procura por vezes acarreta custos difíceis de comportar, uma vez que o rendimento disponível é limitado.

“Acho que foi por volta dos dezoito, mas depois a fábrica fechou [...]”

“[...] No meu caso não, estou mesmo desempregada [...]”

“[...] Acho que se estivéssemos não estaríamos aqui [...]”

“[...] Nem sempre há condições monetárias para fazermos uma procura activa de emprego, os transportes são caros [...]”

“[...] Eu claro que procuro, houve um dia que fui a doze agências de trabalho temporário [...]”

Para a grande maioria dos entrevistados do grupo o rendimento social de inserção é o único meio de subsistência, salvo o caso de um dos entrevistados cuja esposa desempenha uma actividade profissional. No entanto, permite-lhes fazer face às suas despesas, salvo raras excepções. Mostram algum desconhecimento em relação aos apoios de habitação social, vivendo em casas próprias ou arrendadas.

“É o RSI, eu não tenho mais nada [...]”

“[...] eu vivo com o que recebo daqui [...]”

“[...] É o RSI, mas a minha mulher também trabalha, mas sem isto não dava [...]”

“[...] Eu tenho montes de despesas ... a minha mulher trabalha e isso ajuda, mas não é coisa que a gente possa juntar [...]”

“[...] Eu é o mesmo ... eu já tive de deixar contas por pagar porque não tinha dinheiro [...]”

“[...] Eu não, nem sabia que isso existia [...]”

Quanto às sociabilidades que os definem enquanto beneficiários do rendimento social de inserção, os entrevistados revelaram sentirem-se incomodados face à possibilidade de os seus pares terem conhecimento da sua situação. Conhecem-se entre si pois estabelecem encontros ocasionais aquando do levantamento do vale.

“Eu não ... a minha família sabe e algumas amigas também [...]”

“[...] Torna-se inevitável ... recebemos todos mais ou menos ao mesmo dia, basta irmos aos CTT [...]”

“[...] A mim incomoda-me, mas é a tal coisa, eu se recebo é porque preciso, eu não tenho outro rendimento [...]”

“[...] Claro que sim ... então toda gente comenta ... e manda bocas ...mas no entanto eu tenho regras em casa...só gastamos o essencial [...]”

“[...] A mim incomoda-me um bocado ... não é que esteja a fazer mal a alguém ... mas as pessoas falam [...]”

No que diz respeito ao conhecimento da medida por parte destes beneficiários, é de salientar que se efectuou através de familiares e dos *media*. No entanto, dirigiram-se à Segurança Social como forma de obterem mais informações relativamente à medida. Referiram que beneficiam do rendimento social de inserção há um período superior a doze meses, como único meio de suprimento das suas necessidades básicas.

“Eu soube pela minha cunhada ... ela é que tratou das papeladas e tudo [...]”

“[...] Eu soube pelas notícias essas coisas todas, e depois fui à Segurança Social [...]”

“[...] Não sei, acho que á um ano e meio, mais ou menos ...poderá fazer dois anos este ano [...]”

“[...] Eu também não tenho qualquer outro tipo de apoio, só mesmo o rendimento mínimo [...]”

Salientaram a importância que um emprego poderia ter nas suas vidas e o desejo de abdicar da medida.

Relativamente à qualidade da medida e eventuais melhorias, este grupo demonstrou ter a noção que a sua distribuição não é equitativa e portanto enaltecera a necessidade e importância das equipas de acompanhamento da medida em causa.

Apelaram à indispensabilidade de maior e melhor fiscalização para os que beneficiam do rendimento social de inserção.

“É muito importante, ajuda-me muito nas despesas [...]”

“[...] Para mim é fundamental porque é a única fonte de rendimento que eu tenho ... eu sem o RSI não tenho nada [...]”

“[...] Um trabalho, era o que eu mais queria [...]”

“[...] Eu também acho que sim ... mas a mim já me consideraram velho para trabalhar e eu tenho quarenta e dois anos [...]”

“[...] Ai ... isso só quando encontrar trabalho, de outro modo como vou conseguir ... eu bem queria deixar de ser beneficiária ... as pessoas comentam [...] Eu só recorri porque não tive outro meio de sobreviver, o que eu queria era trabalhar e ganhar o meu salário como sempre fiz [...]”

“[...] Quer dizer, isto bom não está porque eu acho que há certas pessoas que estão a receber indevidamente, e há outras que necessitam mesmo ... que é o meu caso [...]”

“[...] Aqui há qualquer coisa que não funciona bem ... somos sempre os mesmos ... se calhar poderia haver mais técnicos para que todos tivéssemos em pé de igualdade [...] eu acho que é necessário estas equipas, é uma orientação que a gente tem [...]”

“[...] Gostava que realmente ajudasse quem mais precisa ... acho que a fiscalização é fundamental, equipas como esta [...]”

V.III - Demonstração das Hipóteses Teóricas

A primeira hipótese teórica previa que, considerando que no momento os beneficiários estavam desempregados, investiriam na sua formação.

Esta hipótese não foi efectivamente confirmada, uma vez que os utentes se inscrevem em cursos e formações, mas estes não dão uma resposta eficaz, não havendo vagas para todos. Há, no entanto, uma disponibilidade, por parte dos entrevistados, para frequentar acções de formação. No que se refere à resposta que as acções de formação pretendem fornecer, os entrevistados denunciam uma descoincidência entre a formação frequentada e a inserção no mercado de trabalho.

A segunda hipótese teórica avançada aponta para o facto de, por estarem desempregados, os beneficiários em análise procuram activamente emprego. Com esta hipótese teórica pretendemos verificar se o facto de se estar desempregado leva a que estes actores sociais procurem activamente emprego, isto é, que sejam pró-activos na sua busca pela inserção no mercado de trabalho.

Feita a análise das entrevistas, verifica-se que a procura de emprego é, além de uma realidade, uma exigência do Programa de Inserção e um compromisso que os beneficiários assumem aquando do pedido da medida, a qual torna a prestação pecuniária dependente dessa procura activa de emprego.

A terceira hipótese teórica reflecte o facto de a família destes beneficiários influenciar ou não, de alguma forma, o percurso dos mesmos. Com esta hipótese teórica pretende-se avaliar em que medida a retaguarda familiar é importante para o projecto vida dos actores sociais.

Relativamente a esta hipótese, foi possível verificar que o percurso familiar dos progenitores influenciou o percurso dos entrevistados, na medida em que a inserção dos entrevistados no mercado de trabalho se efectivou precocemente para colmatar as necessidades básicas do agregado familiar. Por outro lado, em alguns casos denotou-se que dada a sua ligação à agricultura, a rectaguarda familiar tem um papel importante no projecto de vida dos actores sociais. Estamos, assim, perante processos de reprodução social.

A quarta hipótese teórica indica que o facto de constituírem uma determinada tipologia de família conduz a diferentes percepções da medida em questão. A intenção

passa por avaliar se o facto de pertencer a uma família monoparental, nuclear com filhos ou até mesmo isolado faz com que a opinião dos beneficiários o RSI seja diferente.

Durante o decorrer das entrevistas do *Focus group* foi possível verificar que a opinião dos entrevistados vai no sentido da ocultação da sua situação de beneficiários da medida, ou seja, existe uma certa “vergonha social” relativamente à medida, independentemente da tipologia do agregado familiar, à excepção dos casos em que os familiares e/ou os vizinhos são igualmente beneficiários.

A quinta hipótese teórica refere que o Rendimento Social de Inserção apoia, efectivamente, as famílias ao nível das suas dificuldades económicas. Pretendemos assim verificar o impacto que a medida tem na organização da vida quotidiana destes actores sociais.

Após a análise anteriormente mencionada, esta hipótese teórica foi confirmada, na medida em que o Rendimento Social de Inserção é na maioria dos casos o único meio de subsistência do agregado familiar.

Capítulo VI - Reflexão do estágio

VI.I - Recomendações e propostas de intervenção

Pela natureza da sua postura (analítica, reflexiva) num contexto organizacional o sociólogo constitui-se como elemento fundamental em vários momentos nas instituições. Da integração dos recursos humanos até à investigação, passando pela análise das necessidades da instituição a diversos níveis, através de estudos, ou participando na definição estratégica do percurso a seguir no sentido do desenvolvimento das instituições, o sociólogo vai sendo chamado a dar os seus contributos, tendo por base a sua formação teórica.

Segundo Madureira Pinto, aos sociólogos “tem de sobrar-lhe profissionalismo e sentido de responsabilidade adequados para obterem uma dinâmica social e uma visão realista”. Esta postura terá lugar privilegiado nos muitos espaços de actuação dos sociólogos. Partilhamos, ainda, a perspectiva de Firmino da Costa quando refere que não basta adquirir conhecimentos para se ganharem experiências. As competências são, de facto, saberes em acção, devidamente mobilizados de acordo com situações concretas. Esta capacidade de mobilização de saberes apenas se adquire através do exercício continuado, tanto quanto possível com acompanhamento e orientação de outros sociólogos.

O estágio desenvolvido na Cooperativa Sol Maior, permitiu-nos, por um lado a realização do presente trabalho e, por outro lado uma maior aproximação do mercado de trabalho enquanto sociólogos. Por estarmos ligados a um Código Deontológico, esta aproximação caracterizou-se, essencialmente, por um relacionamento ponderado com todos os actores sociais, individuais e colectivos, com os quais fomos estabelecendo contacto.

Com o decorrer do estágio, fomos-nos deparando, algumas vezes, com alguns obstáculos que dificultaram o nosso desempenho profissional. Neste sentido, consideramos propositado a apresentação de algumas propostas de intervenção.

As propostas aqui apresentadas, resultam da convicção de que uma instituição como a Sol Maior deverá centrar-se no objectivo de melhorar a vivência desta população fragilizada da sociedade. Neste sentido, as estratégias de intervenção levadas

a cabo pela Cooperativa devem assentar no princípio da igualdade de oportunidades. Isto na medida em que apesar de atravessarmos um período inconstante, sem certezas e de crise económica, a coesão social deve ser um pilar a manter na sociedade.

Posto isto, consideramos pertinente a sugestão de algumas propostas intervenção. A proposta de intervenção que apresentamos consubstancia-se numa maior envolvência de empresas e instituições com potencial empregador, o objectivo central seria a concretização nos percursos de inserção/reinserção de uma população em situação de desfavorecimento social, como são os beneficiários de Rendimento Social de Inserção, favorecendo assim uma aproximação ao mercado de trabalho por parte destes, mas fundamentalmente uma rentabilização de competências, recursos e sinergias existentes entre instituições.

Ainda no campo das intervenções, é da nossa opinião que a medida do Rendimento Social de Inserção precisa de mais equipas técnicas. Isto na medida em que a melhor estratégia de sucesso neste âmbito, é o reforço do acompanhamento técnico e multidisciplinar, numa lógica de proximidade e de capacitação individual e familiar, ao mesmo tempo que se afirmaria a estratégia reticular entre a família, o mercado de trabalho, e escola e as instituições de base local.

VI.II - Auto-avaliação do estágio

Em primeiro lugar importa referir o carácter inovador desta modalidade de Mestrado. Ao ter conhecimento da possibilidade de realização de estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia, desde logo se definiu a opção da investigadora.

Ao longo do estágio na Cooperativa Sol Maior, fomos mantendo contacto com o professor orientador nomeado pela Faculdade de Letras, onde foram sempre colocadas questões, dúvidas, trabalhadas estratégias e discutidos pormenores teóricos e científicos de intervenção sociológica. Estas reuniões, em muito ajudaram a ultrapassar algumas das desvantagens que no papel de sociólogos enfrentamos pela primeira vez.

Nas primeiras semanas de estágio sentimos, por diversas vezes, a necessidade de estabelecer aquilo a que Bachelard (1996) designou de “ruptura epistemológica, o mesmo se aplicou em relação aos obstáculos epistemológicos, com que o sociólogo na sua prática profissional de depara.

É de realçar a importância da disciplina de Práticas Profissionais em Sociologia, nomeadamente os conteúdos em torno das práticas profissionais dos sociólogos, com as conferências de diversos sociólogos que partilharam por diversas vezes, algumas das dificuldades que enfrentaram nos primeiros tempos de trabalho.

Com o decorrer do estágio na Sol Maior consideramos que assimilámos novos conhecimentos e competências, nomeadamente as de diagnóstico, de análise, de planeamento, de avaliação e de intervenção científica e técnicas sustentadas, bem como a capacitação para a resolução de problemas emergentes no contexto em que se desenvolveu o estágio. Consideramos que a experiência profissional que vivenciámos favoreceu a construção de um saber profissional marcado pela autonomia técnica e pelo sentido de responsabilidade.

Ao longo deste período, foi-nos proporcionada a oportunidade de trabalhar em equipa com outros técnicos. Adaptamo-nos ao contexto de trabalho, desenvolvendo sempre uma boa relação com todos os membros da Sol Maior.

Capítulo VII - Considerações finais

Este último capítulo apresenta as considerações a que se chegou no final desta investigação. Dá-nos conta dos contributos que, com base nestas considerações, se inscrevem no modelo de intervenção.

Para a concretização deste estudo, iniciou-se a abordagem do mesmo através de um breve enquadramento teórico, em que se procurou introduzir e definir os conceitos de exclusão social e pobreza. Procuramos, assim, mostrar como o conceito de exclusão social está ligado a défices de participação dos cidadãos na vida social e de satisfação dos seus direitos básicos de cidadania, desde logo o direito a condições materiais de vida dignas, pelo que a pobreza pode, assim, ser tida em conta como um indicador chave da exclusão social. Assim, sendo, importa realçar que a exclusão social contraria, então, a lógica de coesão social sobre a qual estão assentes e se legitimam as democracias ocidentais, em particular as europeias.

A exclusão social nunca é uma questão individual, o sistema familiar e a comunidade local exercem um papel decisivo. Grande parte das situações de exclusão têm origem nas relações familiares e sociais onde o indivíduo se insere; assim sendo torna-se necessário dar prioridade a um diagnóstico familiar e comunitário, seguido de um plano de inserção que inclua estas dimensões (Machado, Moutinho, Felino, 2006: 40).

Tendo como população-alvo os beneficiários do Rendimento Social de Inserção, acompanhados pela Cooperativa Sol Maior, importa apontar algumas das considerações que mais se evidenciaram, tanto ao nível dos próprios beneficiários, como ao nível da política social em questão.

Ao nível dos beneficiários importa salientar que muitas vezes, os problemas que afectam estes agregados familiares dificultam a inserção profissional dos indivíduos, reforçam a necessidade de fazer investimentos prévios em qualificação pessoal, ao nível da melhoria da auto-estima e das formas de comportamento social, bem como no suporte à vida familiar, como factores indispensáveis para maximizar o investimento nas competências escolares e profissionais dos beneficiários. Contudo, a integração no mercado de trabalho não é condição suficiente para se sair da situação de exclusão; assim sendo, é necessário um percurso prévio de formação social e profissional do

beneficiário, para que possa integrar-se no mercado de trabalho. Tudo isto exige sucessivos diagnósticos e planos de inserção.

No que diz respeito ao Rendimento Social de Inserção, instituído em Portugal em 1996 (Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho), importa realçar algumas das suas premissas. Pretende a atribuição de uma prestação financeira aos mais desfavorecidos e a inserção socioprofissional derivada da existência de um programa específico para os beneficiários e respectivos agregados.

Importa, mais uma vez, referir o carácter regular da prestação, de maneira a garantir a sobrevivência diária e a satisfação das necessidades básicas. Só assim as pessoas mais carenciadas poderão estruturar os seus modos de vida, através de uma organização mais independente da vida quotidiana, e desenvolver a sua auto-estima. A ideia de que a prestação do R.S.I. é uma via fácil/comodista deve ser combatida, isto porque, na maioria dos casos, estes rendimentos tornam-se indispensáveis, sendo o único meio de subsistência para determinados grupos que dificilmente encontram condições para se tornarem autónomos.

Para uma medida ser bem sucedida é necessário fazer um diagnóstico e adequar os recursos aos projectos de vida das populações. Este esforço exige um conhecimento aprofundado dos recursos existentes e uma reflexão sobre as lacunas em termos de respostas adequadas, de forma a permitir alcançar novas respostas e rentabilizar os recursos existentes. É indispensável conhecer o território local, nomeadamente os grupos desfavorecidos, de maneira a ter uma dimensão comunitária dos problemas e das soluções e é necessário entender o beneficiário no seu contexto de acção familiar, comunitário, laboral, sócio-cultural, e verificar a adequação das respostas ao conjunto do sistema de acção em que este se insere. A temporalidade da inserção deve ser repensada como um elemento estruturante dos programas de inserção a desenvolver, tendo em conta os percursos de vida dos indivíduos, os factores de ordem cultural/ética em função das próprias condicionantes ao nível do mercado de trabalho.

Com o decorrer do estágio na Sol Maior, constatamos que à excepção daqueles que não podem trabalhar por motivos relacionados com a sua condição física ou com a existência de obstáculos na família impeditivos desse exercício (o caso da existência de crianças e idosos dependentes a cargo), a maioria dos indivíduos dá muita importância ao emprego, enquanto factor de construção e de reconstrução dos laços sociais e das

identidades individuais. Não se trata, portanto, de um conjunto de indivíduos que vivem e que querem continuar a viver da prestação; trata-se, então, de um grupo de indivíduos que, por um lado, sentem não poder trabalhar por razões que ultrapassam a sua própria vontade e que, por outro, apostam no emprego como instrumento de efectiva mobilidade social.

O Rendimento Social de Inserção, através das equipas de acompanhamento, fez-se sentir em diversos níveis na vida destes beneficiários, nomeadamente ao nível das debilidades do ponto de vista da saúde, ao nível da falta de emprego, ao nível da formação dos mesmos e, até mesmo, ao nível do acompanhamento de menores em risco. Sendo assim, não é demais evidenciar o facto de que o R.M.G. melhorou de forma acentuada a capacidade de intervenção de políticas sociais na história de vida dos seus beneficiários, na perspectiva de inversão dos processos de dependência a partir da intervenção nos factores que originam esses mesmos processos de dependência.

Ao abordarmos as condições de vida destes beneficiários referimo-nos, sobretudo, a alguns aspectos cruciais que condicionaram as situações de vida dos inquiridos logo à partida, nomeadamente a escolaridade dos pais, a condição perante o trabalho dos pais, a situação na profissão e o principal meio de vida dos pais. Pudemos, então, constatar, através do *focus group* que estamos perante indivíduos com baixos níveis de escolaridade (uma vez que os titulares também revelam as mesmas tendências). As frágeis condições socioprofissionais dos pais dos inquiridos também são vividas pelos próprios titulares, o que significa que estamos perante mecanismos de reprodução social que funcionaram, desde cedo, como entraves à mobilidade social dos indivíduos titulares do Rendimento Mínimo Garantido.

Podemos, então, concluir que o diagnóstico que apresentamos neste estudo, constitui um elemento, necessário, para um olhar sobre a franja da população estudada. Julgamos ser ele, razoavelmente, esclarecedor do tipo de problemas com que o nosso país se confronta neste domínio.

Bibliografia

AMARO, Sandra de Fátima Oliveira (2009) - ***Entre o rendimento social de inserção e as novas oportunidades: posicionamento face às medidas***; orient. Cristina Parente. Porto: Edição do autor.

ALMEIDA, João Ferreira de, [e tal] (1992) – ***Exclusão Social: factores e tipos de pobreza em Portugal***. Oeiras: Celta Editora.

ALMEIDA, João Ferreira de (1993) – ***Integração social e exclusão social: algumas questões***. In *Análise Social*, nº 123-124. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

CAPUCHA, Luís Antunes (1998) – ***Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades***. In COSTA, António Firmino da; VIEGAS, José Manuel Leite, orgs. – *Portugal, Que Modernidade?* Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-8027-90-7.

CAPUCHA, Luís Antunes (1998) – ***Exclusão social e acesso ao emprego: paralelas que podem convergir***. In *Sociedade e Trabalho*, nº 3.

CAPUCHA, Luís (2000) – ***Exclusão profissional, exclusão social e cidadania***. In DIAS, Eduardo Costa; VIEGAS, José Manuel Leite, orgs. *Cidadania, Integração, globalização*. Oeiras: Celta. ISBN 972-774-061-8.

CAPUCHA, Luís (2005) – ***Desafios da pobreza***. Oeiras, Celta Editora.

CASTEL, Robert (1991) – ***De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation***. In Donzelot, Jacques, org. *Face à l'exclusion*. Paris: Esprit.

COSTA, Alfredo Bruto da (1984) – ***O conceito de pobreza***. In *Estudos da Economia* nº 3, vol. IV, Abril/Junho.

COSTA, Alfredo Bruto da; SILVA, Manuela (1985) – ***A pobreza em Portugal***. Lisboa: Colecção Cáritas, nº 6.

COSTA, Alfredo Bruto da, (2005) – ***Exclusões sociais***. 5ª ed. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-612-9

Durkheim, Émile (1998) – ***As regras do método sociológico***; trad. De Eduardo Lúcio de Nogueira. 7ªed – Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972-23-1429-7.

ERMIDA, Ana Filipa (2006) - ***A reinserção profissional dos beneficiários do rendimento social de inserção no concelho de Santo Tirso***. Porto: Edição do autor.

FERNANDES, António Teixeira (1991) – ***Formas e Mecanismos de exclusão***. In Sociologia, nº 1. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FERNANDES, António Teixeira (1995) - ***Etnicização e racização no processo de exclusão social***, in *Sociologia*, n.ºI, vol. 5, pp. 7-67.

FERNANDES, António Teixeira (2000) – ***O estado na construção da cidadania em sociedades de exclusão***. In DIAS, Eduardo Costta; VIEGAS, José Manuel Leite, orgs. Cidadania, Integração, Globalização. Oeiras: Celta. ISBN 972-774-061-8.

FERREIRA, Ana Sofia; Guerra, Florbela (1998) – ***Os requerentes da fase experimental do RMG: situação, recursos e expectativas***. Sociedade e Trabalho, nº3. ISBN 0873-8858.

GAUTHIER, Benoit (2003) – ***Investigação Social: da problemática à colheita de dados***. Pref. De Moisés Espírito Santo. 3ª ed. Loures: Lusociência. ISBN 972-8383-55-x.

GIL, António Carlos (1999) – ***Métodos e técnicas de pesquisa social***. São Paulo: Editora Atlas. ISBN 85-224-2270-2.

GUIBENTIF, Pierre; BOUGET, Denis (1997) - ***As Políticas do Rendimento Mínimo na União Europeia***. Lisboa, UMP.

GOFFMAN, Erving (1993) – ***La estigma: la identidade deteriorada***. Buenos Aires: Amorrortu Editores. ISBN 950-518-016-0

GORZ, André (2003) - ***L'Immatériel: Connaissance, Valeur et Capital***. Paris, Ed. Galilée.

HAGUETTE, Teresa M^a Frota (1987) – ***Metodologias Qualitativas na Sociologia***. 2^aed. Petropolis, Editora Vozes, RJ. ISBN: 85-326-0247-9.

IDS (2002) – ***Avaliação de Impactes do Rendimento Mínimo Garantido – Caracterização dos Perfis dos Beneficiários RMG***. Lisboa: IDS. ISBN 972-8553-13-7.

IDS (2002) – ***Avaliação de Impactes do Rendimento Mínimo Garantido – OS Beneficiários RMG: Síntese e Recomendações***. Lisboa: IDS. ISBN 972-8553-13-7.

IDS (2002) – ***Avaliação de Impactes do Rendimento Mínimo Garantido – Os Beneficiários RMG: Trajetórias de vida, vivencias e impactes diferenciados***. Lisboa: IDS. ISBN 972-8553-13-7.

KOVÁCS, Ilona (2002) – ***As metamorfoses do emprego: ilusões e problemas da sociedade de informação***. Oeiras: Celta. ISBN 972-774-139-8.

PAUGAM, Serge (1991) – ***La disqualification sociale – essai sur la nouvelle pauvreté***. Paris: Presses Universitaires de France. ISBN 2-13-043226-3.

PARENTE, Cristina (1996) – ***Avaliação de impacto da formação sobre as trajetórias profissionais e a competitividade empresarial: um ensaio em empresas do sector têxtil do Vale do Ave***. Lisboa: Ed. do Autor. Dissertação de Mestrado em Políticas e Gestão de Recursos Humanos.

PARENTE, Cristina [coord.] (2007) – ***A Educação, formação e certificação de adultos na Região do Vale do Sousa: avaliação de impactes no Vale do Sousa***. Associação Empresarial de Paços de Ferreira.

PEREIRINHA, José (1992) – ***Pobreza e exclusão social: fronteiras conceptuais, relevância para a política social e implicações na sua medida***. In *Análise Social*, nº 102. Lisboa: ICS.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1992) – ***Manual de investigação em ciências sociais***. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-275-1.

RODRIGUES, Eduardo Vítor (2006) – ***Escassos Caminhos: os processos de imobilização social dos beneficiários do R.M.G. em Vila Nova de Gaia***. Porto: Faculdade de Letras de Universidade do Porto. Tese de Doutoramento em Sociologia.

RODRIGUES, Eduardo Vítor *et al.* (1999b) – ***A Pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal***. Revista Sociologia problemas e práticas. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. ISBN 0872-3419.

SCHNAPPER, Dominique (1998) – ***Contra o fim do trabalho***. Lisboa: Terramar.

SILVA, Augusto Santos (1998) - ***Notas sobre a reforma da segurança social***, in *Sociedade e Trabalho*, Edição Especial, pp. 42-49.

SULEMAN, Fátima (2000) – ***Empregabilidade e competências-chave: do conceito de competências às competências-chave***. In LOPES, Helena – *Estratégias empresariais e competência – chave*. Lisboa: Observatório do emprego e formação profissional. ISBN 972-732-615-3.

Anexos

Anexo I – Tabelas de cruzamento de variáveis

Quadro nº1

Faixa etária * Género Crosstabulation					
			Género		Total
			Feminino	Masculino	
Faixa etária	18-24 Anos	Count	10	3	13
		% within Faixa etária	76.9%	23.1%	100.0%
		% within Género	6.6%	8.6%	7.0%
		% of Total	5.3%	1.6%	7.0%
	25-34 Anos	Count	35	12	47
		% within Faixa etária	74.5%	25.5%	100.0%
		% within Género	23.0%	34.3%	25.1%
		% of Total	18.7%	6.4%	25.1%
	35-44 Anos	Count	47	8	55
		% within Faixa etária	85.5%	14.5%	100.0%
		% within Género	30.9%	22.9%	29.4%
		% of Total	25.1%	4.3%	29.4%
	45-54 Anos	Count	37	6	43
		% within Faixa etária	86.0%	14.0%	100.0%
		% within Género	24.3%	17.1%	23.0%
		% of Total	19.8%	3.2%	23.0%
	55-64 Anos	Count	19	5	24
		% within Faixa etária	79.2%	20.8%	100.0%
		% within Género	12.5%	14.3%	12.8%
		% of Total	10.2%	2.7%	12.8%
	>65 Anos	Count	2	1	3
		% within Faixa etária	66.7%	33.3%	100.0%
		% within Género	1.3%	2.9%	1.6%
		% of Total	1.1%	.5%	1.6%
	Não responde	Count	2	0	2
		% within Faixa etária	100.0%	.0%	100.0%
		% within Género	1.3%	.0%	1.1%
		% of Total	1.1%	.0%	1.1%
Total		Count	152	35	187

	% within Faixa etária	81.3%	18.7%	100.0%
	% within Género	100.0%	100.0%	100.0%
	% of Total	81.3%	18.7%	100.0%

Quadro nº2

Situação face ao emprego * Faixa etária Crosstabulation										
			Faixa etária							Total
			18-24 Anos	25-34 Anos	35-44 Anos	45-54 Anos	55-64 Anos	>65 Anos	Não responde	
Situação face ao emprego	À procura do primeiro emprego	Count	3	0	0	0	0	0	0	3
		% within Situação face ao emprego	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Faixa etária	30,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,7%
		% of Total	1,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,7%
	Desempregado/a à procura de novo emprego	Count	3	26	28	19	11	1	1	89
		% within Situação face ao emprego	3,4%	29,2%	31,5%	21,3%	12,4%	1,1%	1,1%	100,0%
		% within Faixa etária	30,0%	59,1%	50,9%	44,2%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
		% of Total	1,7%	14,6%	15,7%	10,7%	6,2%	,6%	,6%	50,0%
	Empregado	Count	2	3	8	0	1	0	0	14
		% within Situação face ao emprego	14,3%	21,4%	57,1%	,0%	7,1%	,0%	,0%	100,0%
		% within Faixa etária	20,0%	6,8%	14,5%	,0%	4,5%	,0%	,0%	7,9%
		% of Total	1,1%	1,7%	4,5%	,0%	,6%	,0%	,0%	7,9%
	DLD	Count	2	15	19	24	8	0	1	69
		% within Situação face ao emprego	2,9%	21,7%	27,5%	34,8%	11,6%	,0%	1,4%	100,0%
		% within Faixa etária	20,0%	34,1%	34,5%	55,8%	36,4%	,0%	50,0%	38,8%
		% of Total	1,1%	8,4%	10,7%	13,5%	4,5%	,0%	,6%	38,8%
	Doméstica	Count	0	0	0	0	2	0	0	2
		% within Situação face ao emprego	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Faixa etária	,0%	,0%	,0%	,0%	9,1%	,0%	,0%	1,1%
		% of Total	,0%	,0%	,0%	,0%	1,1%	,0%	,0%	1,1%
	Pensionista	Count	0	0	0	0	0	1	0	1

		% within Situação face ao emprego	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	100,0%
		% within Faixa etária	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	50,0%	,0%	,6%
		% of Total	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,6%	,0%	,6%
Total		Count	10	44	55	43	22	2	2	178
		% within Situação face ao emprego	5,6%	24,7%	30,9%	24,2%	12,4%	1,1%	1,1%	100,0%
		% within Faixa etária	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	5,6%	24,7%	30,9%	24,2%	12,4%	1,1%	1,1%	100,0%

Quadro nº3

Situação face ao emprego * Género Crosstabulation					
			Género		
			Feminino	Masculino	Total
Situação face ao emprego	À procura do primeiro emprego	Count	2	1	3
		% within Situação face ao emprego	66,7%	33,3%	100,0%
		% within Género	1,4%	3,2%	1,7%
		% of Total	1,1%	,6%	1,7%
	Desempregado/à procura de novo emprego	Count	75	14	89
		% within Situação face ao emprego	84,3%	15,7%	100,0%
		% within Género	51,0%	45,2%	50,0%
		% of Total	42,1%	7,9%	50,0%
	Empregado	Count	12	2	14
		% within Situação face ao emprego	85,7%	14,3%	100,0%
		% within Género	8,2%	6,5%	7,9%
		% of Total	6,7%	1,1%	7,9%

	DLD	Count	56	13	69
		% within Situação face ao emprego	81,2%	18,8%	100,0%
		% within Género	38,1%	41,9%	38,8%
		% of Total	31,5%	7,3%	38,8%
	Doméstica	Count	2	0	2
		% within Situação face ao emprego	100,0%	,0%	100,0%
		% within Género	1,4%	,0%	1,1%
		% of Total	1,1%	,0%	1,1%
	Pensionista	Count	0	1	1
		% within Situação face ao emprego	,0%	100,0%	100,0%
		% within Género	,0%	3,2%	,6%
		% of Total	,0%	,6%	,6%
	Total	Count	147	31	178
		% within Situação face ao emprego	82,6%	17,4%	100,0%
		% within Género	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	82,6%	17,4%	100,0%

Quadro nº4

Nível de escolaridade * Faixa etária Crosstabulation										
			Faixa etária							
			18-24 Anos	25-34 Anos	35-44 Anos	45-54 Anos	55-64 Anos	>65 Anos	Não responde	Total
Nível de escolaridade	<4º Ano	Count	1	3	2	2	2	1	0	11
		% within Nível de escolaridade	9,1%	27,3%	18,2%	18,2%	18,2%	9,1%	,0%	100,0%
		% within Faixa etária	8,3%	6,4%	3,7%	4,8%	8,3%	33,3%	,0%	6,0%
		% of Total	,5%	1,6%	1,1%	1,1%	1,1%	,5%	,0%	6,0%
	4º Ano	Count	1	12	20	21	17	1	0	72
		% within Nível de escolaridade	1,4%	16,7%	27,8%	29,2%	23,6%	1,4%	,0%	100,0%
		% within Faixa etária	8,3%	25,5%	37,0%	50,0%	70,8%	33,3%	,0%	39,1%
		% of Total	,5%	6,5%	10,9%	11,4%	9,2%	,5%	,0%	39,1%
	6º Ano	Count	7	16	22	14	5	0	1	65
		% within Nível de escolaridade	10,8%	24,6%	33,8%	21,5%	7,7%	,0%	1,5%	100,0%
		% within Faixa etária	58,3%	34,0%	40,7%	33,3%	20,8%	,0%	50,0%	35,3%
		% of Total	3,8%	8,7%	12,0%	7,6%	2,7%	,0%	,5%	35,3%
	9º Ano	Count	2	11	5	4	0	1	0	23
		% within Nível de escolaridade	8,7%	47,8%	21,7%	17,4%	,0%	4,3%	,0%	100,0%
		% within Faixa etária	16,7%	23,4%	9,3%	9,5%	,0%	33,3%	,0%	12,5%
		% of Total	1,1%	6,0%	2,7%	2,2%	,0%	,5%	,0%	12,5%
	12º Ano	Count	1	2	5	1	0	0	0	9
		% within Nível de escolaridade	11,1%	22,2%	55,6%	11,1%	,0%	,0%	,0%	100,0%

		% within Faixa etária	8,3%	4,3%	9,3%	2,4%	,0%	,0%	,0%	4,9%
		% of Total	,5%	1,1%	2,7%	,5%	,0%	,0%	,0%	4,9%
	Licenciatura	Count	0	3	0	0	0	0	1	4
		% within Nível de escolaridade	,0%	75,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	25,0%	100,0%
		% within Faixa etária	,0%	6,4%	,0%	,0%	,0%	,0%	50,0%	2,2%
		% of Total	,0%	1,6%	,0%	,0%	,0%	,0%	,5%	2,2%
Total	Count	12	47	54	42	24	3	2	184	
	% within Nível de escolaridade	6,5%	25,5%	29,3%	22,8%	13,0%	1,6%	1,1%	100,0%	
	% within Faixa etária	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	6,5%	25,5%	29,3%	22,8%	13,0%	1,6%	1,1%	100,0%	

Quadro nº5

Situação face ao emprego * Nível de escolaridade Crosstabulation									
			Nível de escolaridade						
			<4º Ano	4º Ano	6º Ano	9º Ano	12º Ano	Licenciatura	
Situação face ao emprego	À procura do primeiro emprego	Count	0	0	3	0	0	0	3
		% within Situação face ao emprego	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Nível de escolaridade	,0%	,0%	4,8%	,0%	,0%	,0%	1,7%
		% of Total	,0%	,0%	1,7%	,0%	,0%	,0%	1,7%
	Desempregado/à procura de novo emprego	Count	8	36	29	9	4	2	88
		% within Situação face ao emprego	9,1%	40,9%	33,0%	10,2%	4,5%	2,3%	100,0%
		% within Nível de escolaridade	80,0%	52,9%	46,0%	39,1%	44,4%	66,7%	50,0%

		% of Total	4,5%	20,5%	16,5%	5,1%	2,3%	1,1%	50,0%
	Empregado	Count	0	6	4	2	2	0	14
		% within Situação face ao emprego	,0%	42,9%	28,6%	14,3%	14,3%	,0%	100,0%
		% within Nível de escolaridade	,0%	8,8%	6,3%	8,7%	22,2%	,0%	8,0%
		% of Total	,0%	3,4%	2,3%	1,1%	1,1%	,0%	8,0%
	DLD	Count	2	24	26	12	3	1	68
		% within Situação face ao emprego	2,9%	35,3%	38,2%	17,6%	4,4%	1,5%	100,0%
		% within Nível de escolaridade	20,0%	35,3%	41,3%	52,2%	33,3%	33,3%	38,6%
		% of Total	1,1%	13,6%	14,8%	6,8%	1,7%	,6%	38,6%
	Doméstica	Count	0	1	1	0	0	0	2
		% within Situação face ao emprego	,0%	50,0%	50,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Nível de escolaridade	,0%	1,5%	1,6%	,0%	,0%	,0%	1,1%
		% of Total	,0%	,6%	,6%	,0%	,0%	,0%	1,1%
	Pensionista	Count	0	1	0	0	0	0	1
		% within Situação face ao emprego	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Nível de escolaridade	,0%	1,5%	,0%	,0%	,0%	,0%	,6%
		% of Total	,0%	,6%	,0%	,0%	,0%	,0%	,6%
Total		Count	10	68	63	23	9	3	176
		% within Situação face ao emprego	5,7%	38,6%	35,8%	13,1%	5,1%	1,7%	100,0%
		% within Nível de escolaridade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	5,7%	38,6%	35,8%	13,1%	5,1%	1,7%	100,0%

Quadro nº6

Situação face ao emprego * Nível de escolaridade Crosstabulation									
			Nível de escolaridade						
			<4º Ano	4º Ano	6º Ano	9º Ano	12º Ano	Licenciatura	Total
Situação face ao emprego	À procura do primeiro emprego	Count	0	0	3	0	0	0	3
		% within Situação face ao emprego	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Nível de escolaridade	,0%	,0%	4,8%	,0%	,0%	,0%	1,7%
		% of Total	,0%	,0%	1,7%	,0%	,0%	,0%	1,7%
	Desempregado/à procura de novo emprego	Count	8	36	29	9	4	2	88
		% within Situação face ao emprego	9,1%	40,9%	33,0%	10,2%	4,5%	2,3%	100,0%
		% within Nível de escolaridade	80,0%	52,9%	46,0%	39,1%	44,4%	66,7%	50,0%
		% of Total	4,5%	20,5%	16,5%	5,1%	2,3%	1,1%	50,0%
	Empregado	Count	0	6	4	2	2	0	14
		% within Situação face ao emprego	,0%	42,9%	28,6%	14,3%	14,3%	,0%	100,0%
		% within Nível de escolaridade	,0%	8,8%	6,3%	8,7%	22,2%	,0%	8,0%
		% of Total	,0%	3,4%	2,3%	1,1%	1,1%	,0%	8,0%
	DLD	Count	2	24	26	12	3	1	68
		% within Situação face ao emprego	2,9%	35,3%	38,2%	17,6%	4,4%	1,5%	100,0%
		% within Nível de escolaridade	20,0%	35,3%	41,3%	52,2%	33,3%	33,3%	38,6%
		% of Total	1,1%	13,6%	14,8%	6,8%	1,7%	,6%	38,6%
	Doméstica	Count	0	1	1	0	0	0	2
		% within Situação face ao emprego	,0%	50,0%	50,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%

		% within Nível de escolaridade	,0%	1,5%	1,6%	,0%	,0%	,0%	1,1%
		% of Total	,0%	,6%	,6%	,0%	,0%	,0%	1,1%
	Pensionista	Count	0	1	0	0	0	0	1
		% within Situação face ao emprego	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Nível de escolaridade	,0%	1,5%	,0%	,0%	,0%	,0%	,6%
		% of Total	,0%	,6%	,0%	,0%	,0%	,0%	,6%
		Total		Count	10	68	63	23	9
% within Situação face ao emprego	5,7%			38,6%	35,8%	13,1%	5,1%	1,7%	100,0%
% within Nível de escolaridade	100,0%			100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% of Total	5,7%			38,6%	35,8%	13,1%	5,1%	1,7%	100,0%

Quadro nº7

Situação face ao emprego * Estado civil Crosstabulation								
			Estado civil					
			Solteiro	Casado	União de Facto	Divorciado /Separado	Viúvo	Total
Situação face ao emprego	À procura do primeiro emprego	Count	3	0	0	0	0	3
		% within Situação face ao emprego	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Estado civil	7,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,7%
		% of Total	1,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,7%
	Desempregado/à procura de novo emprego	Count	24	22	12	24	4	86
		% within Situação face ao emprego	27,9%	25,6%	14,0%	27,9%	4,7%	100,0%
		% within Estado civil	57,1%	42,3%	54,5%	46,2%	66,7%	49,4%

		% of Total	13,8%	12,6%	6,9%	13,8%	2,3%	49,4%
	Empregado	Count	2	5	2	4	1	14
		% within Situação face ao emprego	14,3%	35,7%	14,3%	28,6%	7,1%	100,0%
		% within Estado civil	4,8%	9,6%	9,1%	7,7%	16,7%	8,0%
		% of Total	1,1%	2,9%	1,1%	2,3%	,6%	8,0%
	DLD	Count	13	24	8	22	1	68
		% within Situação face ao emprego	19,1%	35,3%	11,8%	32,4%	1,5%	100,0%
		% within Estado civil	31,0%	46,2%	36,4%	42,3%	16,7%	39,1%
		% of Total	7,5%	13,8%	4,6%	12,6%	,6%	39,1%
	Doméstica	Count	0	0	0	2	0	2
		% within Situação face ao emprego	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	100,0%
		% within Estado civil	,0%	,0%	,0%	3,8%	,0%	1,1%
		% of Total	,0%	,0%	,0%	1,1%	,0%	1,1%
	Pensionista	Count	0	1	0	0	0	1
		% within Situação face ao emprego	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Estado civil	,0%	1,9%	,0%	,0%	,0%	,6%
		% of Total	,0%	,6%	,0%	,0%	,0%	,6%
	Total	Count	42	52	22	52	6	174
		% within Situação face ao emprego	24,1%	29,9%	12,6%	29,9%	3,4%	100,0%
		% within Estado civil	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	24,1%	29,9%	12,6%	29,9%	3,4%	100,0%

Quadro nº8

Situação face ao emprego * Tipologia do Agregado Crosstabulation										
			Tipologia do Agregado							Total
			Alargada	Composta	Extensa	Isolada	monoparental	nuclear com filhos	nuclear sem filhos	
Situação face ao emprego	À procura do primeiro emprego	Count	1	0	2	0	0	0	0	3
		% within Situação face ao emprego	33,3%	,0%	66,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Tipologia do Agregado	9,1%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,7%
		% of Total	,6%	,0%	1,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,7%
	Desempregado/à procura de novo emprego	Count	4	0	0	17	29	32	4	86
		% within Situação face ao emprego	4,7%	,0%	,0%	19,8%	33,7%	37,2%	4,7%	100,0%
		% within Tipologia do Agregado	36,4%	,0%	,0%	53,1%	50,0%	51,6%	50,0%	49,4%
		% of Total	2,3%	,0%	,0%	9,8%	16,7%	18,4%	2,3%	49,4%
	Empregado	Count	0	0	0	2	6	6	0	14
		% within Situação face ao emprego	,0%	,0%	,0%	14,3%	42,9%	42,9%	,0%	100,0%
		% within Tipologia do Agregado	,0%	,0%	,0%	6,3%	10,3%	9,7%	,0%	8,0%
		% of Total	,0%	,0%	,0%	1,1%	3,4%	3,4%	,0%	8,0%
	DLD	Count	6	1	0	12	23	24	3	69
		% within Situação face ao emprego	8,7%	1,4%	,0%	17,4%	33,3%	34,8%	4,3%	100,0%
		% within Tipologia do Agregado	54,5%	100,0%	,0%	37,5%	39,7%	38,7%	37,5%	39,7%
		% of Total	3,4%	,6%	,0%	6,9%	13,2%	13,8%	1,7%	39,7%
	Doméstica	Count	0	0	0	1	0	0	0	1
		% within Situação face ao emprego	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%

		% within Tipologia do Agregado	,0%	,0%	,0%	3,1%	,0%	,0%	,0%	,6%
		% of Total	,0%	,0%	,0%	,6%	,0%	,0%	,0%	,6%
	Pensionista	Count	0	0	0	0	0	0	1	1
		% within Situação face ao emprego	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	100,0%
		% within Tipologia do Agregado	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	12,5%	,6%
		% of Total	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,6%	,6%
	Total	Count	11	1	2	32	58	62	8	174
% within Situação face ao emprego		6,3%	,6%	1,1%	18,4%	33,3%	35,6%	4,6%	100,0%	
% within Tipologia do Agregado		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
% of Total		6,3%	,6%	1,1%	18,4%	33,3%	35,6%	4,6%	100,0%	

Anexo II – Ficha de entrevista ao beneficiário

S · i Maior

Cooperativa de Solidariedade Social, CRL

Ficha de Entrevista ao Utente

1. Identificação:

Nome: _____

Data de Nascimento: _____ Estado Civil: _____

Freguesia: _____ Contacto: _____

2. Tipologia e dimensão do agregado familiar:

Isolado ☐

Constituição do agregado:

Nuclear ☐

Monoparental

Casal

Alargada ☐

Extensa ☐

Composta ☐

Outra ☐

3- Escolas dos Menores/Turmas/DT

4-Prestação RSI: _____

5-Situação do agregado familiar face às despesas:

Controlo: _____ Descontrolo: _____

6 -Vulnerabilidades:

☐ Ausência de Expectativas

☐ Dependência dos serviços

☐ Ausência de Auto – Estima

☐ Problema Legal

☐ Desajuste Psicossocial

☐ Reclusão e/ou Isolamento

☐ Comportamentos Violentos

☐ Problemas Pais/Filhos

S I Maior

Cooperativa de Solidariedade Social, CRL

- | | |
|--|--|
| ☐ Pessoa mal tratada | ☐ Monoparentalidade |
| ☐ Pessoa negligenciada | ☐ Maternidade precoce |
| ☐ Incapacidade de aproveitar/gerir os recursos existentes | |
| ☐ Discriminação _____ | |
| ☐ Instabilidade familiar/ Conflitos familiares | |
| ☐ Desemprego – Duração _____ | |
| ☐ Falta de Escolaridade _____ | |
| ☐ Família desestruturada em situação de (pré) ruptura | |
| ☐ Divórcio | |
| ☐ Ausência de quem cuide de dependentes na família | |
| ☐ Abandono do agregado familiar _____ | |
| ☐ Delinquência | |
| ☐ Viuvez | |
| ☐ Morte _____ | |
| ☐ Outra _____ | |

Observações:

7. Aspirações Futuras:

- ☐ Ter uma nova casa
- ☐ Ter um emprego
- ☐ Ter dinheiro para gastar
- ☐ Ter dinheiro para poupar
- ☐ Ter dinheiro para distribuir a outros familiares
- ☐ Ter automóvel

S I Maior

Cooperativa de Solidariedade Social, CRL

- ☐ Ter filhos
- ☐ Ter um emprego melhor remunerado
- ☐ Viajar

8. Tipo de Seguros:

9. Poupanças: Sim ____ Não ____

10. Expectativas Futuras:

11. Práticas culturais:

- ☐ Cinema
- ☐ Leitura
- ☐ Teatro
- ☐ Desporto
- ☐ Exposições

Outros: _____

12. Redes de Sociabilidade:

13. Impactos Individuais da Medida:

No titular: _____

No agregado: _____

14. Situação face à Saúde:

Tem problemas de Saúde Sim ☐ Não ☐

Do(a) próprio(a) ☐ De Familiar ☐ _____

- ☐ Deficiência _____
- ☐ Acidente de trabalho / Acidente pessoal
- ☐ Portadores de VIH/Sida
- ☐ Toxicodependentes

S I Maior

Cooperativa de Solidariedade Social, CRL

- ☐ Doença de foro mental ou psiquiátrico
☐ Alcoolismo
☐ Outra _____
☐ Medicação / Despesas _____

Centro de Saúde: _____

Médica Família: _____

Observações:

15. Habitação:

Tipo de Habitação

- | | |
|--|---|
| ☐ Casa Unifamiliar | ☐ Tenda/ Roulote |
| ☐ Apartamento/Andar | ☐ Ausência de domicílio fixo |
| ☐ Parte de casa | ☐ Situação de despejo |
| ☐ Quarto | ☐ Sobrelotação |
| ☐ Barraca | ☐ Outras _____ |

Regime de ocupação

- | | |
|----------------------------------|--------------------------------------|
| ☐ Própria | ☐ Arrendada |
| ☐ Cedida | ☐ Outra _____ |

Despesas com a habitação

- ☐ Renda/ Amortização _____
☐ Água/ Luz/ Gás/ Telefone _____
☐ Outras _____

Observações:

S · I Maior

Cooperativa de Solidariedade Social, CRL

16. Situação Económica (individual e/ou familiar):

- ☐ Ausência de Rendimentos
- ☐ Insuficiência de Rendimentos
- ☐ Endividamentos – Com quem: _____ Valor: _____
- ☐ Fraca comparticipação financeira de alguns membros do agregado
- ☐ Grandes encargos (saúde, habitação, educação, transportes, alimentação)

17. Histórico profissional – situação face ao mercado de trabalho:

18. PLANO DE INSERÇÃO

Data: _____

A Técnica Superior

Anexo III – Requerimento da prestação



Requerimento de Prestação
Pecuniária de Rendimento Social de Inserção

Exmo.(a) Senhor(a)

Apresentado em:
Requerente/Beneficiário n.º

Pelo presente ofício e nos termos do artigo 91.º, n.º 3 do Código de Procedimento Administrativo, fica notificado que faltam os seguintes documentos, necessários à apreciação do requerimento de Rendimento Social de Inserção, e que dispõe de **10 dias úteis** para entregar no serviço informativo mais próximo da sua área de residência, os documentos assinalados com X:

- ☐ Fotocópia dos documentos de identificação de:
- ☐ Fotocópia dos documentos de identificação fiscal de:
- ☐ Fotocópia de título válido de autorização de residência em Portugal caso se trate de cidadão estrangeiro;
- ☐ Fotocópia de recibos comprovativos de remunerações auferidas nos 3 meses anteriores ao da apresentação do requerimento, ou declaração discriminada da entidade patronal relativa às mesmas;
- ☐ Fotocópia da caderneta predial ou certidão de teor matricial devidamente visada, caso se verifique situação de rendimentos de capital imobiliário;
- ☐ Fotocópia de documentos comprovativos de rendimento de capital mobiliário e imobiliário;
- ☐ Declaração do início da actividade em regime de biscates, bem como o valor mensal auferido;
- ☐ Outro:

Mais se informa que o não cumprimento ao solicitado do prazo indicado implica o arquivamento do processo.

Côm os melhores cumprimentos;

Tomel conhecimento

(Requerente R.S.I.)

Pág. 1/3

Nome completo
Data de Nascimento
N.º de Identificação de Segurança Social

☐ Confirmando os dados constantes da informação para despacho

☐ Não confirmando, os dados constantes da informação para despacho

(Em caso de não confirmação, detalhar as respectivas alterações (situações: nascimento, falecimento ou outras situações suscetíveis de influir na modificação ou extinção do processo))

Situação	Nome	Motivo	Data de referência
Inclusão no agregado			
Exclusão do agregado			

Nome da pessoa a quem presta assistência

Tipo de apoio prestado

☐ Temporário Duração: Início Fim

☐ Continuado

Beneficiário proposto (ou percentagem a atribuir)	Finalidade	Entidade	Período de referência	
			de	a
			de	a

☐ Confirmando os rendimentos constantes da informação para despacho

☐ Não confirmando, os rendimentos constantes da informação para despacho
(Em caso de não confirmação, fundamentar detalhadamente os factos divergentes ou omissos)

Justificar a existência de indícios de rendimentos superiores ao valor de RSI que corresponde ao agregado

☐ Não justificou a falta à entrevista

☐ Justificou a falta à entrevista invocando motivo não considerado relevante pelo coordenador do NLI

☐ Não justificou dentro do prazo

Data:

(O Técnico designado pelo NLI)

Nota: Caso se tenha verificado alguma alteração no período compreendido entre a elaboração da informação para despacho e esta informação social deverá preencher a ficha de alterações em anexo, Mod. RSI 12/1, dado que esta informação social é indicativa da situação à data da informação para despacho.

Anexo IV – Programa de Inserção do beneficiário



SEGURANÇA SOCIAL

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO PROGRAMA DE INSERÇÃO

☐ Inicial ☐ Adenda por revisão ☐ Novo (*)

(*) No caso de caducidade do programa de inserção inicial

1. Elementos relativos ao titular da prestação

Nome completo do titular da prestação _____
N.º Identificação de Segurança Social _____ N.º de processo familiar _____
Ano _____

2. Núcleo Local de Inserção

Designação do NLI _____
Nome do técnico de acompanhamento _____

3. Elementos relativos à atribuição da prestação

Data do requerimento _____ Data do despacho de deferimento _____
Dia Mês Ano Dia Mês Ano

4. Elementos relativos ao agregado familiar abrangido pelo programa de inserção

N.º DE ORDEM	NOME	NISS
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		

5. Objectivos gerais do programa de inserção

(continua no verso) ⇨

6. Acções do programa de inserção

1

Identificação da acção _____ Duração de ____/____/____ a ____/____/____
Nome dos membros do agregado familiar _____
Entidade responsável _____
Apoios a conceder _____
Técnico do sector responsável pelo acompanhamento _____

2

Identificação da acção _____ Duração de ____/____/____ a ____/____/____
Nome dos membros do agregado familiar _____
Entidade responsável _____
Apoios a conceder _____
Técnico do sector responsável pelo acompanhamento _____

3

Identificação da acção _____ Duração de ____/____/____ a ____/____/____
Nome dos membros do agregado familiar _____
Entidade responsável _____
Apoios a conceder _____
Técnico do sector responsável pelo acompanhamento _____

4

Identificação da acção _____ Duração de ____/____/____ a ____/____/____
Nome dos membros do agregado familiar _____
Entidade responsável _____
Apoios a conceder _____
Técnico do sector responsável pelo acompanhamento _____

(continua na pág. seguinte) ⇨

5
Identificação da acção _____
Duração de ____/____/____ a ____/____/____
Nome dos membros do agregado familiar _____
Entidade responsável _____
Apoios a conceder _____
Técnico do sector responsável pelo acompanhamento _____

6
Identificação da acção _____
Duração de ____/____/____ a ____/____/____
Nome dos membros do agregado familiar _____
Entidade responsável _____
Apoios a conceder _____
Técnico do sector responsável pelo acompanhamento _____

7
Identificação da acção _____
Duração de ____/____/____ a ____/____/____
Nome dos membros do agregado familiar _____
Entidade responsável _____
Apoios a conceder _____
Técnico do sector responsável pelo acompanhamento _____

8
Identificação da acção _____
Duração de ____/____/____ a ____/____/____
Nome dos membros do agregado familiar _____
Entidade responsável _____
Apoios a conceder _____
Técnico do sector responsável pelo acompanhamento _____

(continua no verso) ⇨

Anexo V - Relatório de Progresso Semestral

1. Identificação da Entidade					
Cooperativa de Solidariedade Social Sol Maior, CRL					
Morada			Código Postal		
Telefone	Fax		E-mail		
Distrito	Concelho		Área geográfica de intervenção ¹		
Porto	Vila Nova de Gaia		Mafamude, Canidelo, Santa Marinha e Oliveira do Douro		
Designação do NLI a que pertence					
NLI 1 – Vila Nova de Gaia					
2. Famílias em Acompanhamento					
N.º de Famílias acompanhadas			N.º de beneficiários abrangidos		
187			511		
2.1. Tipologia das famílias em acompanhamento					
N.º de famílias com menores grávidas			N.º de Famílias com crianças em Perigo (com medida aplicada)		
0			8		
3. Tempo em Acompanhamento					
Há menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Há mais de 24 meses	TOTAL
13	85	56	35	0	189

¹ Identificação da abrangência geográfica da intervenção.

4. Acordos de Programa de Inserção				
N.º de Acordos Assinados	N.º de Beneficiários abrangidos nos acordos	N.º de beneficiários a frequentar acções de inserção	N.º de Acordos cessados	N.º de acordos por assinar
187	508	448	44	2

5. Acompanhamento do programa de Inserção				
5.1. Grau de execução das acções de inserção				
N.º de acções acordadas	N.º de acções em desenvolvimento	N.º de acções concluídas	N.º de acções iniciadas mas não cumpridas	N.º de Acções não iniciadas
509	410	72	14	18

5.2. Acompanhamento das acções de inserção
Tendo por referência as áreas de inserção (Educação, Formação Profissional, Emprego, Saúde, Acção Social, Habitação, etc) e os respectivos recursos disponibilizados, realize uma avaliação dos desvios face ao planeado na definição dos programas de inserção.

Os desvios mais verificados ocorrem nas áreas de Acção Social, nomeadamente quanto ao acolhimento institucional de crianças e também na área de emprego apesar dos recursos (CTE/GIP da Cooperativa), uma vez que não é possível suprir em alguns casos, o défice de competências necessárias ao exercício de uma profissão.

6. Avaliação com as Famílias		
6.1. Trabalho com os beneficiários	N.º	6.2. Informações adicionais
Visitas domiciliárias realizadas	63	
Atendimentos efectuados	208	
Outros momentos de trabalho	744	Especifique: Consultas de Psicologia, Telefonemas, E-Mail, Intervenções Colectivas, Reuniões com instituições várias

7. Balanço semestral da intervenção	
7.1. Identifique três aspectos fortes da actuação da equipa	7.2. Identifique três aspectos a melhorar na actuação da equipa
Forte articulação entre os vários elementos da equipa	Clarificar a distribuição de funções e procedimentos
Trabalho multidisciplinar e interdisciplinaridade	Aumentar articulação com a comunidade/parceiros
Aplicação do conceito de melhoria continua	Sistematização de informação obtida

7.3. Identifique, caso se aplique, as estratégias utilizadas pela equipa técnica para ultrapassar as dificuldades na intervenção

Articulação directa com algumas instituições/empresas no sentido de abrir portas para a integração profissional dos beneficiários;

Aprofundamento de diagnósticos de situação no sentido de possibilitar uma maior participação dos beneficiários nas intervenções colectivas e outras acções para eles pensadas;

Assinatura do Responsável da Entidade

Data:

Anexo VI - Carta enviada aos beneficiários para realização do *Focus Group*

Exmo/a. Senhor (a)

Na qualidade de Orientadora de Estágio de Mestrado em Sociologia no âmbito do acompanhamento de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, venho por este meio solicitar a participação de V/Excelência num estudo que pretende aferir o perfil dos beneficiários de RSI, acompanhados pela Cooperativa Sol Maior. Este estudo reverte-se do maior interesse para o desenvolvimento do trabalho da Equipa de Acompanhamento.

A sua participação/colaboração resumir-se-á a um único momento, com a duração média de duas horas, que consistirá numa entrevista de grupo presidida pela Socióloga Carolina Dias. Será garantida a confidencialidade dos dados fornecidos.

A entrevista decorrerá no próximo dia 19 (quarta-feira) pelas 10:00h, sendo o local de encontro o Salão Nobre da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro.

Sem outro assunto de momento, despedimo-nos.

Antecipadamente gratas,

A Técnica Superior de Sociologia

A Investigadora

(Dra. Sandra Amaro)

(Dra. Carolina Dias)

Anexo VII - Guião de entrevista aplicado aos beneficiários de RSI

Entrevistador:

Data:

Duração:

Local:

Entrevistados:

Grupo 0 – Questão Inicial

Objectivos: promover o bom ambiente necessário ao decorrer da intervenção

- Apresentação de cada um dos intervenientes

Grupo I - Questão de Abertura

Objectivos: fomentar o início da conversa entre os participantes;

I. Percurso familiar

E: Com quem vivem?

E: Qual o nível de escolaridade das pessoas com quem vivem?

E: Na vossa juventude, as pessoas com quem viviam estavam a trabalhar ou estavam desempregadas?

E: Durante a vossa infância e juventude, as pessoas com quem viviam, tinham problemas económicos?

Grupo II – Questão Introdutória

Objectivos: introduzir o tópico da discussão: emprego vs desemprego;

II. Percurso profissional

E: Com que idade começaram a trabalhar?

E: Actualmente estão a trabalhar?

E: Estão disponíveis para trabalhar?

Grupo III/IV/V – Questões chave

Objectivos: avaliar as condições de vida desta população, bem como a sua rede de sociabilidades e, ainda, até que ponto conhecem os seus direitos enquanto cidadãos

III. Condições de vida

E: Qual o vosso principal meio de vida?

- pensão
- salário
- subsídios

E: Como definem a vossa situação familiar face às despesas?

- com a habitação
- com a alimentação
- com as despesas diárias

E: Em algum momento da sua vida tiveram dificuldades em encontrar uma casa para morar? (Se responderem sim) Encontram-se inscritos para habitação social?

E: Em algum momento da vossa vida tiveram despesas com a vossa casa, que não conseguissem suportar?

IV. Sociabilidades

E: Conhecem muitas pessoas que recebem o R.S.I? E, contaram a alguém que estão a receber o R.S.I?

E: Incomoda-os que os outros saibam que são beneficiários de R.S.I? (porque diz isso)

V. Utilização de direitos sociais

E: Como souberam da existência do R.S.I?

E: Há quanto tempo recebem R.S.I?

E: Para além do dinheiro que recebem do R.S.I. têm outros apoios? (na educação, no pagamento da renda, nos transportes, em cuidados de saúde)

Grupo VI – Questão de Encerramento

Objectivos: identificar as percepções que estes beneficiários têm da medida em questão; finalização do grupo de discussão

VI. Opinião

E: Que importância tem o R.S.I na vossa vida?

E: Na vossa situação actual, quais as duas principais dificuldades que gostariam de ver resolvidas na sua vida?

E: Quanto tempo pensam, ainda, ficar a receber o R.S.I?

E: O que gostavam de ver mudado na medida R.S.I?

Obrigada pela vossa disponibilidade

Anexo VIII - Dimensões em análise através das entrevistas aos beneficiários do R.S.I.

Dimensões	Objectivos	Questão
Percurso familiar	Fomentar o início da conversa entre os participantes Conhecer o percurso familiar dos entrevistados	Qual o nível de escolaridade das pessoas com quem vivem? Na vossa juventude, as pessoas com quem viviam estavam a trabalhar ou estavam desempregadas? Durante a vossa infância e juventude, as pessoas com quem viviam, tinham problemas económicos?
Percurso profissional	Introduzir o tópico da discussão: emprego vs desemprego	Com que idade começaram a trabalhar? Actualmente estão a trabalhar? Procuram activamente emprego? Estão disponíveis para trabalhar?
Condições de vida	Avaliar as condições de vida dos entrevistados	Qual o vosso principal meio de vida? Como definem a vossa situação familiar face às despesas? Em algum momento da sua vida tiveram dificuldades em encontrar uma casa para morar? Encontram-se inscritos para habitação social? Em algum momento da vossa vida tiveram despesas com a vossa casa, que não conseguissem suportar?
Sociabilidades	Compreender a sua rede de sociabilidades	Conhecem muitas pessoas que recebem o R.S.I? E, contaram a alguém que estão a receber o R.S.I? Incomoda-os que os outros saibam que são beneficiários de R.S.I?

Utilização dos direitos sociais	Perceber até que ponto conhecem os seus direitos enquanto cidadãos	Como souberam da existência do R.S.I? Há quanto tempo recebem R.S.I? Para além do dinheiro que recebem do R.S.I. têm outros apoios? (na educação, no pagamento da renda, nos transportes, em cuidados de saúde)
Opinião sobre o R.S.I.	Identificar as percepções que estes beneficiários têm da medida em questão Finalização do grupo de discussão	Que importância tem o R.S.I na vossa vida? Na vossa situação actual, quais as duas principais dificuldades que gostariam de ver resolvidas na sua vida? Quanto tempo pensam, ainda, ficar a receber o R.S.I? O que gostavam de ver mudado na medida R.S.I?

Anexo IX - Transcrição da entrevista aos beneficiários do RSI: *Focus Group* nº1

Entrevistador: Maria Carolina Carvalho Dias

Data: 19/05/2010 Duração: cerca de uma hora e vinte minutos

Local: Salão Nobre da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro

Entrevistados: ***Focus Group* nº1** - Beneficiários do rendimento social de inserção

Grupo 0 – Questão Inicial

Objectivos: promover o bom ambiente necessário ao decorrer da intervenção

- Apresentação de cada um dos intervenientes

Grupo I - Questão de Abertura

Objectivos: fomentar o início da conversa entre os participantes;

VII. Percurso familiar

E: Com quem vivem?

e1: Com o meu marido e os meus dois filhos...

e2: Também vivo com o meu marido e dois filhos...

e3: Tenho uma menina com dezoito anos que começou a trabalhar, e vivo numa casa com outros familiares...

E: Qual o nível de escolaridade das pessoas com quem vivem?

e1: Eu tenho o nono ano, o meu marido tem o sexto ano, vai fazer agora um curso de formação profissional, o meu filho anda no infantário, só tem três anos e a minha filha está na primeira classe. O meu pai tem o quarto, mas a minha mãe tem o décimo ano.

e2: O meu marido tem o sétimo ano, a minha filha está no oitavo, o pequenino está na pré, é pequenino ainda, só tem seis aninhos e eu

completei o quinto. Os meus pais são do campo... (encolhe os ombros) ...

e3: Acho que é a quarta classe ... como eu estou lá há pouco tempo a viver... mas acho que é isso. Os meus pais ... são pessoas da aldeia, os meus pais são umas pessoas pobres, do campo, já estão reformados, tanto o meu pai como a minha mãe ...

E: Na vossa juventude, as pessoas com quem viviam estavam a trabalhar ou estavam desempregadas?

e1: A minha mãe sempre trabalhou, o meu pai é que optou por outros caminhos ... eles já estão divorciados há ... treze anos ou catorze ...

e2: A minha mãe está reformada desde os trinta e cinco anos ... de idade, devido a problemas de saúde. O meu pai imigrou... imigrou muitos anos em França...estive na Arábia Saudita e ... agora ... também está reformado. Mas estão separados ... estão separados há já trinta e poucos anos ... tiveram onze filhos (risos) e ... já faleceram dois, um faleceu vai fazer três anos ...

e3: Os meus pais sempre foram do campo, apesar de o meu pai ser daqui do Porto, só que conheceu a minha mãe ... e foi p'aqueles lados, mas sempre foram do campo [...] A minha mãe teve treze filhos, um morreu no parto ... somos seis irmãos [...] os meus pais não são divorciados, mas eu já sou, os meus pais ... felizmente ... assim continuem que estão bem ...

E: Durante a vossa infância e juventude, as pessoas com quem viviam, tinham problemas económicos?

e1: A minha mãe ... lá está ... sempre trabalhou sozinha, mas o meu pai não ... o meu pai começou como chefe no continente ... a minha mãe quando engravidou do meu pai tinha dezoito anos ... dezassete ... o meu pai é que tinha dezoito ... foi quando eles foram morar juntos ... mas o continente de Matosinhos, foi quando abriu na altura ... eles foram os dois para lá trabalhar ... mas entretanto ele foi por caminhos, meteu-se na toxicodependência ... é toxicodependente...

começou a desgraçar a vida da minha mãe e foram momentos muito maus ... mesmo muito difíceis ... não só pela situação económica, mas também por muita violência ... sobre mim, os meus irmãos nunca levaram ... sobre a minha mãe ... eu não deixava bater nos meus irmãos ... metia-me muitas vezes á frente para eles não levarem ... sou a mais velha ... mas ele quando estava bem era boa pessoa, mas depois, claro, ficou...

e2: Era a minha mãe, e o meu pai no estrangeiro ...hmmm... e a minha mãe com os onze filhos em casa ... naquela altura nas aldeias havia aquelas lareiras com aqueles potes ... e a minha mãe fazia aqueles potes cheios de sopa ... e era assim. Quando dava para comprar sardinhas e assim ... ela comprava, e íamos buscar uma broa de milho e então era assim, o nosso pequeno-almoço e tudo era sopa, só ao domingo é que ela fazia cevada, era complicado, era muito complicado ... mas os vizinhos ajudavam-se muito...

e3: Sempre ... dificuldades ... prontos agente nunca teve porque como éramos pessoas do campo... e sabe como é, as coisas do campo nunca nos deixaram passar fome, mas também ... quando tínhamos seis, sete anos íamos às cinco da manha tirar o leite as vacas, antes de irmos pa escola...

Grupo II – Questão Introdutória

Objectivos: introduzir o tópico da discussão: emprego vs desemprego;

VIII. Percurso profissional

E: Com que idade começaram a trabalhar?

e1: Eu ... comecei a trabalhar aos dezasseis, numa loja de desporto ... não fazia descontos ... era uma pessoa conhecida ... era ... na altura tinha de ser, não é?... a minha mãe saiu de casa, foi morar sozinha, não é?... e os meus irmãos ... é complicado ... e eu disse,

não, eu também vou ... só que entretanto eu entrei para um curso e tive de deixar de trabalhar porque não podia...

e2: Eu comecei muito cedo ... porque precisávamos de ajudar a minha mãe ... aos seis ... antigamente não havia descontos, nem nada ... naquela altura ... nós íamos a semana toda ... tavamos a semana toda na patroa e vínhamos a casa passar o domingo ... era assim ... e depois era a minha mãe que ia lá receber. Quando vim po Porto ... já trabalhei em restaurantes ... ora eu fui para Leça da Palmeira, o primeiro restaurante que eu trabalhei foi em Leça da Palmeira ... tinha por volta dos dezasseis, dezassete anos ... a ganhar três contos e meio (risos)...

e3: Eu comecei a trabalhar no campo ... muito cedinho ... aos seis, sete anos ... mas depois quando vim para cá ... para a cidade comecei a trabalhar num restaurante...tinha dezassete, dezoito anos ... eu trabalhei ao longo de dezassete anos aqui no Carvalhido e quando vim a descobri não me estavam a fazer descontos...

E: Actualmente estão a trabalhar?

e1: Eu estou ... sou cabeleireira (risos)...

e2: Eu não ... (abana a cabeça) ... eu tenho ... na saúde tenho um problema...

e3: Eu neste momento... há três anos fui operada à coluna, só que não fiquei bem e agora tou à espera para ser operada de novo ... já fui operada ... não me consigo calçar sozinha ... e já fui operada ... e agora estou a fazer novamente exames...

E: Estão disponíveis para trabalhar?

e2: Eu não posso pegar em pesos, eu não posso fazer esforços ... e essas coisas todas ... e mesmo que eu conseguisse arranjar um emprego ... a patroa despedia-me logo na hora ... (risos) ... porque nenhum patrão aguenta ... porque levo dez a quinze dias a fazer sinezoterapia ... as consultas que tenho ... nenhum patrão aguenta não é? ... era logo despedida na hora ... a sinesoterapia ... se andasse a trabalhar era logo uma manhã perdida ... pa fazer os

tratamentos ... e devido aos pulmões, asma e tudo ... era muito complicado ... muito complicado mesmo...

e3: Eu queria fazer um curso ... mas hoje ... eu gostava, desde que arranjasse qualquer coisa ... que não tivesse de me baixar (demonstra) ... que eu ao alto ... eu faço muito trabalho ... mas chego ao fim do dia ... eu tenho dias que de manhã não me consigo consigo levantar ... porque a minha dificuldade é baixar ... e desde que fui operada fiquei pior

Grupo III/IV/V – Questões chave

Objectivos: avaliar as condições de vida desta população, bem como a sua rede de sociabilidades e, ainda, até que ponto conhecem os seus direitos enquanto cidadãos

IX. Condições de vida

E: Qual o vosso principal meio de vida?

- pensão
- salário
- subsídios

e1: Eu agora estou a ganhar cento e cinquenta euros, mas tou num part-time ... e estou a ganhar o rendimento ... o meu marido ... infelizmente ... esteve preso por condução ilegal ... e agora ... não consegue arranjar nada ... é complicado ... e agora ... vai fazer um curso, já se inscreveu, mas só começa em Setembro ... mas é muito difícil arranjar ... o rendimento é *** ... e depois tenho a medicação da minha filha, que é asmática e tem psoríase ... é muito cara a pomada da psoríase ...

e2: É assim, o meu marido está pelo fundo de desemprego ... está a receber quatrocentos e dezasseis euros ...hmmm... eu estou com o rendimento, só que o meu... andavam sempre a cortar, e então ... aqui a técnica ... eu falei com ela... eu estava a receber muito pouco e ... então ... o meu marido foi po fundo de desemprego e ainda cortaram mais ... porque cortaram ... e depois o meu marido ...

porque nós estivemos separados ... um tempo, e ele não estava agregado ... desde o momento que ele ficou comigo, agreguei-o ... a partir daí cortaram muito ... só que depois graças a Deus ... a técnica ... está a melhorar ... entreguei as coisas da medicação, minhas e da minha filha ... ela é alérgica também, e o meu marido é hipertenso ... e ela pediu-me que é para por isso tudo ...

e3: Eu é assim ... quando comecei com esse rendimento ... comecei com *** ... aqui há dois anos atrás, depois ... deram-me *** ... e depois cortaram-me, a minha filha começou a trabalhar e cortaram-me, e agora estou com *** que eu tenho aqui a carta, e agora estou a morar com essas pessoas e tou ... com eles, só que há um problema ...hmmm... eles já não me querem lá ... eu tenho família, tenho uma irmã que mora ali em Vila d' Este, mas ela também tem filhos, numa casa pequenina ... eles querem que eu fique lá, mas com uma condição, que ajude, mas eu nem me posso baixar ... como é que eu vou arrumar uma casa, e já aqui há tempos tivemos lá uma discussão muito grande ... eu já nem me sinto lá bem ... eu só durmo lá praticamente ... eu antes até conseguia ajudar, mas agora recebo pouco, como vou conseguir ajudar? Ainda tenho a minha filha que começou a trabalhar, mas ela vai dormir a casa do pai, ele tem uma casa ali em Vila d' Este ... e ... é assim um bocado complicado ... eu queria ver se arranjava agora um quartozinho, mas ... eu já me sinto naquela casa a mais ... mas pronto ... vai-se andando vai-se vendo ...

E: Como definem a vossa situação familiar face às despesas?

- com a habitação
- com a alimentação
- com as despesas diárias

e1: Ah ... é difícil, mas que remédio ... pago trezentos e vinte de renda de casa ...

e2: Eu tenho uma ajuda, que foi a doutora aqui que me arranjou ... pago as despesas todas mas a doutora aqui arranjou-me alimentação ... um cabaz ... e é lá perto da minha casa, o Olhar

Futuro ... eu acho espectacular, porque as vezes tem lá uma carrinha e às vezes vem a motorista trazer ... (risos) ... também nos tem ajudado, porque é complicado, despesas com água, luz ...

e3: Eu antes ainda ajudava um bocadinho, mas agora não posso ... ganho muito pouco de rendimento ...

E: Em algum momento da sua vida tiveram dificuldades em encontrar uma casa para morar? (Se responderem sim) Encontram-se inscritos para habitação social?

e1: Eles dizem que só se a casa estiver a cair aos bocados ... eu já morei no Porto muitos anos ... depois vim para aqui ... e lá não é nada disso ... eu com dois filhos tinha um T1 e a Câmara deu logo um T2, não era preciso a minha casa estar a cair, bastava eu ter dois filhos ... o segundo filho ... para eles me darem logo um T2. No Porto é assim que funciona, eu sei porque a minha sogra ... o filho dela separou-se ...e eu como tinha uma vida tão boa, aos quinze anos fui morar com ela ... com a minha sogra, e ... eu tive o primeiro filho aos dezoito ... só que depois lá está, começamos naquela fase de ele quer sair, e eu dizia se tu vais eu também vou ... aquelas coisas ... depois agente torce a orelha ... (gesto) ... agora já passou, mas naquela altura ... se eu o deixasse ir uma ou duas vezes depois às tantas já nem ia mais, mas ... agente é de gancho, tu vais eu também vou, ele saía e eu ia atrás, ia dormir á minha mãe e depois ia para casa, porque eu não ia a lado nenhum ... eu dormia na minha mãe e depois vinha, a minha mãe dizia “tu és maluca” ... eu dizia, ele sai eu também saio de casa, mas eu não ia a lado nenhum ... e depois aquilo não deu certo ... e a minha sogra ... um dos filhos separou-se, voltou para casa dela e deram-lhe uma casa maior, ela foi lá, disse que tinha o filho com ela e passados seis meses chamaram-lhe e deram-lhe três casas à escolha ... pode escolher ...e ela escolheu o bairro mais sossegado e foi para lá. Aqui em Gaia eles disseram a mim mesmo que se a sua casa estiver a cair de podre, mesmo assim ainda tem de esperar, mas se tiver a cair de podre ... é mais fácil ...

e2: Não ...

e3: Não ... eu não ... mas eu uma vez fui lá e disseram-me que eu onde estava não me caia o tecto em cima ... uma vez fui ali a Coimbrões, a uma casa amarela e disseram-me que nem estavam a aceitar pedidos nenhuns ...

E: Em algum momento da vossa vida tiveram despesas com a vossa casa, que não conseguissem suportar?

e1: Houve ... então eu fui morar pa minha mãe ... foi muito complicado, o meu marido estava a trabalhar na altura ... ele tem o curso de cozinheiro, mas como na altura na escola não davam diplomas ... ele não tem ... não davam a carteira profissional, davam o diploma, mas isso não serve para nada ... agente se vai a um restaurante perguntar eles dizem que o diploma não serve para nada ... eles fez coisas para ... por pladur, aqueles tectos falsos e assim ... andou na construção civil ... só que isto foi antes de eu o conhecer ... depois tinha processos desde noventa e tal, de manha ele tava a sair para o trabalho e depois tocaram-me à campanha, eu disse fogo, venho à campanha e vejo a policia a pegar nele como se fosse um criminoso, daqueles muito grave mesmo ... e disse-me chame um advogado ... eu fiquei assim ... fiquei parva ... tinha o meu filho ... tinha onze meses ... era pequeno, a minha filha andava no infantário ... eu disse assim ai meu Deus o que é que eu ... eu tava a entrar em pânico ... eu nunca me vi em tal situação, depois eu era assim, fogo o que será que ele fez, eu pensava em tudo porque eu não fazia a mínima ideia do que se passava ali, não é? ... depois tinha a esquadra da polícia ali à beira e eles disseram que iam para lá, e eu fui lá ... e lá o senhor da ... que era muito simpático, não haja dúvida ... hmmm ... o seu marido vai preso, chame um advogado, faça como entender ... eu disse, para já o senhor tem calma porque eu não tou ... para já não percebo nada do que está para ai a dizer, tenha calma, veja lá como é que fala para as pessoas, que eu é que devia estar como o senhor está para ai a disparatar e não estou, agora explique-me as coisas porque eu não

estou ... o que é que quer que eu faça? ... depois começo logo a chorar, porque eu quando estou nervosa choro logo ... agente depois não pode dizer o que quer, porque eu sou assim, a minha vontade é estoirar e berrar por todos os lados, mas já sei que não posso ... mas ele lá me explicou que era condução ilegal, e eu disse-lhes, vocês desculpem, mas isso não é normal, se ele tivesse matado alguém ... vocês mandavam uma carte e ele apresentava-se, ele não fugia, nunca na vida uma pessoa ... acho eu, pelo menos do que eu conheço dele, ele não ia fugir, se ele de facto se tinha de apresentar ... mas eles não avisaram, diz ele, vocês não perceberam que nós andávamos à vossa porta todos os dias a passar, eu quero lá saber que eles passem lá todos os dias, não sabia o que andavam a fazer, para mim era a polícia normal ... e apanhou dois anos ... primeiro seis meses e depois onze meses, e eu aí não consegui suportar a minha vida, sozinha com dois meninos ... não ... e depois fui pa minha mãe, mas também pa minha mãe sabe ... o meu padrasto ... nós pegávamo-nos todos os dias ... foi o desespero ... agente bebia um leite ele ia ao balde de lixo ver o que tínhamos bebido ... foi muito difícil ...

e2: Quer dizer ... eu sempre consegui porque ... mesmo quando o meu marido me deixou ... prontos ... devido á minha doença ... alguns problemas de saúde que eu tenho, ele bateu mal ... bateu mal e ... deixou-me só com a miúda, mas nunca deixou de pagar a renda, ele sempre ganhou bem ... graças a Deus sempre ganhou bem até agora não é? ... tá no desemprego e pagava-me as despesas de casa e ... é lógico que eu sozinha sem trabalhar e com a miúda não tinha possibilidades ... e a casa está no nome dele ... e era ele que pagava a renda, a luz, sempre foi ele ... ele levava comida para casa tudo, dava-nos melhor do que dá hoje ... olhe tanto é que eu ... a partir daí tive o *** ... o segundo filho ...

e3: E eu quando fui casada ... essas coisas todas correu tudo bem, depois prontos ... começou-me a tratar mal, o pai da minha filha, mas já estamos separados há muitos anos ... depois conheci o *** estive no meu agregado, depois fui operada há três anos atrás ...

depois já não tinha aquelas capacidades e ele deixou-me ... foi assim ... na altura estivemos juntos quatro anos e depois abandonou-me, depois eu fui para estes amigos ...

X. Sociabilidades

E: Conhecem muitas pessoas que recebem o R.S.I? E, contaram a alguém que estão a receber o R.S.I?

e1: A minha patroa sabe ... mas eu tou legal, tou a fazer descontos, mas tive de entrar em part-time porque a minha patroa tinha despedido em Novembro uma funcionária que fez para lá umas coisas e agora ela não pode contratar ninguém a tempo inteiro enquanto não tiver nove meses de despedimento da outra, mas tou a trabalhar em part-time, mas como ... tenho ido para lá mesmo fora do horário para poder aprender mais ... quanto aos amigos, eu tenho poucos amigos, os amigos ultimamente só nos querem é lixar a vida ... pelo que eu vejo, ali na zona onde eu moro, acho que a maior parte das pessoas, aquilo recebe tudo, porque eu saio de manhã, porque eu tenho de ir trabalhar de manhã, e eles estão todos no café, eu chego à hora do almoço e eles estão todos no café, e depois falam assim muito alto sabe?, não têm vergonha do que estão a dizer nem ... não têm problemas de saúde, não são meus amigos, lá está, são meus conhecidos, e depois dizem à boca cheia, para quem quiser ouvir, trabalhar para quê? ... e eu fico aqui com uma dor de barriga ... o problema é que a maior parte das pessoas faz isso ... eu ouvi uma a dizer que agora é que estava bem, até a carta de condução pagaram ao marido

e2: É assim ... eu contei a algumas pessoas, lógico que não contei a todas não é? ... não preciso também estar a dizer às pessoas a minha vida, não é? ... a minha cunhada sabe, a minha mãe sabe, as pessoas mais ... as pessoas mais próximas sabem, mas agora como é lógico não vou dizer as pessoas ... eu não tenho amizades por isso só a minha família sabe, eu sou muito caseira, quer dizer faço a minha vida, tenho as minhas vizinhas, dou-me lindamente

com elas, mas não sou de andar de porta em porta, ou de casa em casa, sentadas a conversar como acontece, eu sou muito do meu cantinho, tou em casa, faço a minha vida de casa, se tiver de sair saio, se não tiver não saio ... uma coisa que me revolta, há pouco tempo, fui ao barbeiro com o meu filho e também tava lá outras pessoas a cortar, era uma senhora que tava a cortar ... e então ... pela conversa que estavam a ter já se deviam conhecer há muito tempo ... e ela era assim, vai trabalhar, não tens vergonha, vai trabalhar ... vira-se o cliente assim, vou trabalhar para quê, tenho uma rica casa que me deram, recebo *** e qualquer coisa de rendimento mínimo, diz ele, vou trabalhar para quê, ganho mais em casa ... e eu fique assim ... dá-se ao luxo de ficar em casa ...

e3: contei a essas pessoas onde eu estou e uma amiga minha ... não sei se há muita gente a receber ... não me apercebo ...

E: Incomoda-os que os outros saibam que são beneficiários de R.S.I? (porque diz isso)

e1: A mim não, eu não estou a fazer mal a ninguém, se recebo é porque preciso, tanto é que eu morei sozinha com a minha filha cinco anos e nunca fui à segurança social pedir nada, eu trabalhava sozinha para mim e para a minha filha, eu nunca pedi nada a ninguém, e as pessoas diziam vai pedir, tu tens direito ... mas eu não preciso, dizia eu, eu por acaso, graças a Deus ainda me sinto capaz de pagar as minhas coisas, a minha sogra na altura, por acaso é que me arranjou casa lá, eu pagava duzentos euros, era só para mim e para a minha filha, dava ... ela também dava-me comida todos os dias, também se não desse de comer todos os dias ... também já não dava ... porque eu na altura ganhava quatrocentos e poucos euros, por isso eu conseguia governar-me bem, para que é que eu ia tar a pedir ... não é?, porque eu ia tar a pedir ... eu pagava seis euros de infantário, aqui em Gaia não existe dessas coisas, no Porto eu pagava seis euros de infantário, aqui ... aqui ... cento e cinquenta, duzentos, trezentos ... trezentos e tal, como é que eu vou trabalhar se não ganho po infantário ... agora é que está a haver

infantários por IRS, porque quando eu comecei a vir para aqui não havia nada disso, agora há aqueles infantários por IPSS, eu tentei por o meu filho na Serra do Pilar, porque é consoante o IPSS e em principio vou pagar entre os setenta e os oitenta euros, mas imagine setenta ou oitenta para seis euros que eu pagava no Porto, não é? ... Eu tentei por o meu filho numa associação quando comecei a trabalhar, uma associação por norma ou é mais barato ou então é grátis, e eu meti os papeis e não sei quê ... meti ... só tinha que pagar o transporte porque ainda era longe, e elas tinham-me dito que era oitenta cêntimos ao quilómetro, e eu fui fazer os quilómetros porque pedi a uma amiga minha que tem carro, pedi-lhe para ir comigo e ela foi ... fizemos os quilómetros e isto dava seis quilómetros para ir e para vir, fizemos as contas, dava vinte e tal euros, tava bom ... dizia eu, não era ... chega ao fim do mês uma conta ... cinquenta euros era o subsídio de alimentação, cento e trinta era a mensalidade, de transporte dava ... porque ela contava o caminho que ela fazia sozinha, o caminho de casa dela a minha casa, da minha casa ao infantário e do infantário até minha casa e de minha casa a casa dela outra vez ... à noite ... percebe? ... e só de transporte cento e não sei quantos euros, eu quando vi aquilo (risos), disse a senhora só pode estar a gozar comigo ... só pode ... a minha cabeça começou a estoirar por todos os lados Eu só pensava, meus Deus como é possível, não é possível ... eu não paguei nada, porque eles não me conseguiram provar que me explicar que aquilo ia ser assim ... tanto é que foi aqui que me pagaram a inscrição, eu vim aqui ... eu fui à segurança social e pedi um advogado, porque eu não ia pagar uma coisa que não sabia porque as pessoas não me informaram, percebe? ... É assim, o que é de mais é exagero ... eles não me descriminaram nada ... eu ainda me fiz sócia da associação porque se fosse sócia ia ter um desconto, veja lá ...

e2: Na fundação Couto em Gaia, eu tive lá a minha filha, porque graças a Deus nessa altura eu conseguia pagar, uma senhora que morava por cima do meu senhorio meteu-a lá e eu só pagava cinco

euros ... só pagava cinco euros ... agora não, quem meter lá a criança ... agora já é mais pesado ... eu tive lá a minha filha pouco tempo porque eu fui fazer os exames e disseram-me que não podia trabalhar, por isso ... A mim também não me incomoda, até porque basta vir o vale e todos nos encontramos nos correios, é a vida ...
e3: Ai a mim não, não me incomoda nada ...mas isto é complicado ...

XI. Utilização de direitos sociais

E: Como souberam da existência do R.S.I?

e1: A minha mãe ... ela já tinha metido quando ficou sozinha, a minha já recebeu, há muito tempo atrás ...
e2: A mim informaram-me ... hmmm ... foi uma senhora que também tinha na altura ... na altura, mas já foi há muitos anos ...
e3: Eu foi na altura, foi quando tinha problemas de coluna, que eu já sabia que os tinha ... quando fui ao centro de saúde uma vez à primeira consulta, esse médico é que descobriu os meus problemas e informou-me que eu devia ir à segurança Social saber dessas coisas, e foi assim ... eu fui ter com a D. Ana, uma doutora que está ali por cima da Segurança Social, eu fui-me informar e depois fui meter a papelada ...

E: Há quanto tempo recebem R.S.I?

e1: Eu estou a receber desde que o meu marido foi preso, mais ou menos dois anos ...
e2: Eu acho que estou ... eu já estou à muito tempo ... acho que desde noventa e tal ... mas depois o meu ficou suspenso uns tempos ... eu já não sei, sinceramente ... mas eu tenho lá os recibos todos que eu guardo tudo ...
e3: Eu é há três anos ... três anos e pouco, mas um ano teve suspenso ... fez três anos em Março ...

E: Para além do dinheiro que recebem do R.S.I. têm outros apoios? (na educação, no pagamento da renda, nos transportes, em cuidados de saúde)

e1: Eu devia ter ... eu devia ter porque o pai da minha filha ficou estipulado em tribunal que devia dar cem euros, mas eu até hoje nunca vi a cor do dinheiro ... há, tenho o abono que são quarenta euros ...

e2: Não ... não ... Eu só tenho o subsídio do meu marido e o abono dos meninos ...

e3: Não ... mas a minha filha começou agora a trabalhar, faz um ano ... também começou a trabalhar de cabeleireira, tirou o curso, fez o estágio ao pé do hospital São João e ela agora é que me ajuda, mas pouco ...

Grupo VI – Questão de Encerramento

Objectivos: identificar as percepções que estes beneficiários têm da medida em questão; finalização do grupo de discussão;

XII. Opinião

E: Que importância tem o R.S.I na vossa vida?

e1: É fundamental nesta fase ...

e2: Olhe para mim tem muita ... porque graças a ele é que dá para equilibrar um bocadinho, sem isso ... meu Deus ... então o pouco que me cortaram já estava a fazer falta ...

e3: Se não tivesse importância é que era bom ... eu governo-me com cento e poucos euros ...

E: Na vossa situação actual, quais as duas principais dificuldades que gostariam de ver resolvidas na sua vida?

e1: eu queria um emprego po meu marido ... para mim não porque eu já tenho, mas queria para o meu marido ...

e2: A minha ... já que eu não posso, queria muito que o meu marido arranjasse emprego ... a Dra. Maria está a ajudar, mas ...

e3: A minha dificuldade ... era conseguir uma casinha para eu poder estar com a minha filha

E: Quanto tempo pensam, ainda, ficar a receber o R.S.I?

e1: Eu estando a trabalhar a tempo inteiro e o meu marido arranjando não preciso mais ... peço a Deus que seja temporário esta fase ... eu trabalho a cinco minutos de casa, vou poupar muito dinheiro em transportes e alimentação ...

e2: Eu já quando fui á Segurança Social, tive lá uma reunião com o Centro de Emprego, há uns tempos atrás, tive uma crise de asma, por isso, com os meus problemas de saúde ainda devo ficar a receber muito tempo ... eu não consigo mesmo trabalhar, mas gostava que o meu marido tivesse um emprego, é mais digno ...

e3: Eu sendo operada e depois ver quais são as minhas capacidades depois ... sei lá ... um ano, um ano e tal ... não sei ... depende da minha saúde ...

E: O que gostavam de ver mudado na medida R.S.I?

e1: Eu acho que estes gabinetes, estas equipas deveriam existir mais ... eu fui à Segurança Social e disseram-me que se eu não podia sustentar uma casa que pegasse nos meus filhos e fosse para uma instituição, isto não pode ser assim ... eu vou lá para eles me ajudarem e eles querem-me tirar os filhos ... não ... eu fui lá e vim me embora, e depois chamaram-me aqui ... não tenho nada a dizer, ajudam-me em tudo o que podem ... e quando temos dúvidas a gente e liga e dizem logo o que fazer

e2: No meu caso, é graças há equipa que me acompanha que a minha situação está a regularizar, acho que deveria haver mais desses gabinetes ... eu vejo diferença desde que sou acompanhada aqui, dão-nos apoio, falam connosco ...

e3: Era bom ... era bom que a prestação fosse maior um bocadinho ... era bom ... e prontos ... também gostava que de hoje para amanhã ficasse bem, gostava ... gostava de poder trabalhar ... eu gosto muito da equipa que me acompanha, elas ajudam-me muito ...

Obrigada pela vossa disponibilidade

Anexo X - Transcrição da entrevista aos beneficiários do RSI: *Focus Group* nº2

Entrevistador: Maria Carolina Carvalho Dias

Data: 19/05/2010 Duração: cerca de uma hora e dez minutos

Local: Salão Nobre da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro

Entrevistados: ***Focus Group* nº2** - Beneficiários do rendimento social de inserção

Grupo 0 – Questão Inicial

Objectivos: promover o bom ambiente necessário ao decorrer da intervenção

- Apresentação de cada um dos intervenientes

Grupo I - Questão de Abertura

Objectivos: fomentar o início da conversa entre os participantes;

XIII. Percurso familiar

E: Com quem vivem?

e1: Eu vivo com o meu pai, com a minha mãe, com o meu homem, a minha irmã e com a minha filha ...

e2: Eu vivo com o meu irmão ...

e3: Eu vivo com a minha avó e tenho uma menina de quatro anos ...

e4: Eu vivo com a minha mulher e com o meu filho ...

e5: Eu vivo com o meu marido e com os meus filhos ...

E: Qual o nível de escolaridade das pessoas com quem vivem?

e1: Eu tenho o nono ano completo, a minha mãe tem o sexto ano incompleto, o meu pai acho que tem a quarta classe e a minha irmã anda no oitavo ano ... eu já me inscrevi em cursos de massagista,

de educadora de infância e assim ... que dão equivalência ao décimo segundo ano ... e é sempre muito bom ...

e2: Eu acho que o meu irmão tem o nono e eu tenho o sétimo ... chamaram-me à quinze dias atrás e eu devo estar a ser chamado pelo Centro de Emprego para fazer algum curso ou até mesmo para trabalhar ... mas lá é formações também, por aquilo que me apercebi ... eles dão o rendimento, mas as pessoas que recebem devem dar qualquer coisa em troca ... uma pessoa se faltar é cortado ... como agora, se eu não viesse vocês mandava uma carta e eu era cortado ...

e3: No meu caso acho que nenhum ... e eu só tenho a quarta classe ... mas eu acho que é importante investir na formação, tanto que já recorri a formação muitas vezes e tou a espera de fazer mais ...

e4: Eu tenho o sexto ano, a minha esposa tem o nono ...

e5: Eu e o meu marido temos a quarta classe, mas os meus filhos estão a ir bem na escolinha, eles vão estudar enquanto eu puder ... quero que estudem muito ...

E: Na vossa juventude, as pessoas com quem viviam estavam a trabalhar ou estavam desempregadas?

e1: O meu pai trabalhava, a minha mãe também, mas infelizmente faleceu há três anos ...

e2: O meu pai trabalhava por conta própria e a minha mãe não trabalhava porque estava reformada ...

e3: Os meus pais trabalhavam, o meu pai tinha a arte de pintor e a minha mãe era doméstica ...

e4: A minha mãe trabalhava e trabalha, ainda está no mesmo sítio ...

e5: São pessoas do campo, havia sempre trabalho ...

E: Durante a vossa infância e juventude, as pessoas com quem viviam, tinham problemas económicos?

e1: Eu pelo menos senti algumas dificuldades ...

e2: Eu já vivi melhor do que o que vivo agora ... antigamente vivia melhor do que o que vivo agora, agora vivo com graves problemas financeiros ...

e3: No meu caso é essa questão de nunca passar fome ... mas as dificuldades sentiam-se a outros níveis ...

e4: Nunca passei fome, mas ... era melhores tempos, hoje se calhar tem-se tudo e antigamente dava-se mais valor, hoje o meu filho tem tudo ... não passamos fome, mas hoje se calhar vemos os jovens mais mal-educados ...

e5: Sim, a vida para mim nunca foi fácil, e parece que não vai ser tão cedo ...

Grupo II – Questão Introdutória

Objectivos: introduzir o tópico da discussão: emprego vs desemprego;

XIV. Percurso profissional

E: Com que idade começaram a trabalhar?

e1: Acho que foi por volta dos dezoito, mas depois a fábrica fechou ...

e2: Eu tinha por volta dos vinte anos quando comecei a trabalhar a sério ...

e3: Eu também comecei cedo, tinha de ser ... o dinheiro tinha de entrar ... tínhamos as despesas para pagar ...

e4: Eu comecei aos catorze anos ... muito cedo ...

e5: Eu foi aos vinte e poucos ... ainda trabalhei muitos anos ... e agora tou assim ... a vida dá tantas voltas é triste, chega mesmo a revoltar ...

E: Actualmente estão a trabalhar?

e1: Não ...

e2: Também não ...

e3: No meu caso não, estou mesmo desempregada ...

e4: Acho que se estivéssemos não estaríamos aqui ...

e5: Não, e estou farta de procurar ...

E: Procuram activamente emprego? Estão disponíveis para trabalhar?

e1: Eu sim, mas queria que se enquadrasse nas formações que já tirei ...

e2: Nem sempre há condições monetárias para fazermos uma procura activa de emprego, os transportes são caros ... Já me chamara muitas vezes daqui, da Sol Maior, para ir a entrevistas de trabalho, mas uma pessoa vai, não fica, gasta dinheiro e ainda fica pior do que o que estava ...

e3: Eu agora estou à espera de uma formação pelo centro de emprego, até disseram que os beneficiário de rendimento social iam ter prioridade, mas eu estou ainda à espera ...

e4: Eu claro que procuro, houve um dia que fui a doze agências de trabalho temporário ... sempre ali a preencher a mesma coisa ... houve um dia que cheguei a gastar quase cinco euros nos correios só a mandar currículos ... mas depois não correspondem, não dão subsídio de alimentação e depois disseram-me que à sexta-feira tínhamos de ficar mais seis ou quatro horas e que essas nunca seriam pagas ... isso também não ...

e5: Eu estou disponível e tenho procurado, claro que sim, mas ... não arranjo ... eu venho aqui muitas vezes, já é a minha segunda casa, e respondo a anúncios, mas ...

Grupo III/IV/V – Questões chave

Objectivos: avaliar as condições de vida desta população, bem como a sua rede de sociabilidades e, ainda, até que ponto conhecem os seus direitos enquanto cidadãos.

XV. Condições de vida

E: Qual o vosso principal meio de vida?

- pensão
- salário
- subsídios

e1: É este dinheiro ...

e2: É o rsi, eu não tenho mais nada ...

e3: No meu caso a minha avó é reformada, mas é dela ... e ele é doente, tem cancro da mama ... eu vivo com o que recebo daqui ...

e4: É o rsi, mas a minha mulher também trabalha, mas sem isto não dava ... eu acho que se ajuda demasiado ... posso ser sincero? ... ajudam as pessoas muito novas ... raparigas que nunca fizeram nada na vida, que nunca descontaram ... dão-lhes demasiadas ajudas ... uma pessoa que já tem uma certa idade ... é complicado, a minha mulher ta de baixa, ganha muito pouco ... e prontos ... vão ajudando ... para mim é mais inexplicável alguém com dezoito ou dezanove anos que nunca trabalhou estar a receber rendimento mínimo ... eu já trabalho desde os catorze ... quando uma pessoa tem família é mais complicado ... eu preciso do rendimento mínimo, mas na minha casa existem regras, o meu filho não vai almoçar ao café, ele almoça em casa porque é melhor ... chegaram-me a dizer que o ATL do meu filho não era uma prioridade, mas para mim é ... eu começando a trabalhar quem vai buscar o menino? ...

e5: Eu também só tenho o rendimento social de inserção ... não tenho mais nada ...

E: Como definem a vossa situação familiar face às despesas?

- com a habitação
- com a alimentação
- com as despesas diárias

e1: Eu vou conseguindo, porque moro com os meus pais e todos vamos tentando gerir as contas ... nós vamos conseguindo bem dirigir ...

e2: Eu também é a mesma situação, eu divido a renda com o meu irmão, eu recebo do rsi cento e noventa euros e divido uma renda de duzentos e vinte e cinco, água, luz e vai-se o dinheiro ...

e3: Eu no meu caso não tenho despesas com habitação, porque a casa é da minha avó e ela suporta tudo ... o que eu recebo do rendimento mínimo é, praticamente, para por a minha filha na escola, e tenho a ajuda do pai dela, porque também sem isso eu não conseguia ... era muito difícil ...

e4: Eu tenho montes de despesas ... a minha mulher trabalha e isso ajuda, mas não é coisa que a gente possa juntar ... eu pago cento e vinte euros de ATL ... fazendo as contas mensais ... pago cento e sessenta de casa ... pago a luz mensalmente para não haver aquela história dos dois meses porque ainda é pior, pago água, pago o condomínio que ficou atrasado, mas eu consegui um acordo com eles para não chegar a ir para o tribunal ... eu tenho uma despesa fixa grande, e depois a gente também come ... ainda agora recebi o Imposto da casa e não tenho dinheiro ... não sei como vai ser ...

e5: Eu é o mesmo ... eu já tive de deixar contas por pagar porque não tinha dinheiro ... eu já deixei a prestação da casa duas vezes por pagar ...

E: Encontram-se inscritos para habitação social?

e1: Eu tou em casa dos meus pais ... não tou ...

e2: Eu não, mas sei que essas rendas são mais baratas ...

e3: Eu não, nem sabia que isso existia ...

e4: Eu tenho uma casa comprada, na altura podia ... a minha sogra tem uma casa dessas e nem fica em bairros ... eu como tenho casa

comprada não me inscrevi ... mas como eu agora vou ter outro filho e tenho um T1 ... é uma questão de falar ...

e5: Eu não, mas sabia que havia casas da Câmara ...

XVI. Sociabilidades

E: Conhecem muitas pessoas que recebem o R.S.I? E, contaram a alguém que estão a receber o R.S.I?

e1: Eu não ... a minha família sabe e algumas amigas também ...

e2: Torna-se inevitável ... recebemos todos mais ou menos ao mesmo dia, basta irmos aos CTT ...

e3: Eu conheço de vista ... sei que aquela pessoa recebe mais nada ...sei que aquela recebe rendimento mínimo, mas não tenho directo contacto com elas ...

e4: Eu não conto porque chateia ... as pessoas falam ...

e5: Eu conheço ... mesmo que a gente queira esconder não há hipótese ... basta irmos aos correios ...

E: Incomoda-os que os outros saibam que são beneficiários de R.S.I? (porque diz isso)

e1: Um bocadinho ... mas eu preciso, por isso tenho de me conformar ...

e2: A mim incomoda-me, mas é a tal coisa, eu se recebo é porque preciso, eu não tenho outro rendimento ... mas acredito que haja pessoas, em geral, que recebem e não necessitam ... eu sei que agora vocês estão, constantemente a chamar as pessoas ... mas se calhar são sempre os mesmos ... eu não vejo os ciganos aqui ... e no entanto eles também recebem ... e há a questão de termos de pagar os transportes do nosso bolso ... a gente já recebe pouco e ainda a gastar dinheiro nos transportes ... quer dizer, há coisas que não fazem muito sentido ...

e3: Incomoda-me porque as pessoas criticam muitas vezes ... mas elas não sabem o que se passa dentro das nossas casas ... elas

não sabem ... às vezes por andarmos lavados e bem vestidos já dizem que não precisamos ... se calhar é isso que eles pensam ... é só por isso, porque eu não tenho nada a esconder ...

e4: Claro que sim ... então toda gente comenta ... e manda bocas ... mas no entanto eu tenho regras em casa ... só gastamos o essencial, não há cá pequenos-almoços em cafés ... eu preferia estar a trabalhar, mas enquanto não conseguir vou ter de recorrer a isto ... se tenho direito ...

e5: A mim incomoda-me um bocado ... não é que esteja a fazer mal a alguém ... mas as pessoas falam ... e fazem queixa de muitas pessoas que estão a receber, ai tu não trabalhas!! ... mas eu vejo pessoas a ir ao café de manhã, ao almoço e ao jantar ... e eu nunca ... nunca disse nada ... cada um sabe de si ... e ainda dizem, ai tas a tomar café ... então já não precisas ... é isso que me revolta ...

XVII. Utilização de direitos sociais

E: Como souberam da existência do R.S.I?

e1: Eu soube pela minha cunhada ... ela é que tratou das papeladas e tudo ... como eu não conseguia arranjar emprego ... e depois tive a minha filha e como não recebia rendimentos nenhuns ... e então tratamos de tudo ... eu trabalhei seis anos, tenho seis anos de caixa e sou fiquei sem emprego porque a fábrica fechou, se não ainda estava a trabalhar lá ... e agora eu não consigo arranjar emprego ...

e2: Eu soube pelas notícias essas coisas todas e depois fui à Segurança Social ...

e3: Eu soube por uma prima, ela também já tinha sido beneficiária ...

e4: Eu tive um ano e tal sem receber nada ... não pedi nada ... e depois falaram nisso, alguém em geral e eu fui à Segurança Social informar-me ... se realmente havia pessoas a receber e eu também pedi ...

e5: Eu soube por uma amiga ... ela encaminhou-me para a Segurança Social e depois eu vim para aqui ...

E: Há quanto tempo recebem R.S.I?

e1: Há uns quatro anos, mais ou menos ...

e2: Eu não sei precisar ... o tempo ...

e3: Há dois ...

e4: Não sei, acho que á um ano e meio, mais ou menos ...poderá fazer dois anos este ano ...

e5: Há um ano, por volta disso ... eu acho que foi em Março ... mas só perguntando à minha técnica ...

E: Para além do dinheiro que recebem do R.S.I. têm outros apoios? (na educação, no pagamento da renda, nos transportes, em cuidados de saúde)

e1: Eu só tenho o rsi, só isso ...

e2: Eu também não tenho qualquer outro tipo de apoio, só mesmo o rendimento mínimo ...

e3: Eu, no meu caso tenho ... tenho o rsi e a ajuda para a medicação, como a minha filha ficou doente aconselharam-me a por a medicação ... e tenho também a ajuda do pai da minha filha ...

e4: Eu recebo só a prestação, mas também tenho alguma ajuda na medicação, consegui isso ...

e5: Os meus filhos têm escalão na escola ...

Grupo VI – Questão de Encerramento

Objectivos: identificar as percepções que estes beneficiários têm da medida em questão; finalização do grupo de discussão;

XVIII. Opinião

E. Que importância tem o R.S.I na vossa vida?

e1: É muito importante, ajuda-me muito nas despesas ...

e2: Para mim é fundamental porque é a única fonte de rendimento que eu tenho ... eu sem o rsi não tenho nada ... não consigo arranjar trabalho ... que hei-de fazer ... mais vale pouco do que nada ...

e3: Não paga tudo, mas a ajuda a pagar ...

e4: É muito importante, eu o que recebo é para a casa, para a luz e para a água ...

e5: Eu preciso muito, apesar de fazer várias formações não consigo arranjar emprego ... sem este dinheiro não sei como iria fazer para sobreviver ...

E: Na vossa situação actual, quais as duas principais dificuldades que gostariam de ver resolvidas na sua vida?

e1: Um trabalho, era o que eu mais queria ...

e2: Eu também acho que sim ... mas a mim já me consideraram velho para trabalhar e eu tenho quarenta e dois anos ...

e3: Eu acho que o emprego, se a gente arranjasse emprego se calhar tínhamos as outras questões resolvidas ...

e4: Eu tenho trinta e quatro ... se calhar um jovem só vai até aos trinta, não se entende ... e ninguém resolve isso ... entretanto continuamos desempregados e a depender, muitas vezes, deste dinheiro, mesmo sendo pouco é o que nos vai safando ...

e5: É isso mesmo ... um emprego ... mas agora o que mais ouço é que sou velha para trabalhar e nova para ficar em casa ... já nem sei o que fazer ... enfim ... vamos levando esta vida ...

E: Quanto tempo pensam, ainda, ficar a receber o R.S.I?

e1: Ai ... isso só quando encontrar trabalho, de outro modo como vou conseguir ... eu bem queria deixar de ser beneficiária ... as pessoas comentam ... mas eu não consigo encontrar nada ...

e2: Eu só recorri porque não tive outro meio de sobreviver, o que eu queria era trabalhar e ganhar o meu salário como sempre fiz ... mas não se consegue ... o que mais se ouve é a palavra crise ...

e3: Eu quero sair o mais rápido possível, mas precisava de encontrar um trabalho ... tá difícil ... a gente procura e procura para ver se sai disto ...

e4: Isto está cada vez pior ...

e5: Não é com este dinheiro que eu quero viver o resto da vida, mas até ter trabalho vou ter de continuar ...

E: O que gostavam de ver mudado na medida R.S.I?

e1: Eu não sei o que dizer ... sinceramente não sei ... eu acho que funciona bem ... não sei ...

e2: Quer dizer, isto bom não está porque eu acho que há certas pessoas que estão a receber indevidamente, e há outras que necessitam mesmo ... que é o meu caso ... por exemplo, eu neste momento tenho um pai que está doente em Torres Vedras, e eu não me posso ausentar daqui, porque se me ausentar vocês chamam-me e cortam-me o rendimento, e o meu pai neste momento precisa de ajuda e eu neste momento não o posso estar a ajudar porque tenho necessidade do rendimento ... e se eu me ausentar vocês chamam-me a acabam por me cortar, ou então tenho de transferir tudo para lá ... não sei ... eu sei de pessoas que estão a receber o rendimento e nunca são chamadas para nada, não percebo, é injusto ...

e3: Aqui há qualquer coisa que não funciona bem ... somos sempre os mesmos ... se calhar poderia haver mais técnicos para que todos tivéssemos em pé de igualdade ... mas não sei (encolhe os ombros) ... acho que a fiscalização é importante ... se calhar é isso ... eu acho que é necessário estas equipas, é uma orientação que a gente tem ...

e4: Gostava que realmente ajudasse quem mais precisa ... acho que a fiscalização é fundamental, equipas como esta, as pessoas recebem aquele dinheiro e não têm qualquer tipo de orientação, se não têm cabeça vai tudo nem a meio do mês ... dão pouco a uns e muito aos outros ... é isso que eu acho ... mas eu não gosto de insistir nisso, chegou a um ponto que eu já não aguento mais ... vou tentando viver ... mas o que eu não percebo nisto é quais são as prioridades, os requisitos ... eu não quero ser racista, mas os ciganos têm tudo, eles vão fazer barulho para a Segurança Social e

têm tudo ... umas pessoas abusam e as outras não têm direito a nada, é o que eu acho ...

e5: Eu não sei ... eu não tenho razão de queixa, mas concordo com os colegas ... mas aqui na Sol Maior elas ajudam muito ... eu quando tenho um problema venho cá e elas orientam-me ... eu pedi ajuda para a medicação, mas tive de insistir ... se não, não tinha ... mas eu também sei que não me podem dar tudo, eu compreendo ... mas no que elas podem elas ajudam-me ...

Obrigada pela vossa disponibilidade

Anexo XI - Grelha de observação da situação de entrevista aos beneficiários do RSI: *Focus Group* nº1

Entrevistador: Maria Carolina Carvalho Dias

Data: 19/05/2010 Duração: cerca de uma hora e vinte minutos

Local: Salão Nobre da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro

Entrevistados: **Focus Group nº1** - Beneficiários do rendimento social de inserção

Fluência do discurso	As entrevistadas tiveram um discurso nem sempre muito fluído, sendo verificadas algumas pausas para pensar no tipo de resposta que dariam. As expressões verbais “hmm” e “não sei” denotam também o tempo que as entrevistadas necessitaram para articular o seu discurso, sendo que este era muitas vezes pausado pela conversa entre as participantes.
Expressões gestuais	As entrevistadas mexeram várias vezes com as mãos, entrelaçando-as uma na outra, assim como por várias vezes acariciou o cabelo. O à vontade que se sentia no decorrer da entrevista por parte deste primeiro grupo de beneficiárias foi notório.
Expressões linguísticas	Verificou-se o uso de expressões como “prontos” e “tou” durante a entrevista.
Características do local da entrevista	A entrevista realizou-se no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro. A escolha do local fez-se tendo por base o local onde está sediado o local do presente estágio.

Interrupções	Durante a entrevista verificou-se algumas interrupções, pessoas a bater à porta a pedir informações, o ruído característico de uma Junta de Freguesia.
Outras observações	Notou-se que as entrevistadas estavam muito à vontade para responder ao que lhes era perguntado, sendo sempre bastante explícitas e joviais nas respostas efectuadas.

Anexo XII - Grelha de observação da situação de entrevista aos beneficiários do RSI: Focus Group nº2

Entrevistador: Maria Carolina Carvalho Dias

Data: 19/05/2010 Duração: cerca de uma hora e dez minutos

Local: Salão Nobre da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro

Entrevistados: **Focus Group nº2** - Beneficiários do rendimento social de inserção

Fluência do discurso	Os entrevistados tiveram um discurso nem sempre muito corrente, verificamos situações de revolta. As expressões verbais “hmm” e “não sei” denotam também o tempo que os entrevistados necessitaram para estruturar o seu discurso, sendo que este era muitas vezes pausado pela conversa entre as participantes.
Expressões gestuais	As entrevistadas mexeram várias vezes com as mãos, entrelaçando-as uma na outra, assim como por várias vezes abanam a cabeça e encolhem os ombros. O à vontade que se sentia no decorrer da entrevista por parte deste segundo grupo de beneficiários foi notório.
Expressões linguísticas	Verificou-se o uso de expressões como “prontos”, “hmmm” e “tou” durante a entrevista.
Características do local da entrevista	A entrevista realizou-se no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro. A escolha do local fez-se tendo por base o local onde está sediado o local do presente estágio.

Interrupções	Durante a entrevista verificou-se algumas interrupções, pessoas a bater à porta a pedir informações, o ruído característico de uma Junta de Freguesia.
Outras observações	Notou-se que o grupo estava muito à vontade para responder às questões, sendo sempre bastante claras e precisas nas respostas efectuadas.

Anexo XIII - Análise vertical da entrevista aos beneficiários do RSI: *Focus Group* nº1

Categorias	Síntese	Excertos
Percurso familiar dos beneficiários	Nesta categoria, os entrevistados revelaram com quem viviam, neste caso, todos vivem com respectivos maridos e filhos; aferiu-se, também, que a escolaridade dos agregados é baixa. Salienta-se o facto de os pais, à data da infância dos entrevistados, trabalharem ou, em alguns casos, subsistirem do trabalho do campo; sobressai, ainda, através da entrevista, o facto de em tempos anteriores, quando ainda não tinham constituído família, estes beneficiários já passavam por algum tipo de privações.	“Com o meu marido e os meus dois filhos [...] Também vivo com o meu marido e dois filhos [...]Tenho uma menina com dezoito anos que começou a trabalhar, e vivo numa casa com outros familiares[...]Eu tenho o nono ano, o meu marido tem o sexto ano, vai fazer agora um curso de formação profissional, o meu filho anda no infantário, só tem três anos e a minha filha está na primeira classe. O meu pai tem o quarto, mas a minha mãe tem o décimo ano [...] O meu marido tem o sétimo ano, a minha filha está no oitavo, o pequenino está na pré, é pequenino ainda, só tem seis aninhos e eu completei o quinto. Os meus pais são do campo[...] Acho que é a quarta classe[...]A minha mãe sempre trabalhou, o meu pai é que optou por outros caminhos[...]A minha mãe está reformada desde os trinta e cinco anos ... de idade, devido a problemas de saúde. O meu pai imigrou [...] Os meus pais sempre foram do campo[...]eles foram os dois para lá trabalhar...mas entretanto ele foi por caminhos, meteu-se na toxicod dependência[...]era complicado, era muito complicado...mas os vizinhos ajudavam-se muito[...]Sempre...dificuldades...prontos agente nunca teve porque como éramos pessoas do campo...e sabe como é, as

		coisas do campo nunca nos deixaram passar fome[...]quando tínhamos seis, sete anos íamos às cinco da manhã tirar o leite as vacas, antes de irmos pa escola[...]"
Percurso profissional	Aferiu-se, através desta categoria, que estas beneficiárias começaram a trabalhar desde tenra idade, que apenas uma delas se encontra, actualmente, a exercer uma profissão, e que duas não exercem qualquer tipo de profissão por motivos de saúde, mas que gostavam de poder exercer uma profissão remunerada se isso fosse possível.	"Eu...comecei a trabalhar aos dezasseis, numa loja de desporto...não fazia descontos [...] Eu comecei muito cedo...porque precisávamos de ajudar a minha mãe...aos seis[...]Eu comecei a trabalhar no campo...muito cedinho...aos seis, sete anos...mas depois quando vim para cá...para a cidade comecei a trabalhar num restaurante...tinha dezassete, dezoito anos[...]Eu estou...sou cabeleireira[...]Eu não [...]Eu neste momento... há três anos fui operada à coluna, só que não fiquei bem [...]Eu não posso pegar em pesos, eu não posso fazer esforços[...]Eu queria fazer um curso...mas hoje...eu gostava, desde que arranjasse qualquer coisa...que não tivesse de me baixar [...]"
Condições de vida	Aqui salienta-se os meios de sobrevivência destas beneficiárias, vivem apenas com o rendimento social de inserção, e por assim ser passam por grandes dificuldades económicas, pondo	"Eu agora estou a ganhar cento e cinquenta euros, mas tou num part-time ... e estou a ganhar o rendimento [...] É assim, o meu marido está pelo fundo de desemprego...está a receber quatrocentos e dezasseis euros...hmmm...eu estou com o rendimento [...] Eu é assim estou [...]"

	mesmo em causa o pagamento de diversas despesas mensais essenciais ao bom funcionamento do agregado familiar. Aferimos que a questão da habitação social não é muito apreciada pelas mesmas, uma vez que aquando da sua presença nos serviços responsáveis não obtiveram respostas muito positivas.	com esse rendimento[...]é difícil, mas que remédio[...]Eu tenho uma ajuda, que foi a doutora aqui que me arranjou ... pago as despesas todas mas a doutora aqui arranjou-me alimentação[...]Eu antes ainda ajudava um bocadinho, mas agora não posso ... ganho muito pouco de rendimento[...]Aqui em Gaia eles disseram a mim mesmo que se a sua casa estiver a cair de podre, mesmo assim ainda tem de esperar, mas se tiver a cair de podre ... é mais fácil [...]Não ... eu não ... mas eu uma vez fui lá e disseram-me que eu onde estava não me caia o tecto em cima [...]Houve ... então eu fui morar pa minha mãe ... foi muito complicado [...]Quer dizer ... eu sempre consegui [...]E eu quando fui casada ... essas coisas todas correu tudo bem, depois prontos [...]
Sociabilidades	Referiram que contaram a poucas pessoas que são beneficiárias do rendimento social de inserção, revelaram também algum constrangimento pelo facto de os outros saberem que são abrangidas pela medida, no entanto referiram que era difícil controlar essa	“A minha patroa sabe [...] pelo que eu vejo, ali na zona onde eu moro, acho que a maior parte das pessoas, aquilo recebe tudo [...]eu contei a algumas pessoas, lógico que não contei a todas não é? [...]as pessoas mais próximas sabem [...]Contei a essas pessoas onde eu estou e uma amiga minha ... não sei se há muita gente a receber ... não me apercebo [...]A mim não, eu não estou a fazer mal a ninguém, se recebo é porque preciso [...]A mim também não me incomoda,

	situação, o seu conhecimento acerca de outros beneficiários é reduzido.	até porque basta vir o vale e todos nos encontramos nos correios, é a vida [...]Ai a mim não, não me incomoda nada ...mas isto é complicado [...]
Utilização dos direitos sociais	Mencionaram que tiveram conhecimento da medida através de familiares e de uma posterior ida aos serviços da Segurança Social, relataram que já são beneficiárias há mais ou menos dois anos e que o rendimento social de inserção era o único rendimento de que dispunham, pois não auferem qualquer outro tipo de receita.	“A minha mãe [...] foi uma senhora que também tinha na altura [...]esse médico é que descobriu os meus problemas e informou-me que eu devia ir à Segurança Social [...]Eu estou a receber desde que o meu marido foi preso, mais ou menos dois anos [...]eu já estou à muito tempo ... acho que desde noventa e tal [...]fez três anos em Março [...]Eu devia ter ... eu devia ter porque o pai da minha filha ficou estipulado em tribunal que devia dar cem euros, mas eu até hoje nunca vi a cor do dinheiro [...]Não ... não [...]
Opiniões acerca da medida em análise	Na generalidade, referiram que é fundamental o rendimento social de inserção na sua vida uma vez que é a sua única receita, e que por sua vontade saiam da medida para ingressar o mercado de trabalho, salientaram a necessidade de existir mais equipas de acompanhamento de beneficiários de rendimento social de	“É fundamental nesta fase [...] porque graças a ele é que dá para equilibrar um bocadinho [...] Se não tivesse importância é que era bom [...] eu queria um emprego po meu marido [...] era conseguir uma casinha [...] Eu estando a trabalhar a tempo inteiro e o meu marido arranjando não preciso mais [...] ainda devo ficar a receber muito tempo [...] depende da minha saúde [...] estas equipas deveriam existir mais [...] era bom que a prestação fosse maior um bocadinho [...]

	inserção	
--	----------	--

Anexo XIV - Análise vertical da entrevista aos beneficiários do RSI: *Focus Group* n°2

Categorias	Síntese	Excertos
Percurso familiar dos beneficiários	Aferiu-se que os beneficiários vivem com os seus familiares mais directos, a escolaridade, dos mesmos e dos seus familiares mais directos, varia entre a quarta classe e o nono ano. Apesar de os seus progenitores sempre terem trabalhado, os entrevistados revelaram que durante a sua infância/juventude sentiram algumas dificuldades económicas, bem como a outros níveis, salientam o facto de a vida nunca lhes ter sido fácil, mas que actualmente, vivem situações bem mais complicadas.	“Eu vivo com o meu pai, com a minha mãe, com o meu homem, a minha irmã e com a minha filha [...]Eu vivo com o meu irmão[...]Eu vivo com a minha avó e tenho uma menina de quatro anos[...]Eu vivo com a minha mulher e com o meu filho[...]Eu vivo com o meu marido e com os meus filhos[...]Eu tenho o nono ano completo, a minha mãe tem o sexto ano incompleto, o meu pai acho que tem a quarta classe e a minha irmã anda no oitavo ano[...]Eu acho que o meu irmão tem o nono e eu tenho o sétimo[...]No meu caso acho que nenhum ... e eu só tenho a quarta classe ... mas eu acho que é importante investir na formação[...]Eu tenho o sexto ano, a minha esposa tem o nono[...]Eu e o meu marido temos a quarta classe, mas os meus filhos estão a ir bem na escolinha[...]O meu pai trabalhava, a minha mãe também[...]O meu pai trabalhava por conta própria e a minha mãe não trabalhava

		porque estava reformada[...]Os meus pais trabalhavam, o meu pai tinha a arte de pintor e a minha mãe era doméstica[...]A minha mãe trabalhava e trabalha, ainda está no mesmo sítio[...]São pessoas do campo, havia sempre trabalho[...]Eu pelo menos senti algumas dificuldades[...]Eu já vivi melhor do que o que vivo agora ... antigamente vivia melhor do que o que vivo agora, agora vivo com graves problemas financeiros[...]No meu caso é essa questão de nunca passar fome ... mas as dificuldades sentiam-se a outros níveis[...]Nunca passei fome, mas ... era melhores tempos[...]Sim, a vida para mim nunca foi fácil[...]
Percurso profissional	Aqui salienta-se o facto de estas pessoas terem iniciado uma actividade laboral precocemente, isto é, muito novos, mas na altura era assim que tinha de ser. Revelaram que à data da entrevista que nenhum, dos mesmos, trabalhava e que por vezes tornava-se complicado uma procura activa de trabalho, uma vez que esta	“Acho que foi por volta dos dezoito, mas depois a fábrica fechou [...] Eu tinha por volta dos vinte anos quando comecei a trabalhar a sério[...]Eu também comecei cedo, tinha de ser[...]Eu comecei aos catorze anos ... muito cedo[...]Eu fui aos vinte e poucos[...]Não[...]No meu caso não, estou mesmo desempregada[...]Acho que

	também acarreta custos, mas que quando é possível procuram, efectivamente, o ingresso no mercado de trabalho.	se estivéssemos não estaríamos aqui[...]Não, e estou farta de procurar[...]Eu sim, mas queria que se enquadrasse nas formações que já tirei[...]Nem sempre há condições monetárias para fazermos uma procura activa de emprego, os transportes são caros[...]Eu agora estou à espera de uma formação pelo centro de emprego[...]Eu claro que procuro, houve um dia que fui a doze agências de trabalho temporário[...]Eu estou disponível e tenho procurado, claro que sim[...]
Condições de vida	Nesta categoria, aferiu-se que o rendimento social de inserção é o único rendimento mensal de que são portadores, no entanto, a esposa de um dos beneficiários desempenha uma actividade no mercado de trabalho. Apesar de este ser o seu único rendimento, estes beneficiários conseguem fazer face às suas despesas mensais, apenas em escassas situações deixaram algum tipo de despesa por pagar, no entanto tal já aconteceu. Por morarem em casas próprias ou pagarem uma renda de casa mais em conta,	“É este dinheiro [...] É o rsi, eu não tenho mais nada[...]Eu vivo com o que recebo daqui[...]É o rsi, mas a minha mulher também trabalha, mas sem isto não dava[...]Eu também só tenho o rendimento social de inserção ... não tenho mais nada[...]Eu vou conseguindo, porque moro com os meus pais e todos vamos tentando gerir as contas[...]Eu também é a mesma situação, eu divido a renda com o meu irmão[...]Eu no meu caso não tenho despesas com habitação, porque a casa é da minha avó e ela suporta

	este grupo de beneficiários não se encontra inscrito para habitação social e mostra algum desconhecimento acerca do mesmo.	tudo[...]Eu tenho montes de despesas ... a minha mulher trabalha e isso ajuda, mas não é coisa que a gente possa juntar[...]Eu é o mesmo ... eu já tive de deixar contas por pagar porque não tinha dinheiro[...]Eu tou em casa dos meus pais ... não tou[...]Eu não, mas sei que essas rendas são mais baratas[...]Eu não, nem sabia que isso existia[...]Eu tenho uma casa comprada, na altura podia[...]Eu não, mas sabia que havia casas da Câmara[...]
Sociabilidades	Nesta categoria de análise, exaltou a transparência de algum sentimento de constrangimento face à possibilidade de os outros saberem que estes beneficiários são, efectivamente, beneficiários do rendimento social de inserção, preocupa-lhes o que os outros dizem a seu respeito por beneficiarem da medida. Conhecem outros beneficiários porque se encontram todos na estação de correios para levantar o vale da prestação pecuniária.	“Eu não ... a minha família sabe e algumas amigas também [...] Torna-se inevitável ... recebemos todos mais ou menos ao mesmo dia, basta irmos aos CTT[...]Eu conheço de vista ... sei que aquela pessoa recebe mais nada ...sei que aquela recebe rendimento mínimo, mas não tenho directo contacto com elas[...]Eu não conto porque chateia ... as pessoas falam[...]Eu conheço ... mesmo que a gente queira esconder não há hipótese ... basta irmos aos correios[...]Um bocadinho ... mas eu preciso, por isso tenho

		de me conformar[...]A mim incomoda-me, mas é a tal coisa, eu se recebo é porque preciso, eu não tenho outro rendimento[...]Claro que sim ... então toda gente comenta ... e manda bocas ...mas no entanto eu tenho regras em casa...só gastamos o essencial [...] A mim incomoda-me um bocado ... não é que esteja a fazer mal a alguém ... mas as pessoas falam...e fazem queixa de muitas pessoas que estão a receber, ai tu não trabalhas!![...]
Utilização dos direitos sociais	O conhecimento da medida em questão deveu-se a familiares, aos noticiários e a uma posterior jornada na Segurança Social, são beneficiários do rendimento social de inserção há um período superior aos doze meses. Contam apenas com o rsi para satisfazer todas as necessidades básicas, características de um agregado familiar.	“Eu soube pela minha cunhada ... ela é que tratou das papeladas e tudo [...]Eu soube pelas notícias essas coisas todas, e depois fui à Segurança Social[...]Eu soube por uma prima, ela também já tinha sido beneficiária[...]falaram nisto, alguém em geral e eu fui à Segurança Social informar-me[...]Eu soube por uma amiga ... ela encaminhou-me para a Segurança Social e depois eu vim para aqui[...]Há uns quatro anos, mais ou menos[...]Eu não sei precisar ... o tempo[...]Há dois[...]Não sei, acho que á um ano e meio, mais ou

		menos ...poderá fazer dois anos este ano [...] Há um ano, por volta disso ... eu acho que foi em Março ... mas só perguntando à minha técnica [...]Eu só tenho o rsi, só isso [...] Eu também não tenho qualquer outro tipo de apoio, só mesmo o rendimento mínimo [...] Eu, no meu caso tenho ... tenho o rsi e a ajuda para a medicação [...] Eu recebo só a prestação, mas também tenho alguma ajuda na medicação, consegui isso [...] Os meus filhos têm escalão na escola[...]
Opiniões acerca da medida em análise	Ao nível de possíveis opiniões acerca da medida, estes beneficiários revelaram que esta é uma prestação fundamental na sua vida e que os ajuda a subsistir, salientaram a importância que um emprego poderia ter nas suas vidas, bem como uma grande vontade de abandonar a medida de que são beneficiários. Referiram que, efectivamente, esta medida possui algumas lacunas, na sua opinião, a distribuição desta mesma medida não é feita de uma forma equitativa, por isso salientaram a importância das	“É muito importante, ajuda-me muito nas despesas [...]Para mim é fundamental porque é a única fonte de rendimento que eu tenho ... eu sem o rsi não tenho nada [...] Não paga tudo, mas a ajuda a pagar [...]É muito importante, eu o que recebo é para a casa, para a luz e para a água [...] Eu preciso muito, apesar de fazer várias formações não consigo arranjar emprego ... sem este dinheiro não sei como iria fazer para sobreviver[...]Um trabalho, era o que eu mais queria[...]Eu também acho que sim ... mas a mim já me

	equipas de acompanhamento e o bom papel que as mesmas desempenham. Reclamaram uma maior e mais eficaz fiscalização na atribuição da medida, uma vez que sentem que existe injustiças na aplicação do rendimento social de inserção.	consideraram velho para trabalhar e eu tenho quarenta e dois anos [...] Eu acho que o emprego, se a gente arranjasse emprego se calhar tínhamos as outras questões resolvidas [...] entretanto continuamos desempregados e a depender, muitas vezes, deste dinheiro, mesmo sendo pouco é o que nos vai safando [...] É isso mesmo ... um emprego ... mas agora o que mais ouço é que sou velha para trabalhar e nova para ficar em casa [...] Ai ... isso só quando encontrar trabalho, de outro modo como vou conseguir ... eu bem queria deixar de ser beneficiária ... as pessoas comentam [...] Eu só recorri porque não tive outro meio de sobreviver, o que eu queria era trabalhar e ganhar o meu salário como sempre fiz [...] Eu quero sair o mais rápido possível, mas precisava de encontrar um trabalho [...] Não é com este dinheiro que eu quero viver o resto da vida, mas até ter trabalho vou ter de continuar [...] Eu não sei o que dizer ... sinceramente não sei ... eu acho que funciona bem ... não sei [...] Quer dizer, isto
--	---	--

		bom não está porque eu acho que há certas pessoas que estão a receber indevidamente, e há outras que necessitam mesmo ... que é o meu caso [...] Aqui há qualquer coisa que não funciona bem ... somos sempre os mesmos ... se calhar poderia haver mais técnicos para que todos tivéssemos em pé de igualdade [...] eu acho que é necessário estas equipas, é uma orientação que a gente tem[...] Gostava que realmente ajudasse quem mais precisa ... acho que a fiscalização é fundamental, equipas como esta, as pessoas recebem aquele dinheiro e não têm qualquer tipo de orientação, se não têm cabeça vai tudo nem a meio do mês [...] Eu não sei ... eu não tenho razão de queixa, mas concordo com os colegas ... mas aqui na Sol Maior elas ajudam muito[...]"
--	--	--

Anexo XV - Análise Horizontal das entrevistas aos beneficiários do RSI: *Focus Group*

Categoria	Percorso familiar dos beneficiários
Focus Group nº1 Síntese	Nesta categoria, os entrevistados revelaram com quem viviam, neste caso, todos vivem com respectivos maridos e filhos; aferiu-se, também, que a escolaridade dos agregados é baixa. Salienta-se o facto de os pais, à data da infância dos entrevistados, trabalharem ou, em alguns casos, subsistirem do trabalho do campo; sobressai, ainda, através da entrevista, o facto de em tempos anteriores, quando ainda não tinham constituído família, estes beneficiários já passarem por algum tipo de privações.
Excerto	“Também vivo com o meu marido e dois filhos [...]Os meus pais sempre foram do campo[...]eles foram os dois para lá trabalhar[...]as coisas do campo nunca nos deixaram passar fome[...]Acho que é a quarta classe [...]era complicado, era muito complicado...mas os vizinhos ajudavam-se muito[...]”
Focus Group nº2 Síntese	Aferiu-se que os beneficiários vivem com os seus familiares mais directos, a escolaridade, dos mesmos e dos seus familiares mais directos, varia entre a quarta classe e o nono ano. Apesar de os seus progenitores sempre terem trabalhado, os entrevistados revelaram que durante a sua infância/juventude sentiram algumas dificuldades económicas, bem como a outros níveis, salientam o facto de a vida nunca lhes ter sido fácil, mas que actualmente, vivem situações bem mais complicadas.
Excerto	“Eu vivo com o meu pai, com a minha mãe, com o meu homem, a minha irmã e com a minha filha[...]Eu tenho o nono ano completo, a minha mãe tem o sexto ano incompleto, o meu pai acho que tem a quarta classe e a minha irmã anda no oitavo ano[...]Os meus pais trabalhavam, o meu pai tinha a arte de pintor e a minha mãe era doméstica[...]Eu pelo menos senti algumas dificuldades[...]”

Categoria	Percurso profissional
Focus Group nº1 Síntese	Aferiu-se, através desta categoria, que estas beneficiárias começaram a trabalhar desde tenra idade, que apenas uma delas se encontra, actualmente, a exercer uma profissão, e que duas não exercem qualquer tipo de profissão por motivos de saúde, mas que gostavam de poder exercer uma profissão remunerada se isso fosse possível.
Excerto	“Eu comecei muito cedo...porque precisávamos de ajudar a minha mãe...aos seis[...]Eu estou...sou cabeleireira[...]Eu não[...]Eu queria fazer um curso...mas hoje...eu gostava, desde que arranjasse qualquer coisa...que não tivesse de me baixar [...]”
Focus Group nº2 Síntese	Aqui salienta-se o facto de estas pessoas terem iniciado uma actividade laboral precocemente, isto é, muito novos, mas na altura era assim que tinha de ser. Revelaram que à data da entrevista que nenhum, dos mesmos, trabalhava e que por vezes tornava-se complicado uma procura activa de trabalho, uma vez que esta também acarreta custos, mas que quando é possível procuram, efectivamente, o ingresso no mercado de trabalho.
Excerto	“Acho que foi por volta dos dezoito, mas depois a fábrica fechou[...]No meu caso não, estou mesmo desempregada[...]Acho que se estivéssemos não estaríamos aqui[...]Nem sempre há condições monetárias para fazermos uma procura activa de emprego, os transportes são caros[...]Eu claro que procuro, houve um dia que fui a doze agências de trabalho temporário[...]”

Categoria	Condições de vida
Focus Group nº1 Síntese	Aqui salienta-se os meios de sobrevivência destas beneficiárias, vivem apenas com o rendimento social de inserção, e por assim ser passam por grandes dificuldades económicas, pondo mesmo em causa o pagamento de diversas despesas mensais essenciais ao bom funcionamento do agregado familiar. Aferimos que os serviços relacionados com a habitação social não são muito requisitados pelas mesmas, uma vez que aquando a sua presença nos serviços responsáveis não obtiveram respostas muito favoráveis.
Excerto	“Eu é assim estou [...] com esse rendimento [...] é difícil, mas que remédio[...]Eu antes ainda ajudava um bocadinho, mas agora não posso ... ganho muito pouco de rendimento[...]Não ... eu não ... mas eu uma vez fui lá e disseram-me que eu onde estava não me caia o tecto em cima[...]Houve ... então eu fui morar pa minha mãe ... foi muito complicado[...]
Focus Group nº2 Síntese	Nesta categoria, aferiu-se que o rendimento social de inserção é o único rendimento mensal de que são portadores, no entanto, a esposa de um dos beneficiários desempenha uma actividade no mercado de trabalho. Apesar de este ser o seu único rendimento, estes beneficiários conseguem fazer face às suas despesas mensais, apenas em escassas situações deixaram algum tipo de despesa por pagar, no entanto tal já aconteceu. Por morarem em casas próprias ou pagarem uma renda de casa mais em conta, este grupo de beneficiários não se encontra inscrito para habitação social e mostra algum desconhecimento acerca do mesmo.
Excerto	“É o rsi, eu não tenho mais nada[...]eu vivo com o que recebo daqui[...]É o rsi, mas a minha mulher também trabalha, mas sem isto não dava[...]Eu tenho montes de despesas ... a minha mulher trabalha e isso ajuda, mas não é coisa que a gente possa juntar[...]Eu é o mesmo ... eu já tive de deixar contas por pagar porque não tinha dinheiro[...]Eu não, nem sabia que isso

	existia[...]"
--	---------------

Categoria	Sociabilidades
Focus Group nº1	
Síntese	Referiram que contaram a poucas pessoas que são beneficiárias do rendimento social de inserção, revelaram também algum constrangimento pelo facto de os outros saberem que são abrangidas pela medida, no entanto referiram que era difícil controlar essa situação, o seu conhecimento acerca de outros beneficiários é reduzido.
Excerto	“A minha patroa sabe [...] pelo que eu vejo, ali na zona onde eu moro, acho que a maior parte das pessoas, aquilo recebe tudo [...]eu contei a algumas pessoas, lógico que não contei a todas não é?[...] Ai a mim não, não me incomoda nada ...mas isto é complicado[...]"
Focus Group nº2	
Síntese	Nesta categoria de análise, exaltou a transparência de algum sentimento de constrangimento face à possibilidade de os outros saberem que estes beneficiários são, efectivamente, beneficiários do rendimento social de inserção, preocupa-lhes o que os outros dizem a seu respeito por beneficiarem da medida. Conhecem outros beneficiários porque se encontram todos na estação de correios para levantar o vale da prestação pecuniária.
Excerto	“Eu não ... a minha família sabe e algumas amigas também [...] Torna-se inevitável ... recebemos todos mais ou menos ao mesmo dia, basta irmos aos CTT[...]A mim incomoda-me, mas é a tal coisa, eu se recebo é porque preciso, eu não tenho outro rendimento[...]Claro que sim ... então toda gente comenta ... e manda bocas ...mas no entanto eu tenho regras em casa...só gastamos o essencial[...]A mim incomoda-me um bocado ... não é que esteja a fazer mal a alguém ... mas as pessoas falam[...]"

Categoria	Utilização dos direitos sociais
Focus Group nº1 Síntese	Mencionaram que tiveram conhecimento da medida através de familiares e de uma posterior ida aos serviços da Segurança Social, relataram que já são beneficiárias há mais ou menos dois anos e que o rendimento social de inserção era o único rendimento de que dispunham, pois não auferem qualquer outro tipo de apoio social.
Excerto	“A minha mãe [...] foi uma senhora que também tinha na altura[...]Eu estou a receber desde que o meu marido foi preso, mais ou menos dois anos[...]Eu devia ter ... eu devia ter porque o pai da minha filha ficou estipulado em tribunal que devia dar cem euros, mas eu até hoje nunca vi a cor do dinheiro[...].”
Focus Group nº2 Síntese	O conhecimento da medida em questão deveu-se a familiares, aos noticiários e a uma posterior jornada na Segurança Social, são beneficiários do rendimento social de inserção há um período superior aos doze meses. Contam apenas com o RSI para satisfazer todas as necessidades básicas, características de um agregado familiar.
Excerto	“Eu soube pela minha cunhada ... ela é que tratou das papeladas e tudo [...]Eu soube pelas notícias essas coisas todas, e depois fui à Segurança Social[...]Não sei, acho que á um ano e meio, mais ou menos ...poderá fazer dois anos este ano[...]Eu também não tenho qualquer outro tipo de apoio, só mesmo o rendimento mínimo[...].”

Categoria	Opiniões acerca da medida em análise
Focus Group nº1 Síntese	Na generalidade, referiram que é fundamental o rendimento social de inserção na sua vida uma vez que é a sua única receita, e que por sua vontade saiam da medida para ingressar o mercado de trabalho, salientaram a necessidade de existir mais equipas de acompanhamento de beneficiários de rendimento social de inserção.
Excerto	“É fundamental nesta fase [...] porque graças a ele é que dá para equilibrar um bocadinho[...]eu queria um emprego po meu marido [...] era conseguir uma casinha [...] Eu estando a trabalhar a tempo inteiro e o meu marido arranjando não preciso mais[...]estas equipas deveriam existir mais [...] era bom que a prestação fosse maior um bocadinho[...]”
Focus Group nº2 Síntese	Ao nível de possíveis opiniões acerca da medida, estes beneficiários revelaram que esta é uma prestação fundamental na sua vida e que os ajuda a subsistir, salientaram a importância que um emprego poderia ter nas suas vidas, bem como uma grande vontade de abandonar a medida de que são beneficiários. Referiram que, efectivamente, esta medida possui algumas lacunas, na sua opinião, a distribuição desta mesma medida não é feita de uma forma equitativa, por isso salientaram a importância das equipas de acompanhamento e o bom papel que as mesmas desempenham. Reclamaram uma maior e mais eficaz fiscalização na atribuição da medida, uma vez que sentem que existe injustiças na aplicação do rendimento social de inserção.
Excerto	“É muito importante, ajuda-me muito nas despesas [...]Para mim é fundamental porque é a única fonte de rendimento que eu tenho ... eu sem o rsi não tenho nada[...]Um trabalho, era o que eu mais queria[...]Eu também acho que sim ... mas a mim já me consideraram velho para trabalhar e eu tenho quarenta e dois anos[...]Ai ... isso só quando encontrar trabalho, de outro modo como vou conseguir ... eu bem queria deixar de ser beneficiária ... as pessoas comentam [...] Eu só recorri porque não tive outro meio de sobreviver, o que eu queria era trabalhar e ganhar o meu

	salário como sempre fiz[...]Quer dizer, isto bom não está porque eu acho que há certas pessoas que estão a receber indevidamente, e há outras que necessitam mesmo ... que é o meu caso [...] Aqui há qualquer coisa que não funciona bem ... somos sempre os mesmos ... se calhar poderia haver mais técnicos para que todos tivéssemos em pé de igualdade [...] eu acho que é necessário estas equipas, é uma orientação que a gente tem[...] Gostava que realmente ajudasse quem mais precisa ... acho que a fiscalização é fundamental, equipas como esta[...]
--	---